

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS

AMANDA DAMETO HORTENCIO

NARRATIVAS FRAGMENTADAS: a presença da Ditadura Militar no Brasil no campo
da Ciência da Informação

SÃO CARLOS – SP

2025

Amanda Dameto Hortencio

NARRATIVAS FRAGMENTADAS: a construção da Ditadura Militar no Brasil no
campo da Ciência da Informação

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título
de bacharela em Biblioteconomia e Ciência
da Informação pela Universidade Federal de
São Carlos.

Orientadora: Profa. Dra. Zaira Regina
Zafalon.

São Carlos – SP

2025

Hortencio, Amanda Dameto

Narrativas fragmentadas: a presença da Ditadura Militar no Brasil no campo da Ciência da Informação /
Amanda Dameto Hortencio -- 2025.

96f.

TCC (Graduação) - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Zaira Regina Zafalon

Banca Examinadora: Paula Regina Dal'Evedove, Raildo de Sousa Machado

Bibliografia

1. Ditadura Militar - Brasil. 2. Memória. 3. Ciência da Informação. I. Hortencio, Amanda Dameto. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

FOLHA DE APROVAÇÃO

Amanda Dameto Hortencio

Narrativas fragmentadas: a construção da Ditadura Militar no Brasil no campo da
Ciência da Informação

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
bacharela em Biblioteconomia e Ciência da
Informação pela Universidade Federal de São
Carlos.

São Carlos, 20 de fevereiro de 2025

Dra. Zaira Regina Zafalon

Universidade Federal de São Carlos

Dra. Paula Regina Dal'Evedove

Universidade Federal de São Carlos

Raildo de Sousa Machado

Universidade Federal do Amapá

À Deus.

À minha família. À minha amada vó Regina Lucia.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu alicerce e minha rocha, por sustentarme ao longo dessa jornada. Por ser a minha força nos momentos mais difíceis, por guiar-me segundo Sua vontade em cada passo e por nunca me deixar sozinha.

Aos meus pais, Viviane e Mateus, minha eterna gratidão. Vocês me deram a honra de ser sua filha e, em todos os momentos, demonstraram que estavam ao meu lado, mesmo quando eu me fechava. Obrigada por me acolherem com amor e paciência, por acreditarem em mim incansavelmente e por serem os exemplos que eu quero seguir. Essa conquista é mais de vocês do que minha.

À minha querida irmã, Marina, minha companheira de alma. Obrigada por compartilhar comigo as lágrimas e os sorrisos, por segurar minha mão quando eu me perdi e por me guiar de volta aos caminhos de Deus. Essa vitória também é sua.

À minha amada avó, Regina Lucia, que partiu antes de presenciar essa conquista. Dedico todo este trabalho a você, com profunda gratidão por cada palavra de incentivo e por todo o cuidado que sempre me dedicou. Essa vitória é sua.

Ao meu namorado e companheiro, Brandon Lucas, meu agradecimento por estar ao meu lado nos momentos mais desafiadores. Obrigada por me manter firme quando eu pensava em desistir e por caminhar comigo até o fim desse percurso. Essa conquista é nossa.

Aos meus amigos queridos, Jefferson e Tamires, que foram meus cúmplices ao longo de todos esses anos. Obrigada por me suportarem nos momentos mais difíceis e por me apresentarem novas perspectivas de vida.

Ao dedicado time da coordenação, Artur e Renan, minha sincera gratidão pela paciência, apoio e cuidado que demonstraram em todos os momentos.

Aos professores deste curso maravilhoso, deixo meu profundo agradecimento. Cada um de vocês contribuiu para minha formação profissional, e levarei seus ensinamentos comigo para sempre.

Por fim, um agradecimento especial à minha orientadora, professora Zaira. Obrigada pela paciência, pelo ombro amigo e pela dedicação à minha pesquisa e ao meu crescimento. Sua confiança em mim, mesmo quando eu duvidei de mim mesma, foi essencial para que eu chegasse até aqui.

RESUMO

Este estudo analisa a construção e representação da Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) no campo da Ciência da Informação, em um momento oportuno, dado o contexto dos 60 anos do golpe militar que instaurou o regime ditatorial. O objetivo central é compreender como as narrativas informacionais sobre esse período foram moldadas e disseminadas dentro dessa área. A pesquisa explora a complexidade da memória e o direito ao esquecimento, com ênfase nas implicações da Lei da Anistia de 1979, que impediu a punição dos responsáveis por crimes cometidos durante o regime militar. Essa legislação é vista como um obstáculo ao processo de justiça e verdade, dificultando a reconciliação da sociedade brasileira com seu passado autoritário. A análise reflete sobre como essa legislação impactou a construção das narrativas históricas e a preservação da memória dos eventos ocorridos durante a Ditadura. Com uma abordagem quanti-qualitativa e aplicada, e objetivos exploratórios, a metodologia do estudo envolve um mapeamento sistemático da literatura disponível na base de dados BRAPCI, utilizando palavra-chave específica para garantir uma cobertura abrangente dos estudos científicos sobre o tema. A Análise de Conteúdo é usada para interpretar as diferentes formas de como a memória da Ditadura é abordada nos textos científicos, permitindo uma compreensão mais profunda das narrativas construídas ao longo dos anos. O estudo também discute a polarização das memórias da Ditadura Militar na sociedade brasileira, abordando as diferentes interpretações e sentimentos influenciados por memórias conflitantes. É examinado o conceito de direito ao esquecimento no contexto da Lei da Anistia, que permitiu a não responsabilização dos agentes do Estado e opositores do regime por crimes cometidos. Essa questão é analisada sob a perspectiva do esquecimento forçado, que contribuiu para a perpetuação de uma narrativa dominante que impede a plena revelação de verdade e a justiça para as vítimas. A pesquisa contribui para uma compreensão mais profunda de como a Ditadura Militar é retratada na Ciência da Informação, oferecendo novas perspectivas sobre a construção e circulação de narrativas informacionais. Isso incentiva uma análise crítica sobre o papel da informação na busca por justiça e na construção da memória das vítimas do regime militar.

Palavras-chave: Ditadura Militar; memória; Ciência da Informação; Brasil.

ABSTRACT

This study examines the construction and representation of the Military Dictatorship in Brazil (1964-1985) in the field of Information Science, at an opportune time, given the context of the 60th anniversary of the military coup that established the dictatorial regime. The main objective is to understand how informational narratives about this period were shaped and disseminated within this area. The research explores the complexity of memory and the right to be forgotten, with an emphasis on the implications of the 1979 Amnesty Law, which prevented the punishment of those responsible for crimes committed during the military regime. This legislation is seen as an obstacle to the process of justice and truth, hindering the Brazilian society's reconciliation with its authoritarian past. The analysis reflects on how this legislation impacted the construction of historical narratives and the preservation of the memory of events that occurred during the Dictatorship. With a quantitative-qualitative and applied approach, and exploratory objectives, the study's methodology involves a systematic mapping of the literature available in the BRAPCI database, using a specific keyword to ensure comprehensive coverage of scientific studies on the topic. Content Analysis is used to interpret the different ways in which the memory of the Dictatorship is approached in scientific texts, allowing a deeper understanding of the narratives constructed over the years. The study also discusses the polarization of memories of the Military Dictatorship in Brazilian society, addressing the different interpretations and feelings influenced by conflicting memories. The concept of the right to be forgotten is examined in the context of the Amnesty Law, which allowed non-accountability of state agents and regime opponents for crimes committed. This issue is analyzed from the perspective of forced forgetting, which contributed to the perpetuation of a dominant narrative that prevents the full revelation of truth and justice for the victims. The research contributes to a deeper understanding of how the Military Dictatorship is portrayed in Information Science, offering new perspectives on the construction and circulation of informational narratives. This encourages a critical analysis of the role of information in the quest for justice and in building the memory of the victims of the military regime.

Keywords: military dictatorship; memory; Information Science; Brazil.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Protocolo de pesquisa	37
Quadro 2 – Censura	53
Quadro 3 – Comunicação na Ditadura	57
Quadro 4 – Resistência à Ditadura.....	57
Quadro 5 – Direitos Humanos	59
Quadro 6 – Comissão da Verdade	61
Quadro 7 – Arquivos da Ditadura	64
Quadro 8 – Memória da Ditadura	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Quantidade de documentos por tipo	43
Gráfico 2 – Quantidade de publicações por autor	44
Gráfico 3 – Quantidade de publicações por ano	50

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 – Relação de categorias e artigos	53
--	-----------

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Total dos documentos recuperados.....	42
Tabela 2 – Quantidade de documentos por revista.....	47

LISTA DE SIGLAS

AI-1	Ato Institucional Número 1
AI-2	Ato Institucional Número 2
AI-5	Ato Institucional Número 5
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
Asmob	Arquivo Astrojildo Pereira
ASI	Assessoria de Segurança e Informação
ANCIB	Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação
BRAPCI	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
BDMR	Banco de Dados Memórias Reveladas
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BECE	Biblioteca Pública Estadual do Ceará
CMDs	Centro de Memórias e Documentação Corporativos
CISA	Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica
CIEX	Centro de Informação do Exterior
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
UNIASSELVI	Centro Universitário Leonardo da Vinci
ES	Centro Universitário São Camilo
CV-UFRN	Comissão Nacional da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte
CEMDP	Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos
CGI	Comissão Geral de Investigações
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CFDT	Confédération Française Démocratique du Travail
CSN	Conselho de Segurança Nacional
CFE	Conselho Federal de Educação
CNC	Conselho Nacional de Comunicação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
DEOPS	Delegacia de Ordem Política e Social
DOPS-PE	Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco
DOPS-SP	Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo

DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
ECT	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
ENANCIB	Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
FBPF	Federação Brasileiro pelo Progresso Feminino
FGV	Fundação Getúlio Vargas
IPM	Inquérito Policial Militar
IBBD	Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IUPERJ	Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro
ISKO Brazil	International Society Knowledge Organization Brazil
LAI	Lei de Acesso à Informação
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
OBAN	Operação Bandeirante
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC Minas	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PLC	Projeto de Lei da Câmara
SNI	Serviço Nacional de Informação
Sian	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
UCAM	Universidade Candido Mendes
UnB	Universidade de Brasília
USP	Universidade de São Paulo
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UFENF	Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UNIRIO	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
UFPA	Universidade Federal do Pará

UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
UGF	Universidade Gama Filho
USU	Universidade Santa Úrsula
UCL	University College London

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	19
2.1 DITADURA MILITAR NO BRASIL.....	19
2.2 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO	28
2.3 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO	32
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	35
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	40
4.1 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS	40
4.2 ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS.....	53
4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	70
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS.....	77

1 INTRODUÇÃO

A Ditadura Militar no Brasil, um período que se estendeu de 1964 à 1985, marca uma das fases mais conturbadas e complexas da história brasileira. Com o golpe, que marcou o início dessa fase, iniciou-se um regime que se estenderia por duas décadas caracterizado pela supressão de direitos civis, censura à imprensa, repressão a movimentos sociais, estudantis e partidos políticos, além de perseguição, tortura e assassinato de opositores. Os governos militares, sob a justificativa de combater a subversão e promover o desenvolvimento econômico, impuseram um modelo de segurança nacional que colocava as Forças Armadas como guardiãs da ordem interna e do progresso.

A resistência ao regime tomou várias formas, desde movimentos estudantis, greves operárias até a luta armada. A década de 1980 foi marcada por um crescente movimento de redemocratização culminando com a campanha das “Diretas Já” que, apesar de não ter alcançado imediatamente seu objetivo de eleições diretas para presidente, pavimentou o caminho para a transição democrática. Em 1985, com eleição de Tancredo Neves, iniciou-se oficialmente o processo de redemocratização, embora ele nunca tenha tomado posse devida à sua morte, tendo assumido a presidência José Sarney, seu vice.

Ao refletir sobre os 60 anos do golpe militar, não se pode ignorar a complexidade das emoções e das discussões que esse marco histórico evoca. Esse período, marcado pela escuridão de atos autoritários, censura e repressão, continua a ser uma ferida aberta na consciência nacional. A memória desses anos não é apenas uma lembrança dos tempos difíceis; é também um lembrete contínuo da necessidade de justiça, reparação e da luta incansável contra o esquecimento.

Nesse sentido, o Brasil apresenta um caso peculiar dentro do contexto do Cone Sul, região igualmente assolada por Ditadura do século XX. O país teve uma trajetória lenta e complexa no que fez respeito ao enfrentamento dos fantasmas de seu passado, distanciando-se da abordagem adotada por nações vizinhas que buscaram mais prontamente acertar contas com suas histórias.

Um dos marcos dessa complexidade é a Lei nº 6.683, mais conhecida como Lei da Anistia de 1979 (Brasil, 1979) que, ao impedir a punição de agentes do Estado por crimes cometidos durante os anos da Ditadura, colocou um véu sobre as atrocidades daquela época, dificultando o caminho para a justiça e a verdade.

A maioria dos militares achava que o pacto de elites, feito no fim dos anos 1970 e 1980, continuaria valendo. Qual pacto? O do esquecimento, do silenciamento, do perdão aos militares. Eles achavam que isso era intocável, sagrado. Achavam que isso estava firmado em um tipo de documento, mas isso nunca houve. O que houve foi uma ação da Lei da Anistia, que na época, nas entrelinhas, estava acordado que os militares não deveriam ser julgados e nem tocados. Mas ninguém assinou isso. E a população brasileira não foi consultada sobre isso. No final do governo Lula [2011], quando se planejou a Comissão da Verdade, e o governo Dilma implantou, a reação entre os militares foi muito forte. Eles falam sobre isso: se sentiram traídos e amedrontados, porque o impacto poderia ter aberto um ciclo de julgamentos para a corporação militar [...] (Motta, 2024).

Um exemplo palpável dos desafios enfrentados no processo de reconciliação com o passado é evidenciado nesta lei, posto que deixa à mostra as dificuldades em se alcançar uma memória que seja tanto inclusiva quanto justa. Por muito tempo essa abordagem legal serviu como um obstáculo para as famílias que, até os dias de hoje, buscam entender o que aconteceu com seus entes queridos desaparecidos ou mortos sob o regime.

Diante desse cenário, iniciativas como a Comissão Nacional da Verdade (CNV), estabelecida em 2012, representam passos importantes na direção de enfrentar esse legado doloroso. A CNV teve como missão investigar e expor violações de direitos humanos ocorridas durante o período, buscando oferecer algum desfecho para as feridas ainda abertas.

O primeiro relatório da CNV, entregue à presidência da República em 2014, denunciou nominalmente um número maior de torturadores e elucidou casos de violação, mortes e desaparecimento de corpos. Dentre as proposições, também constava a proibição de realização de eventos oficiais em comemoração ao golpe militar, a criação de medidas relacionadas à abertura e disponibilização de arquivos, a preservação de sítios históricos ligados às violações de direitos humanos, a instalação de um Museu da Memória, e a alteração da denominação de logradouros, vias de transportes e instituições públicas (Santos, 2021, p. 07).

Embora a criação da CNV marque um avanço significativo no processo de lidar com o passado, muitas famílias continuam sua busca por verdade e justiça, evidenciando que a jornada para uma plena reconciliação com a história autoritária do Brasil ainda está longe de ser concluída. A dificuldade em se enfrentar esse passado não se restringe apenas às esferas legislativas ou judiciárias; permeia também o tecido social e cultural do país.

A memória da Ditadura Militar ainda evoca intensos debates e divisões no seio da sociedade brasileira. Essa fase da história não é lembrada de maneira uniforme pelos brasileiros, refletindo uma gama de narrativas fragmentadas e sentimentos influenciados por interpretações e memórias coletivas. Segundo Santos (2021), essas memórias, formadas em comunidade, moldam os modos de agir, sentir e avaliar das pessoas, orientando de várias maneiras a relação entre o passado e o presente.

Nesse contexto, surge a discussão sobre o direito ao esquecimento que se refere à capacidade de uma pessoa ter aspectos de sua vida que não mais correspondem ao presente excluídos da memória coletiva e registros públicos. No caso da Ditadura Militar, esse direito é particularmente controverso.

O direito ao esquecimento, nos casos associados à Lei da Anistia, tem sido reconhecido aos anistiados políticos, tanto aos agentes públicos quanto aos opositores do regime, para que não sejam responsabilizados por fatos criminosos pretéritos já “perdoados” através do “pacto social” que representou tal lei. No entanto, para muitos, essa lei representa um esquecimento forçado que promoveu o perdão de torturadores e impede que a verdade venha à tona (Karam e Oliveira, 2020, p. 08).

Por um lado, as vítimas e seus familiares anseiam por justiça e pelo reconhecimento público do que foi sofrido; por outro, alguns setores argumentam que revisitar incessantemente essas memórias pode impedir a nação de seguir adiante.

É no bojo dessa discussão que esta pesquisa, que tem como tema a informação e memória e, como objeto de estudo, a memória na/da Ditadura Militar no Brasil se insere. A escolha deste objeto de estudo justifica-se pela importância de compreender como a memória da Ditadura Militar no Brasil é construída e reconstruída no campo da Ciência da Informação. Em um momento em que o país reflete sobre os 60 anos do golpe, é fundamental investigar como as pesquisas têm contribuído para a construção dessa memória. Este estudo também se faz relevante do ponto de vista histórico bem como social, posto que contribuí para o debate sobre como as sociedades lembram e esquecem os períodos de autoritarismo e violência, e como essas influenciam o presente.

É a partir desse cenário que se busca resposta para a seguinte questão: como os estudos da Ditadura Militar no Brasil estão retratados na Ciência da Informação?

Com isso em mente, o objetivo deste trabalho é analisar como o período da Ditadura Militar no Brasil é recordado e interpretado em estudos sobre o tema presentes na Ciência da Informação.

Para alcançar este objetivo a pesquisa propõe-se a desenvolver os seguintes objetivos específicos: caracterizar a Ditadura Militar no Brasil, contextualizar os estudos sobre memória e direito ao esquecimento e analisar o papel da Ciência da Informação.

A pesquisa é caracterizada como sendo de abordagem quali-quantitativa, de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e privilegia, como procedimento de pesquisa, o mapeamento sistemático da literatura disponível acerca da Ditadura Militar no Brasil no campo da Ciência da Informação. Essa escolha metodológica permite uma análise aprofundada dos conteúdos que circulam no campo da Ciência da Informação sobre a Ditadura, revelando como essas narrativas têm sido construídas e reconstruídas ao longo do tempo. A pesquisa bibliográfica envolve uma busca detalhada na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) onde a seleção da palavra-chave será fundamental para garantir que o espectro de estudos capturados reflita de maneira fidedigna o campo de estudo.

Além disso, a Análise de Conteúdo será empregada para aprofundar a compreensão das maneiras como a memória da Ditadura Militar é abordada nos textos.

A pesquisa desempenha um papel crucial ao possibilitar uma compreensão mais aprofundada e uma discussão mais aberta sobre os efeitos duradouros da Ditadura Militar no Brasil. Ao investigar como esse período tumultuado é documentado e analisado no campo da Ciência da Informação, o estudo incentiva uma reflexão crítica sobre o papel da informação na luta contínua por justiça e reparação para as vítimas do regime.

Do ponto de vista científico, este estudo contribui para o avanço do conhecimento sobre como a Ditadura Militar no Brasil é retratada no campo da Ciência da Informação. Ao examinar as diferentes formas de documentação, o estudo oferece novos *insights* sobre a construção e a circulação de narrativas informacionais. Isso amplia a compreensão científica sobre o papel das tecnologias da informação e das práticas arquivísticas na interpretação e na representação de eventos históricos complexos.

Este estudo traz contribuições profissionais significativas para historiadores, educadores, formuladores de políticas públicas e profissionais da informação, incluindo bibliotecários, cada um de maneira específica. Para os historiadores, o

estudo aprofunda a compreensão das narrativas históricas ao destacar a importância do acesso a arquivos e da preservação de registros. Esta capacidade de análise e interpretação dos eventos passados é vital para a construção de uma história mais precisa e detalhada. Os profissionais da informação e bibliotecários, por sua vez, ganham insights sobre como otimizar a gestão de informações e a preservação de documentos importantes. Isso é crucial para apoiar o trabalho dos historiadores e educadores, além de garantir que o acesso público às informações seja mantido de maneira ética e eficiente. Educadores podem utilizar as descobertas do estudo para integrar discussões críticas sobre direitos humanos e democracia nos currículos. Isso ajuda a fomentar uma consciência cívica robusta e informada entre os estudantes, preparando-os melhor para os desafios sociais contemporâneos. Para os formuladores de políticas públicas, a análise oferece exemplos valiosos de como implementar políticas de memória que promovam a justiça e previnam futuras violações. Estes *insights* podem orientar o desenvolvimento de legislações e iniciativas que fortaleçam a integridade institucional e o respeito aos direitos humanos. Assim, a pesquisa contribui não apenas para o debate acadêmico, mas também possui implicações práticas diretas para a promoção de uma sociedade mais informada e justa.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Esta seção tem como objetivo apresentar e discutir as principais teorias, conceitos e estudos relacionados aos temas da Ditadura Militar e memória, fornecendo uma visão abrangente e fundamentada que orienta o desenvolvimento da pesquisa.

Inicialmente será abordado o contexto histórico e político da Ditadura Militar, explorando suas características, eventos significativos e implicações para a sociedade. Em seguida o foco será direcionado para o conceito de memória, examinando suas definições, tipos (como memória coletiva e memória individual) e sua importância para a construção da identidade social e histórica.

2.1 DITADURA MILITAR NO BRASIL

Após a Segunda Guerra Mundial, em 1945, o Brasil experimentou a queda do Estado Novo, um regime autoritário que havia sido instituído por Getúlio Vargas desde 1937 (Elias, 2012). Este processo de redemocratização foi catalisado tanto por pressões internas quanto externas refletindo um contexto global favorável à promoção da democracia. A derrota das potências do Eixo e a vitória dos Aliados exerceram uma influência significativa sobre a política interna brasileira. Internamente diversos segmentos da sociedade brasileira começaram a se mobilizar contra o regime ditatorial de Vargas exigindo a restauração das liberdades civis e políticas. Movimentos estudantis, setores das forças armadas, partidos políticos e intelectuais desempenharam um papel crucial neste processo de contestação ao Estado Novo. A oposição interna, combinada com a influência externa, criou um ambiente propício para a transição democrática.

Em outubro de 1945, Getúlio Vargas foi deposto por um golpe militar liderado pelo general Eurico Gaspar Dutra. Este golpe não apenas marcou o fim do Estado Novo, mas também iniciou um novo ciclo político no Brasil. Dutra, que contava com apoio significativo das forças armadas e de setores conservadores da sociedade, venceu as eleições presidenciais subsequentes realizadas no mesmo ano.

Eu não falaria em declínio, mas em queda através de um golpe. Os protagonistas desse golpe foram militares que participaram e apoiaram o Estado Novo, como os generais Góis Monteiro e Eurico

Dutra. Com a derrubada do presidente e a marcação de eleições para 2 de dezembro de 1945, os trabalhadores se mobilizaram pela sua permanência, num intenso movimento de massas chamado Queremismo, “Queremos Getúlio”, era o slogan da mobilização. Esses trabalhadores, por certo, queriam democracia, mas temiam a perda dos direitos adquiridos durante a Ditadura (Martinho, 2022).

O governo de Eurico Gaspar Dutra, inaugurado em 1946, marcou o início da Quarta República no Brasil. Sua administração foi notável por uma política econômica que combinava elementos liberais com intervenções estatais, visando à modernização e à integração do Brasil no sistema capitalista internacional. Essa orientação incluía a abertura ao capital estrangeiro e a adoção de práticas econômicas que favoreciam o desenvolvimento industrial e o livre mercado, ao mesmo tempo que mantinha controle estatal em setores estratégicos (Reigoto; Mattos; Cerqueira, 2019, p. 2).

A promulgação da nova Constituição em 1946 foi um marco significativo no governo Dutra restaurando diversas liberdades democráticas e estabelecendo novas diretrizes para a organização política e social do país. Este documento constitucional buscou equilibrar a restauração dos direitos fundamentais com a necessidade de assegurar a ordem pública e a estabilidade política. Entre as liberdades garantidas estavam o direito de voto, liberdade de expressão e de imprensa, e a autonomia dos poderes Legislativo e Judiciário.

Logo em 1946, foi aprovada a nova Constituição. O novo texto tinha como características liberais a manutenção do regime republicano, federativo, presidencial e representativo, o voto secreto e universal para os maiores de 18 anos, excluindo os analfabetos (mais da metade da população), cabos e soldados, a ampliação do poder do Estados e Municípios. Foi definido o direito de livre pensamento e opinião com o estabelecimento da censura para espetáculos e diversões públicas. Ficou acertada a divisão em Três Poderes, com o restabelecimento do Senado e da Câmara dos Deputados. Foi preservada a estrutura da propriedade da terra sob forma de latifúndio (História [...], 2022a).

No entanto, apesar das disposições liberais da Constituição de 1946, o ambiente político continuava tenso. A repressão aos movimentos de esquerda e a instabilidade social refletiam as profundas divisões políticas e ideológicas da época. O governo de Dutra navegava entre a tentativa de consolidar a democracia e a necessidade de manter a ordem diante de um cenário global de polarização entre as forças capitalistas e comunistas. Durante seu mandato, Dutra implementou uma série de medidas repressivas contra movimentos sindicais e comunistas, refletindo o clima de Guerra Fria que permeava a política global. Em 1947 estas ações culminaram na cassação do registro do Partido Comunista Brasileiro (PCB), um movimento

estratégico para conter a influência comunista no cenário político nacional. A repressão aos sindicatos foi intensificada com intervenções em organizações trabalhistas e restrições à atuação sindical, visando enfraquecer as bases de apoio ao PCB e a qualquer movimento que pudesse ser interpretado como uma ameaça ao regime democrático e aos interesses capitalistas.

Refletindo também o cenário internacional polarizado, a Constituição brasileira adotou em seu texto um dispositivo que proibia a “propaganda de processos violentos para subverter a ordem política e social”, bem como também foi expressamente colocado no texto que era proibida a organização, registro e funcionamento de qualquer partido político ou associação, cujo programa ou ação contrariasse o regime democrático, fundamentado na pluralidade de partidos e na garantia dos direitos fundamentais do homem. O que poderia ser claramente interpretado como uma tentativa de intimidação do Partido Comunista do Brasil (Martins, 2021, p. 203).

Em 1950, Getúlio Vargas retornou ao poder por meio de eleições diretas adotando uma plataforma populista centrada em questões sociais. A administração de Vargas foi destacada pela criação da Petrobrás em 1953, um marco significativo que simbolizava os esforços de nacionalização e controle estatal sobre recursos estratégicos, particularmente no setor de petróleo.

As duas áreas que eram consideradas prioritárias como energia elétrica e petróleo, e também onde havia grandes conflitos com o capital estrangeiro, necessitaram de um investimento de mais volume por parte do Estado. Assim, nasciam a Petrobrás (1953) e a Eletrobrás (1954, mas aprovada pelo Congresso em 1961), duas empresas estatais – apesar de a Petrobrás ter sido criada na forma de economia mista, mas com controle majoritário da União (Jesus, 2018, p. 72).

No entanto, o governo de Vargas enfrentou crescente oposição de diversos setores, incluindo militares, empresários e a imprensa. Esses grupos criticavam as políticas intervencionistas e populistas de Vargas, temendo que ela comprometesse a estabilidade econômica e política do país. A oposição militar, em particular, estava preocupada com a influência comunista e o fortalecimento dos movimentos sindicais, enquanto os empresários se opunham à expansão do controle estatal e à intervenção nos negócios privados.

Durante sua gestão, para ampliar a base eleitoral, o presidente aprofundou sua política de benefício à classe trabalhadora, incomodando mais uma vez as elites, temerosas com a maior participação popular, com as manifestações de rua. O ápice da crise se deu em 1954, quando o Ministro do Trabalho, João Goulart, decretou aumento de 100% do salário mínimo. Com a forte pressão da imprensa, de lideranças da burguesia e militares, Jango foi

demitido. Getúlio, no entanto, em 1 de maio, decretou o aumento. O salário seria reajustado a cada três anos (História [...], 2022b).

A imprensa desempenhou um papel crucial na amplificação das críticas ao governo, publicando denúncias de corrupção e alegações de má administração. A crise política se intensificou ao longo dos anos culminando em uma atmosfera de instabilidade e pressão sobre o governo. Em agosto de 1954, sob intensa pressão e em meio a uma série de acusações de corrupção que comprometiam seu governo, Vargas cometeu suicídio. Este ato dramático não apenas marcou o fim de seu mandato, mas também deixou um impacto profundo na política brasileira, simbolizando a intensa polarização e os conflitos que caracterizaram o período (Brasil, 2014, p. 16).

Após a morte de Getúlio Vargas, em 1954, o Brasil entrou em uma fase de significativa instabilidade política. O governo de Café Filho (1954-1955) e a breve presidência de Carlos Luz, em 1955, foram caracterizados por esforços para manter a ordem e a legalidade constitucional em meio a um ambiente político turbulento.

Em 1955, Juscelino Kubitschek venceu as eleições presidenciais e assumiu o cargo promovendo um programa ambicioso de desenvolvimento econômico conhecido como “Plano de Metas” que incluía a construção de Brasília, a nova capital federal (Souza; Neta, 2022, p. 4). Este empreendimento simbolizava a busca pela modernização e integração nacional. No entanto, a administração de Kubitschek também enfrentou críticas significativas devido à inflação crescente e aos desequilíbrios econômicos que resultaram das políticas expansivas adotadas para financiar os projetos de desenvolvimento.

Em 1961, Jânio Quadros sucedeu Kubitschek com uma plataforma centrada na anticorrupção e na moralização da administração pública. No entanto, sua renúncia abrupta em agosto de 1961, após apenas sete meses no cargo, desencadeou uma crise institucional profunda. A renúncia de Quadros foi inesperada e gerou uma situação de incerteza política.

O vice-presidente João Goulart, conhecido por suas posições de esquerda, assumiu a presidência em um contexto de forte resistência por parte de setores militar e políticos conservadores. Para mitigar a crise e facilitar a transição de poder, foi adotado um sistema parlamentarista como solução temporária limitando os poderes do presidente e transferindo parte da autoridade para o primeiro-ministro. Esta mudança institucional foi uma tentativa de conter a instabilidade política e acomodar

as divergências entre as diferentes facções políticas e militares. O retorno ao presidencialismo em 1963 restabeleceu plenos poderes a João Goulart, permitindo-lhe implementar uma série de reformas de base nas áreas agrária, urbana, educacional e bancária.

Sua posse aconteceu em um contexto de crise, deflagrada pela ação de seus adversários políticos. Sob a égide da crise governou por três anos. A princípio, sob vigência de um sistema de governo parlamentarista que limitava seus poderes. Em seguida, recuperada sua plena capacidade governamental, em um sistema de governo presidencialista, em um contexto, contudo, marcado por inegável polarização política, nacional e internacional (Delgado, 2009, p. 4).

No entanto, essas reformas enfrentaram forte oposição de setores conservadores e das classes dominantes, incluindo grandes proprietários de terra, industriais e instituições financeiras. Esses grupos viam as reformas como uma ameaça aos seus interesses econômicos e políticos, temendo uma perda de poder e controle. A tensão política aumentou significativamente à medida que a polarização ideológica se intensificava (Delgado, 2009, p. 4). De um lado, movimentos de esquerda e populares apoiavam as reformas e pressionavam por mudanças mais rápidas e profundas. De outro lado, forças conservadoras, apoiadas por setores militares e empresariais resistiam às reformas e buscava, conter o avanço das políticas de Goulart.

Manifestações populares se tornaram frequentes refletindo o crescente descontentamento social e a luta por direitos e melhorias nas condições de vida. A polarização ideológica se aprofundou, com discursos e ações cada vez mais radicais de ambos os lados contribuindo para um clima de fragilidade e incerteza (Amorim, 2024, p. 21). A Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em março de 1964, foi uma clara demonstração da mobilização conservadora contra o governo de Goulart. Esta marcha, que reuniu milhares de pessoas, simbolizava a resistência da classe média e de setores religiosos e empresariais às políticas de Goulart, expressando um desejo de preservar a ordem e combater a ameaça percebida do comunismo.

Na madrugada de 1º de abril de 1964, tropas militares iniciaram a ocupação de pontos estratégicos no Rio de Janeiro e em São Paulo. Esta ação militar foi planejada e executada de forma a garantir o controle rápido e eficiente das principais cidades do país, minimizando a resistência ao golpe. A deposição de Goulart foi efetivada rapidamente e ele se viu obrigado a buscar exílio no Uruguai para escapar da prisão

ou de um destino mais severo. O Congresso Nacional, sob pressão dos militares e em um contexto de confusão e incerteza, declarou a vacância do cargo presidencial. Ranieri Mazzilli, então presidente da Câmara dos Deputados, assumiu interinamente a presidência, uma medida que buscava conferir um verniz de legalidade à transição de poder. Esta presidência interina de Mazzilli durou até que os militares consolidassem seu controle total sobre o governo instaurando um regime autoritário que se perpetuaria por mais de duas décadas.

Em 2 de abril de 1964, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu, mais uma vez, a presidência da República, por ocasião do golpe político-militar que depôs o presidente João Goulart. Apesar disso, o poder de fato passou a ser exercido por uma junta, auto denominada Comando Supremo da Revolução, composto pelo general Artur da Costa e Silva, almirante Augusto Rademaker Grunewald e brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo. O regime instaurado com o golpe de 1964 apresentava-se como uma intervenção militar de caráter provisório, que pretendia reinstaurar a ordem social e retomar o crescimento econômico, contendo o avanço do comunismo e da corrupção (Arquivo Nacional, 2001, p. 11).

Em 15 de abril de 1964 o general Humberto de Alencar Castello Branco foi empossado presidente pelo Congresso Nacional. Sua administração marcou o início da consolidação do regime militar, implementando uma série de medidas destinadas a fortalecer e institucionalizar o controle autoritário. Entre essas medidas destacam-se os Atos Institucionais, instrumentos legais que permitiram a suspensão de direitos políticos e civis, a cassação de mandatos parlamentares e a intervenção em estados e municípios.

O Ato Institucional Número 1 (AI-1), promulgado em abril de 1964, foi o primeiro de uma série de decretos que estabeleceriam as bases legais para a repressão e controle político. Em 1965, o Ato Institucional Número 2 (AI-2) aprofundou essas medidas ao extinguir os partidos políticos existentes e instituir o bipartidarismo, criando a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) (Arquivo Nacional, 2001, p. 22). Essa reestruturação do sistema partidário visava eliminar a fragmentação política e consolidar o apoio ao regime militar.

Paralelamente, Castello Branco criou o Serviço Nacional de Informação (SNI), uma agência de inteligência responsável por monitorar e reprimir atividades consideradas subversivas. A censura à imprensa, às artes e à literatura foi

intensificada permitindo ao governo controlar a narrativa pública e suprimir qualquer forma de oposição.

Criado para atuar como os olhos da gestão presidencial, o Serviço Nacional de Informações é a síntese de um órgão federal que prioriza as informações sigilosas numa gestão pública, concedendo ao chefe de Estado a primazia do controle de todo conhecimento político, jornalístico e administrativo no território nacional. Na estrutura do SNI, o chefe tinha status de ministro. Seu poder de ação e decisão era imenso e de suas apreciações poderiam emanar atitudes do presidente das mais diversas, desde mandar investigar um suspeito até expurgá-lo do país. O SNI coordenava as atividades de forma centralizadora absorvendo as informações providas de todos os escritórios e agências, catalogando-as, processando-as, separando informações e enviando aos escritórios competentes para posterior utilização ou arquivamento (Nascimento, 2015, p. 105).

O governo de Castello Branco foi sucedido pelo general Artur da Costa e Silva (1967-1969) que liderou um período de maior repressão. Em 1968, o Ato Institucional Número 5 (AI-5) foi decretado marcando auge do autoritarismo militar (Lemos, 2023).

O AI-5 introduziu medidas drásticas, incluindo:

- Fechamento do Congresso Nacional: suspensão do funcionamento do Congresso, das Assembleias Legislativas e das Câmaras Municipais quando necessário, concentrando o poder no Executivo;
- Suspensão de Habeas Corpus: em casos de crimes políticos, permitindo prisões arbitrárias e o uso de tortura contra opositores;
- Intervenção Federal: permissão para intervenção direta do governo federal nos estados e municípios, consolidando o controle centralizado.

Durante o governo de Costa e Silva a repressão política aumentou significativamente. A perseguição, prisão e tortura de opositores, incluindo estudantes, intelectuais, jornalistas e militantes de esquerda tornaram-se comuns. Esta repressão sistemática visava eliminar qualquer resistência ao regime utilizando a força e o medo para manter a ordem e a estabilidade desejadas pelos militares. O período que se seguiu ao AI-5 ficou marcado por um endurecimento do autoritarismo e por graves violações dos direitos humanos que deixaram cicatrizes profundas na sociedade brasileira e impactaram a trajetória política do país por décadas.

Evidentemente, outro aspecto chave na caracterização do AI-5 como um marco é a violência repressiva, que aumentou exponencialmente após dezembro de 1968, como é visível nos registros de morto, torturados, desaparecidos, etc. Claro que o incremento da violência tem relação também com o ativismo da oposição armada, cujas ações

tornaram-se mais agudas e encontraram resposta violenta do Estado. Porém, a responsabilidade pelo aumento da repressão não pode ser imputada às suas vítimas. A maré montante da repressão estatal decorreu do surgimento de um marco institucional que estimulava os agentes públicos à violência. Pode-se dizer que o novo Ato Institucional liberou as feras, que saíram à caça (e à cassia) com apetite ainda maior do que em 1964 (Motta, 2018, p. 3).

Os governos subsequentes, sob a liderança dos generais Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979), consolidaram o período conhecido como “Anos de Chumbo”. Este período foi marcado por uma intensa repressão política e um notável crescimento econômico. O governo de Médici implementou uma estratégia de repressão máxima contra qualquer forma de oposição. A segurança nacional foi reforçada e os órgãos de repressão, como o SNI e os Destacamentos de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), intensificaram suas atividades. Torturas, desaparecimentos e execuções de opositores tornaram-se práticas comuns.

Por algum tempo não foi tolerada sequer oposição do Movimento Democrático Brasileiro (MDB); a imprensa foi posta sob censura; os sistemas de segurança e informação foram aperfeiçoados, e a tortura foi tornada política de Estado. Além dos antigos Departamentos Estaduais de Ordem Política e Social, surgiram novos mecanismos de repressão: data de 1969 a Operação Bandeirantes que a partir de 1970 passaria a agir integrada ao Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (Cordeiro, 2009 *apud* Fico, 2001, p. 5).

No entanto, no final dos anos 1970, o regime começou a enfrentar crescente pressão interna e externa por liberalização política e respeito aos direitos humanos. Nesse cenário, Geisel e seu governo propuseram uma política de “distensão”. “A ‘distensão social’ seria um dos caminhos possíveis para concretizar a transição ‘lenta, gradual e segura’, evitando a deflagração de conflitos que alterassem o quadro político posterior” (Rocha Junior, 2022, p. 5, grifo do autor).

João Baptista de Oliveira Figueiredo foi o último presidente do período da Ditadura Militar no Brasil, exercendo seu mandato de 15 de março de 1979 à 15 de março de 1985. A década de 1970 foi marcada por um regime militar que, embora tivesse iniciado um processo de abertura política controlada (a chamada distensão), ainda mantinha práticas repressivas. O governo de Ernesto Geisel, seu antecessor, já havia iniciado esse processo, mas foi sob Figueiredo que a transição se intensificou. A Lei da Anistia de 1979 foi um marco significativo da abertura política. Esta lei permitiu

o retorno de exilados políticos e a libertação de prisioneiros políticos, criando um ambiente mais propício para a reestruturação das forças políticas no Brasil.

Em 28 de agosto, Figueiredo sancionou a Lei nº 6.683, de iniciativa do governo e aprovada pelo Congresso, anistiando todos os cidadãos punidos por atos de exceção desde 9 de abril de 1964, data da edição do AI-1. O benefício atingiu estudantes, professores e cientistas afastados das instituições de ensino e pesquisa nos anos anteriores, mas o reaproveitamento de servidores civis e militares ficou subordinado à decisão de comissões especiais criados no âmbito dos respectivos ministérios para estudar cada caso. Outra restrição dizia respeito às pessoas condenadas pelos chamados “crimes de sangue”, atos terroristas cometidos no período em que grupos de esquerda usaram a luta armada para combater o regime militar (Ramos; Costa, 2023).

Os movimentos sociais desempenharam um papel crucial no governo de Figueiredo, particularmente na campanha Diretas Já. Este movimento surgiu como resposta à insatisfação popular com a repressão continuada e as dificuldades econômicas. As manifestações que ocorreram em 1983 e 1984 pressionaram o governo e o Congresso Nacional a considerar a emenda Dante de Oliveira, que propunha a eleição direta para presidente.

De janeiro a abril de 1984, os comícios em favor das eleições diretas em todos os níveis reuniram multidões surpreendentes nas praças das capitais e principais cidades - no conjunto, mais de 30 milhões de brasileiros, segundo estimativa de seus articuladores -, convertendo-se em um movimento nacional de rejeição à continuidade do arbítrio (Ramos; Costa, 2023).

Em 15 de janeiro de 1985 o Colégio Eleitoral, uma instituição ainda controlada pelo regime militar, elegeu Tancredo Neves como presidente marcando o fim do regime militar. Tancredo, entretanto, adoeceu antes de tomar posse e faleceu em abril de 1985. Seu vice, José Sarney, assumiu a presidência iniciando oficialmente o processo de redemocratização do Brasil. Sob a presidência de Sarney o país começou a restaurar suas instituições democráticas e a reconstruir a sociedade após duas décadas de autoritarismo.

Os anseios democráticos dispersos com o final da Campanha foram canalizados na candidatura de Tancredo Neves, e isto foi preponderante na formação de sua imagem, favorecendo-o frente ao Colégio Eleitoral. Foi o coroamento de uma distensão lenta, gradual e segura, conseguida com a articulação de dissidências liberais, conservadoras e com as forças populares, contudo, o Brasil consolida seu processo de redemocratização, não com a posse deste, mas de seu vice, José Sarney, ex-presidente da Arena (Chicarino, 2012, p. 6).

A análise histórica e crítica da Ditadura Militar no Brasil revela a complexidade e as ramificações desse período sobre a sociedade brasileira. Entre 1964 e 1985, o regime militar implementou uma série de políticas autoritárias que resultaram em violações sistemáticas dos direitos humanos, censura à liberdade de expressão e repressão de movimentos sociais e políticos. A resistência ao regime, embora silenciada em muitos aspectos, encontrou formas de manifestação através de movimentos estudantis, sindicatos e grupos de oposição que lutaram pela redemocratização do país. A transição para a democracia, simbolizada pela campanha das Diretas Já e culminado com a eleição indireta de Tancredo Neves, evidenciou tanto os desafios quanto as vitórias no caminho para a reconstrução democrática.

A memória deste período continua a ser objeto de intensas discussões e estudos, destacando a importância de compreender como essas narrativas são construídas e preservadas. O Brasil, ao refletir sobre seu passado autoritário, enfrenta o desafio de equilibrar o direito ao esquecimento com a necessidade de justiça e reparação para as vítimas do regime. Leis como a Lei da Anistia e iniciativas como a Comissão da Verdade exemplificam os esforços e as dificuldades em lidar com este legado.

Diante disso, estudar a Ditadura Militar no Brasil no campo da Ciência da Informação não é apenas uma investigação sobre como informações e memórias são geridas, mas também um passo crucial para assegurar que as lições do passado sejam integradas na construção de um futuro mais justo e democrático.

2.2 MEMÓRIA E ESQUECIMENTO

A memória desempenha um papel crucial no funcionamento cerebral humano, envolvendo complexos processos de armazenamento, processamento e recuperação de informações ao longo do tempo (Mourão Júnior; Faria, 2015, p. 1). Essa capacidade é fundamental para inúmeras áreas da experiência humana, influenciando de maneira significativa tanto a construção da identidade pessoal quanto a identidade coletiva de grupos e sociedades. Através da memória, os indivíduos são capazes de manter uma narrativa contínua de suas próprias vidas, integrando experiências passadas ao contexto atual e utilizando essas informações para moldar suas trajetórias futuras. Este mecanismo não apenas ajuda na formação de um sentido

coerente de identidade pessoal, mas também assegura a continuidade da própria percepção de si ao longo do tempo.

A memória é um dos mais importantes processos psicológicos, pois além de ser responsável pela nossa identidade pessoal e por guiar em maior ou menor grau nosso dia a dia, está relacionada a outras funções corticais igualmente importantes, tais como a função executiva e o aprendizado (Mourão Júnior; Faria, 2015, p. 2).

A memória humana é um complexo e extenso repositório de informações, que se divide em diversas categorias e tipos. Essa classificação abrange desde a memória sensorial, que capta impressões imediatas do ambiente, até as memórias de curto e longo prazo, que armazenam informações por períodos variáveis (Sousa; Salgado, 2015, p. 3). Além disso, a memória é diferenciada em tipos explícito e implícito. O tipo explícito envolve informações que podemos conscientemente recordar e descrever, como fatos e eventos, enquanto o tipo implícito opera de forma subconsciente, influenciando habilidades e comportamentos aprendidos, como andar de bicicleta ou tocar um instrumento musical.

As memórias explícitas ou declarativas são aquelas que armazenam fatos e sua aquisição está associada à plena intervenção da consciência. [...] As memórias implícitas ou não declarativas são as que adquirimos de forma inconsciente, como tarefas ou habilidades. Dirigir, andar de bicicleta e ler são exemplos desse tipo de memória (Souza; Salgado, 2015, p. 2-3).

No entanto, o papel da memória estende-se muito além desses processos cognitivos individuais. Ela influencia profundamente a identidade pessoal moldando como indivíduos se veem e como recordam suas experiências passadas. A memória é essencial para a formação da narrativa pessoal ajudando cada pessoa a entender quem é, de onde veio e para onde pode estar indo.

Além do impacto pessoal, a memória também desempenha um papel fundamental nas dinâmicas sociais e culturais. Ela permite que grupos sociais mantenham uma continuidade cultural passando conhecimentos, tradições e valores de geração para geração. Esse aspecto da memória ajuda a sustentar a coesão social e a identidade cultural, fortalecendo o tecido das relações humanas e permitindo que sociedades se desenvolvam e prosperem com base em um senso compartilhado de história e propósito.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. [...] São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral

ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória (Le Goff, 1990, p. 410).

A memória individual é um dos aspectos mais fascinantes e complexos da mente humana pois é moldada não apenas por experiências pessoais, mas também pela memória coletiva, que engloba o conhecimento, as tradições e as narrativas compartilhadas por uma comunidade. Essa interseção entre a memória individual e a coletiva cria uma tapeçaria rica e multifacetada onde o pessoal e o coletivo se entrelaçam continuamente. O conceito de memória coletiva, desenvolvido por Maurice Halbwachs, enfatiza que nossas lembranças não são apenas individuais, mas também profundamente influenciadas pelos grupos sociais aos quais pertencemos.

Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros, ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos que são as palavras e as ideias, que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio (Halbwachs, 1990, p. 54).

As memórias coletivas são perpetuadas por meio de rituais, símbolos, narrativas históricas e práticas culturais. Estes elementos não apenas ajudam a formar a base da identidade social e cultural de uma comunidade ou nação, mas também reforçam a coesão dentro desses grupos (Assumpção; Castral, 2022, p. 9). Eles estabelecem um senso comum de passado e um conjunto compartilhado de expectativas para o futuro facilitando uma compreensão compartilhada de onde uma sociedade veio e para onde ela aspira ir.

A interação entre memória individual e coletiva não apenas molda a construção de identidades e a preservação de tradições, mas também abre caminho para uma discussão sobre os fenômenos do esquecimento e do silenciamento. Esses aspectos são cruciais para entender como a memória pode ser manipulada ou alterada, tanto intencionalmente quanto através de processos naturais, influenciando a narrativa histórica e a percepção individual.

O esquecimento, no contexto da memória individual, pode ocorrer por diversos motivos, incluindo declínio natural da função cognitiva, o trauma psicológico ou simplesmente o transcorrer do tempo que faz com que detalhes menos relevantes se desvançam. Embora muitas vezes visto negativamente, como Potier (2017) relata ao dizer que “[...] o esquecimento costuma ser tomado, majoritariamente, por seus

sentidos negativos”, ele pode desempenhar um papel adaptativo importante permitindo que os indivíduos superem experiências dolorosas ou traumáticas e se concentrem em informações mais pertinentes para o presente.

Em um nível coletivo o esquecimento pode ser influenciado por processos de silenciamento onde certos eventos, perspectivas ou verdades são intencionalmente omitidos ou minimizados dentro do discurso público. Este silenciamento pode ser o resultado de decisões políticas, ideológicas ou culturais que buscam promover uma certa narrativa ou suprimir outras. Ao omitir certos aspectos da história ou da experiência coletiva, os grupos no poder podem moldar a memória coletiva de maneira que reforce seus próprios valores e estabilize sua posição de autoridade.

Se tomarmos como exemplo desse tipo de uso os pactos de anistia passíveis de serem analisados ao longo do tempo, concluiremos que esse tipo radical de pacto de esquecimento mútuo onde ambos os lados envolvidos em um conflito são postos a esquecer dos acontecimentos traumáticos a fim de trazerem à tona apenas as lembranças que levem à formação de um imaginário positivo de futuro e paz. As dores e as mágoas dos conflitos, ao serem silenciadas, deverão ser esquecidas, guardadas nas profundezas da memória de reserva para, talvez, emergirem num momento oportuno. Quem quebra a anistia pode ser considerado um contraventor da paz (Potier, 2017, p. 17).

O silenciamento não apenas afeta a maneira como a história é contada, mas também impacta a memória individual dos membros de uma comunidade. Quando as narrativas são suprimidas, os indivíduos podem sentir-se alienados ou desconectados de sua própria história ou identidade cultural. Isso pode levar a um sentido de perda ou confusão sobre seu lugar no mundo e sobre as tradições e valores que devem ser valorizados.

É a partir desse sentir, desse processo de se constituir socialmente e de ser constituído, que o sujeito cria uma identidade e, apoiado nela, passa a se envolver coletivamente dentro de determinado grupo social e de determinado lugar, sentindo-se parte dele e lutando pela sua sobrevivência, pela sobrevivência de sua cultura, bem como da construção da sua memória coletiva (Assumpção e Castral, 2022, p. 13).

O fenômeno do esquecimento e do silenciamento destaca a importância de uma abordagem crítica e inclusiva na preservação da memória coletiva. Reconhecer e abordar esses aspectos permite uma compreensão mais profunda e equitativa da história e das experiências humanas, garantindo que as vozes marginalizadas sejam ouvidas e que os eventos sejam lembrados de forma mais completa e precisa. Assim,

a luta contra o esquecimento e o silenciamento é fundamental para a integridade da memória coletiva e para a formação de uma sociedade mais justa e consciente de seu passado e presente.

2.3 A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

A Ciência da Informação é uma disciplina que explora como a informação é gerenciada, acessada e utilizada. Surgida no século XX, ela se desenvolveu na interseção das áreas de Biblioteconomia, Arquivologia, Museologia e Documentação (Le Coadic, 2004). O objetivo é facilitar o acesso e uso eficiente da informação.

Este campo aborda diversas atividades relacionadas à informação, incluindo sua coleta, organização, armazenamento, recuperação e proteção. Os cientistas da informação também estudam como as pessoas interagem com os sistemas de informação visando melhorar a comunicação e a tomada de decisões em contextos sociais e organizacionais.

Nesse contexto de estímulo à pesquisa científica e tecnológica, desencadeou-se uma explosão informacionais, a partir da qual se criou uma demanda para a emergência de um campo preocupado com a recuperação da informação, acesso e uso dessas novas tecnologias, já que a informação ganhou um valor estratégico para os governos. Nascia assim, por volta da década de 60, nos EUA, a Ciência da Informação (Siqueira, 2010, p. 09).

Com o avanço tecnológico, a Ciência da Informação tem incorporado ferramentas como a Inteligência Artificial, aprendizado de máquina, mineração de dados e visualização de dados. Essas tecnologias são aplicadas para criar sistemas mais eficazes na busca, organização e indexação de informações, além de desenvolver interfaces mais amigáveis para os usuários. Além dos aspectos tecnológicos, a área também considera importantes questões éticas e legais, como privacidade, direitos autorais e acesso à informação.

A Ciência da Informação tem um papel fundamental na preservação da memória, agindo como uma ponte essencial entre o passado e o futuro ao garantir a salvaguarda de registros e informações.

Baseado nesses indícios, o conceito de memória foi sendo apropriado pelo campo da Ciência da Informação. Entende-se que a memória sobre a qual a Ciência da Informação se detém não está associada ao desenvolvimento de técnicas de memorização ou no entendimento das patologias que impedem seu aperfeiçoamento, tampouco em

captar memórias potenciais para a construção da história. Ao incorporar estudos memorialísticos, a Ciência da Informação visa fazer com que os registros informacionais sejam fontes para atualização da memória a partir da organização, representação e recuperação da informação (Silva e Martins, 2022, p. 13).

Em sua abordagem à preservação da memória, ela engloba estratégias para a proteção de documentos tanto físicos quanto digitais. Para materiais físicos, como papel, filme e outros meios susceptíveis a degradação, a Ciência da Informação utiliza técnicas avançadas de conservação. Estas técnicas incluem o controle ambiental para reduzir a deterioração devido a fatores como luz, temperatura e umidade, além da restauração física de documentos danificados.

Paralelamente, a preservação digital é tratada com igual seriedade. A Ciência da Informação adota tecnologias de digitalização para converter documentos e artefatos físicos em formatos digitais, garantindo a durabilidade e facilitando o acesso remoto. Além disso, práticas como a criação de metadados detalhados são implementadas para enriquecer a busca e recuperação de informações, enquanto sistemas robustos de gerenciamento eletrônico de documento são empregados para organizar e armazenar de forma segura esses dados digitais.

Além das técnicas e tecnologias, a Ciência da Informação aborda importantes questões éticas e culturais na preservação da memória. Profissionais da área devem considerar o que é preservado e como as narrativas históricas são formadas a partir dos registros disponíveis. A inclusão de múltiplas perspectivas e a representatividade na memória preservada são essenciais para evitar uma história unilateral. Assim, a Ciência da Informação promove práticas que garantam uma preservação inclusiva e representativa, refletindo a diversidade e pluralidade das experiências humanas.

A reflexão sobre o esquecimento é deveras importante, sobretudo em um campo de conhecimento que concebe a memória como preservação, para compreender que essa mesma memória possui outras categorias, tem sobretudo, relação com as tecnologias de informação e comunicação, operando sua pragmática na sociedade. Enfim, podemos até fazer o deslocamento semântico do termo “memória” com a área em relação à memória organizada e preservada, que permite a disseminação e a recuperação do conhecimento. Hoje, no ciberespaço, a memória é “buscada” pelos mecanismos de busca, talvez porque esteja “perdida”, sem organização rigorosa dos processos de tratamento e representação da informação (Monteiro; Carelli; Pickler, 2008, p. 12).

Em conclusão, a Ciência da Informação representa um campo vital que transcende a simples gestão de dados para abraçar uma abordagem holística que

integra tecnologia, ética e preservação da memória cultural. À medida que avançamos na era digital, os desafios e responsabilidades desta disciplina se ampliam, exigindo dos profissionais uma constante adaptação e inovação. Com o objetivo de garantir que a informação seja acessível, mas também protegida e representativa das diversas vozes da sociedade, a Ciência da Informação continua a evoluir, assegurando que o conhecimento seja uma ponte entre o passado e o futuro. Assim, este campo não apenas preserva a memória coletiva e individual, mas também desempenha um papel crucial na formação de uma sociedade informada e consciente sobre a importância e o impacto da informação em nossas vidas.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste estudo, optou-se por uma abordagem quali-quantitativa para aproveitar as vantagens complementares desses métodos. Enquanto os métodos quantitativos focam na mensuração e quantificação de dados, proporcionando resultados generalizáveis, os métodos qualitativos oferecem uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos. Essa combinação permite uma exploração rica das experiências, percepções e significados atribuídos da pesquisa (Gerhardt; Silveira, 2009, p. 31). A integração dessas abordagens proporciona uma visão mais completa e detalhada, capturando tanto as estatísticas quanto os aspectos subjetivos e as nuances que compõem a realidade dos estudos.

A escolha pela abordagem quantitativa para o estudo sobre a construção e representação da Ditadura Militar no Brasil no campo da Ciência da Informação é fundamentada em sua capacidade de fornecer uma análise sistemática e objetiva dos dados. Esta abordagem permite a quantificação de padrões e tendências nas publicações acadêmicas, oferecendo uma visão clara da evolução do interesse e do tratamento do tema ao longo do tempo (Souza e Kerbauy, 2017, p. 7). Métodos quantitativos são especialmente úteis para aplicar análises estatísticas que podem identificar correlações significativas entre as variáveis de interesse, como a relação entre eventos políticos e as tendências de publicação. Além disso, essa metodologia permite uma análise robusta de grandes volumes de dados, garantindo uma abrangência e representatividade que são essenciais para compreender as dinâmicas complexas e multifacetadas da representação histórica em um campo acadêmico.

Os métodos qualitativos se mostram particularmente apropriados para investigações que buscam desvendar a complexidade dos fenômenos sociais, especialmente aqueles que envolvem interações humanas e processos subjetivos. A flexibilidade que esses métodos oferecem na coleta e análise dos dados permite ao pesquisador ajustar as abordagens conforme a natureza do objeto de estudo e as respostas obtidas ao longo da pesquisa. Essa adaptabilidade é essencial para capturar a riqueza dos dados e interpretar os resultados de forma a respeitar a singularidade e a complexidade dos fenômenos investigados.

A pesquisa qualitativa, como já vimos, é concebida como uma abordagem de produção de conhecimentos e um modo de olhar, observar, indagar, buscar e encontrar (às vezes não encontrar, pois

isso também é objeto de análise), descrever, analisar, interpretar e compreender o mundo humano. Sabemos que esse ato de pesquisar pode ser realizado como um exercício pessoal ou compartilhado. Independentemente disso, será norteado pela indagação diante da realidade (Martins, 2015, p. 29).

Adotar uma abordagem quali-quantitativa aprofunda a compreensão do objeto de estudo, integrando as métricas quantitativas que permitem a mensuração e análise estatística com a sensibilidade qualitativa que captura as nuances e subjetividades dos fenômenos sociais. Essa metodologia combinada contribui para a geração de conhecimento que reflete de maneira mais abrangente e fiel a complexidade da realidade vivida pelos sujeitos em seu contexto. Além disso, permite que os resultados sejam representativos e bem contextualizados, facilitando uma análise crítica mais robusta e completa da realidade estudada. Assim, a abordagem quanti-qualitativa enriquece o entendimento dos padrões emergentes e das experiências individuais, garantindo uma perspectiva mais holística e integrada na investigação científica.

Já a natureza aplicada desta pesquisa é justificada por seu objetivo de gerar conhecimento que, além de enriquecer o debate acadêmico, ofereça também insights práticos e úteis para profissionais que atuam na preservação da memória e na educação histórica. A pesquisa aplicada difere da pesquisa pura pois busca resolver problemas práticos e específicos, utilizando conhecimentos teóricos para gerar soluções aplicáveis em contextos reais (Kauark; Manhães; Medeiros, 2010, p. 27). A pesquisa visa contribuir e incentivar a melhora, compreensão e disseminação das memórias relacionadas à Ditadura Militar.

No que diz respeito aos procedimentos metodológicos, a pesquisa optou pela análise de conteúdo como técnica principal para a avaliação dos dados coletados. A análise de conteúdo possibilita uma investigação sistemática e objetiva das mensagens e representações presentes na literatura e em outras fontes documentais relevantes. Bardin (1997) define a análise de conteúdo como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/percepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Essa técnica é especialmente útil para identificar padrões, temas recorrentes e variações nas representações sobre a Ditadura Militar permitindo uma compreensão

mais estruturada e profunda das narrativas que formam a memória deste período histórico.

Para a realização do mapeamento foi estabelecido um protocolo de pesquisa com o objetivo de identificar e analisar as publicações relacionadas à Ditadura Militar no Brasil, especificamente no campo da Ciência da Informação.

Quadro 1 – Protocolo de pesquisa

PROTOCOLO	
Objetivo:	O objetivo deste mapeamento é identificar o que se tem publicado sobre a Ditadura Militar no Brasil no campo da Ciência da Informação
Pergunta norteadora (PN):	Quais são os estudos sobre a Ditadura Militar no Brasil no campo da Ciência da Informação?
	Quem são os autores?
	Quais as fontes de publicação?
	Quando foram publicados?
	Quais são os temas centrais destes estudos?
População:	Publicações que têm a Ditadura Militar como tema
Resultados:	Extrair, agregar e apresentar os dados do mapeamento
PALAVRA-CHAVE	
Termos:	Ditadura
DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FONTES	
Critério de busca:	As publicações consideradas neste estudo serão aquelas que respondam aos critérios de busca por palavra-chave em todos os campos.
Idioma:	Todos os idiomas dos textos recuperados, sem restrição
Métodos de seleção:	Montar expressão de busca; aplicar a expressão na base definida para a realização da pesquisa; exportar os dados das publicações; importar os dados em uma planilha do Excel; elaborar gráficos e tabelas que auxiliarão na análise e apresentação dos dados.
DEFINIÇÃO DE FONTES	
Bases de dados:	BRAPCI
CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE DOCUMENTOS	
Critério de inclusão:	Palavra-chave no assunto, título ou resumo dos documentos recuperados, cujo tema tenha aderência ao contexto da ditadura militar no Brasil e no campo da Ciência da Informação: incluir
Critério de exclusão:	Palavra-chave ausente no assunto, título ou resumo (publicações que não tenham relação com o contexto da Ditadura Militar no Brasil): excluir
Tipos de documentos:	Artigos, trabalhos em eventos e livros
EXTRAÇÃO DE DADOS	
Campos do formulário de extração de dados:	Título, palavra-chave e resumo

Fonte: Elaborado pela autora.

Este protocolo foi estruturado em torno de perguntas norteadoras (PN), elaboradas para investigar diversos aspectos específicos. Em primeiro lugar, buscar-se-á identificar quais estudos abordam o tema da Ditadura Militar no Brasil dentro do campo da Ciência da Informação. Em seguida, as perguntas visaram determinar quem são os principais autores que contribuíram para essa discussão. Outro objetivo será mapear as fontes onde essas pesquisas são publicadas, assim como estabelecer o período em que esses estudos foram divulgados. Por fim, o protocolo se concentrará em identificar os temas centrais que emergirão dessas investigações, fornecendo uma visão abrangente do tratamento do tema na área.

A população-alvo desta pesquisa abrangerá todas as publicações que tratam da Ditadura Militar como tema principal. O objetivo esperado será a coleta, agregação e a apresentação detalhada dos dados obtidos através desse mapeamento, proporcionando uma visão compreensiva e organizada das informações reunidas ao longo do estudo.

Na fase de definição da palavra-chave, será aplicado o termo “ditadura” como foco central com o objetivo de garantir que a busca englobe uma ampla variedade de estudos relevantes. Quanto aos critérios de seleção das fontes, serão incluídas apenas as publicações que atenderem aos parâmetros estabelecidos na busca aplicada a todos os campos dos textos recuperados. Para assegurar uma análise abrangente, a busca será realizada sem restrições de idioma permitindo a inclusão de estudos em qualquer língua dos textos identificados.

Os métodos de busca incluirão a criação da expressão de busca específica (no caso o termo “ditadura”), aplicação da expressão na base de dados BRAPCI, escolhida como a principal fonte de dados por seu foco na área da Ciência da Informação e, ao final, exportação dos dados recuperados para uma planilha. Para que um documento seja incluído na análise, será necessário que a palavra-chave esteja presente no título, no resumo ou no campo de assunto da publicação. Em contrapartida, serão excluídos os documentos em que a palavra-chave esteja ausente ou que não tenham uma relação direta com o contexto do estudo.

A análise abrangerá documentos como artigos, trabalhos apresentados em eventos acadêmicos e livros. Para organizar os dados de forma eficiente serão utilizados vários campos no formulário. Esses campos incluirão o ID do artigo, o tipo de documento, o ano de publicação, o local onde foi publicado, o nome do autor, o título, as palavras-chave, o resumo e as legendas.

É importante ressaltar que o rigor na aplicação das etapas descritas será fundamental para garantir a qualidade e a relevância dos dados coletados. A utilização de critérios bem definidos para a seleção de documentos, aliada a uma abordagem abrangente na busca e organização das informações permitirá a construção de um conjunto de dados robusto e representativo. Como resultado, o protocolo seguido oferecerá uma base sólida para a compreensão e interpretação dos estudos relacionados à Ditadura Militar no Brasil no campo da Ciência da Informação garantindo que as conclusões derivadas deste processo sejam fundamentadas em dados amplamente coletados e criteriosamente selecionados.

A seção a seguir apresentará a análise dos resultados, sob duas perspectivas: análise quantitativa e qualitativa e, posteriormente, a discussão dos resultados obtidos.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise de resultados apresentada nesta seção busca interpretar e discutir os dados obtidos no mapeamento sistemático sobre a representação da Ditadura Militar no campo da Ciência da Informação. Fundamentada na análise de conteúdo, a discussão é guiada pelos objetivos e pelas questões norteadoras previamente estabelecidas, que incluem: o que está sendo estudado, quem são os autores que abordam o tema, quando as publicações foram realizadas e onde esses estudos têm sido disseminados.

Os artigos analisados foram categorizados em sete temáticas principais: Arquivos da Ditadura, Direitos Humanos, Comunicação na Ditadura, Censura, Resistência à Ditadura, Comissão da Verdade e Memória da Ditadura. Além disso, busca-se articular os dados às discussões teóricas apresentadas nas seções anteriores, promovendo uma análise integrada que permita correlacionar as descobertas aos conceitos de memória, esquecimento e direito à verdade. Desta forma, esta etapa contribui para ampliar a compreensão do papel da Ciência da Informação na preservação e construção das memórias relacionadas à Ditadura Militar, considerando sua relevância para o fortalecimento da justiça e da democracia no Brasil.

As próximas seções apresentam as análises quantitativas e qualitativas dos dados coletados durante as buscas.

4.1 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS

A pesquisa, conduzida em 05 de novembro de 2024, utilizou a BRAPCI, uma base de dados acadêmica, como principal recurso para a recuperação de documentos acadêmicos utilizando o termo de busca “ditadura”. A utilização de uma única palavra-chave, “ditadura”, na pesquisa, é justificada pela carga semântica intrínseca do termo, que encapsula amplas conotações e implicações tornando adições suplementares desnecessárias para esclarecer seu contexto ou significado. Esse método de busca foi reforçado pela necessidade de precisão na filtragem dos resultados, especialmente após enfrentar desafios significativos com a base de dados BRAPCI. Esta base, por uma falha crítica, retornou registros que eram incongruentes com o termo buscado,

incluindo artigos totalmente diferentes do tema buscado e com uma mistura indevida de registros entre si.

Dada a inconsistência observada, foi imprescindível uma análise detalhada de cada documento recuperado, exigindo a verificação individual para assegurar que os conteúdos listados na planilha exportada correspondessem de fato aos dados apresentados na base. A discrepância entre os resumos nos documentos e na base de dados exigiu uma revisão meticulosa, onde vários documentos precisaram ser corrigidos para refletir as informações autênticas e manter a integridade dos dados coletados. Optar por manter a palavra-chave "ditadura" como único filtro emergiu como uma estratégia eficaz para delimitar a inclusão e exclusão de dados relevantes, reduzindo a probabilidade de incorporação de resultados equivocados e otimizando a relevância e exatidão da pesquisa realizada.

Inicialmente, o sistema recuperou 194 documentos que se relacionavam ao tema investigado. Para um exame mais aprofundado e preciso dos documentos, os dados foram exportados para uma planilha Excel.

Durante esta fase de análise, aplicou-se um conjunto de critérios de exclusão e inclusão para assegurar que cada documento estivesse estritamente alinhado com o foco do estudo. O primeiro critério aplicado foi verificar a presença da palavra-chave "ditadura" no título dos documentos. Caso a palavra-chave não estivesse presente no título, procedia-se à busca pelas palavras-chave dos documentos seguindo-se pela verificação nos resumos. Nos casos em que ainda restava dúvidas sobre a relevância do material para o tema estudado, realizou-se a leitura integral do texto.

Esse processo de seleção resultou na exclusão de 63 documentos que não atendiam plenamente os critérios estabelecidos, fazendo com que o corpus de análise fosse composto por 131 documentos. Esses documentos foram organizados em uma tabela estruturada e apresentada a seguir, facilitando a visualização e a análise dos resultados.

Tabela 1 – Total dos documentos recuperados

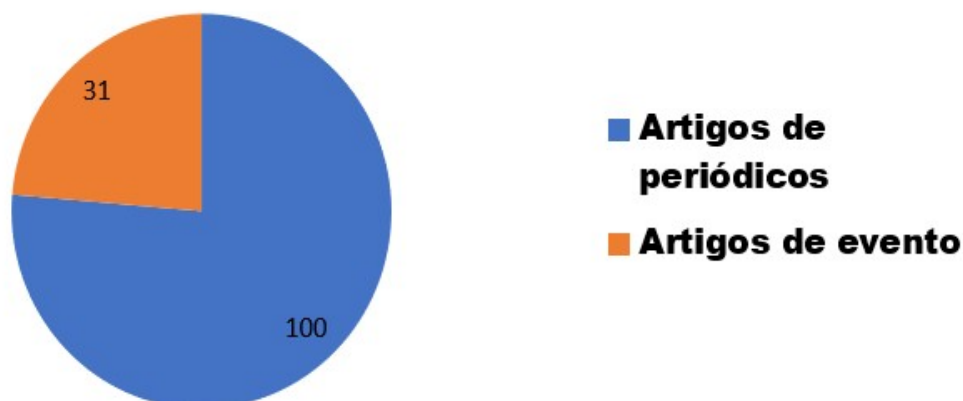
Documentos			Total	
Recuperados			194	
Excluídos	Duplicados		14	
	Aderência ao tema		17	
	Erro no motor de busca		21	
	Tipo de documento	Editorial		3
		Entrevista		2
		Resenha		5
Resumo			1	
Corpus de análise			131	

Fonte: Dados da pesquisa.

Como exposto acima, um total de 63 registros foram excluídos por não satisfazer os critérios estabelecidos anteriormente para inclusão na pesquisa. As exclusões foram categorizadas da seguinte maneira:

- **Duplicados:** 14 registros foram identificados como duplicatas. Esses registros foram removidos para evitar redundâncias e sobreposições desnecessárias no conjunto final de dados;
- **Falta de aderência ao tema:** 17 registros foram eliminados após uma revisão de seus títulos, resumos, palavras-chave e, em alguns casos, do texto completo. Estes documentos foram descartados porque não demonstraram uma relação direta e substancial com o tema centra de “ditadura”, apesar de terem sido inicialmente recuperados através do termo de busca;
- **Erro no motor de busca:** 21 registros foram excluídos devido a falhas identificadas no processo de recuperação dos dados pela base. Isso levou à inclusão de documentos irrelevantes para o tema ou inconsistências na correspondência exata com o termo “ditadura”;
- **Tipo de documento:** 11 registros foram considerados inapropriados para os propósitos da pesquisa devido ao seu tipo documental.

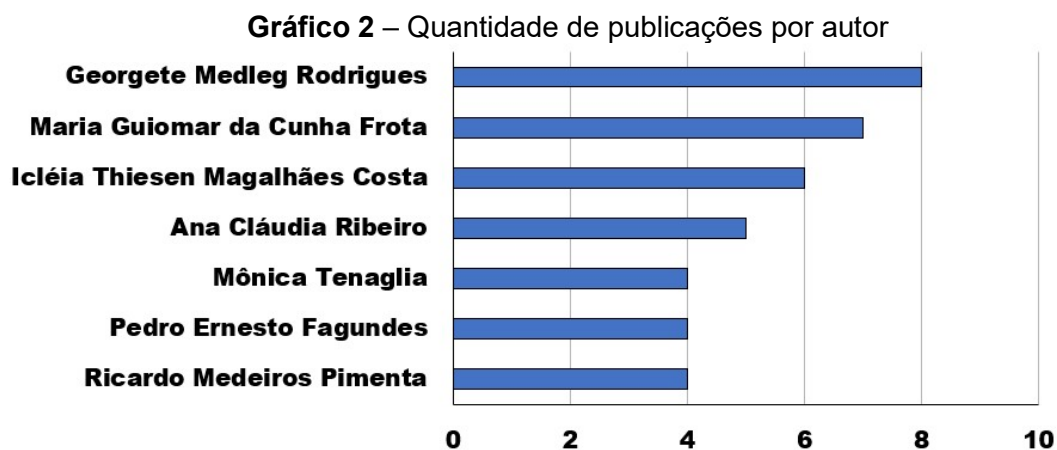
Seguindo essa etapa de pré-análise dos dados, com o uso do Excel, procedeu-se à categorização dos documentos escolhidos, classificando-os por tipo dentro do conjunto de análise.

Gráfico 1 – Quantidade de documentos por tipo

Fonte: Dados da pesquisa.

A análise dos dados revela uma clara predominância de artigos publicados em periódicos, que representam 76% do total de publicações analisadas. Especificamente, foram contabilizados 100 artigos de periódicos. Por outro lado, os artigos provenientes de eventos científicos constituem aproximadamente 24% do conjunto, somando 31 artigos no total. Deste grupo, a grande maioria, ou seja, 30 artigos, foram apresentados no Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação (ENANCIB), e apenas um foi relacionado à International Society for Knowledge Organization Brasil (ISKO Brasil). Esta distribuição indica uma tendência ou uma preferência significativa pela publicação em periódicos em detrimento dos eventos na amostra estudada; tal feito pode ser motivado pelos mecanismos de avaliação de programas de pós-graduação realizados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Prosseguindo com a análise, o Gráfico 2 subsequente ilustra os autores que mais se destacaram em termos de produtividade científica, conforme evidenciado pela revisão dos artigos. Dentro do conjunto de 204 autores envolvidos nos estudos examinados, foram identificados sete pesquisadores cujas contribuições são particularmente notáveis devido ao número de publicações que realizaram.



Fonte: Dados da pesquisa.

Georgete Medleg Rodrigues atua na Universidade de Brasília (UnB) e se destaca no gráfico como a autora com maior número de publicações. Sua formação abrangente em História, com graduação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) e especializações, incluindo mestrado e doutorado pela Universidade Paris 4 e UnB, confere a ela uma base sólida em pesquisa histórica e arquivística. O foco específico de Rodrigues em arquivos, arquivologia e a mediação cultural em instituições arquivísticas, juntamente com temas como comunicação, difusão de acervos, informação, memória e arquivos relacionados a direitos humanos, revela uma amplitude de interesses que são críticos para a compreensão e gestão de informações em contextos sensíveis e significantes. Sua liderança como membro da Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência Memórias Reveladas também sugere uma posição de influência e responsabilidade, provavelmente contribuindo para o seu alto volume de publicações.

Maria Guiomar da Cunha Frota, a segunda autora mais prolífica no gráfico apresentado, possui formação acadêmica robusta com graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), especialização em Ciências Sociais pela mesma instituição, mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e doutorado pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Afiliada ao programa de pós-graduação em Ciência da Informação da UFMG, se dedica especialmente a temas como memória social, patrimônio e produção do conhecimento, focando em informações e direitos humanos além da memória da repressão e da resistência nos países do Cone Sul. O número significativo de publicações de Frota pode ser atribuído à relevância e à urgência de

seus temas de pesquisa, que exploram questões críticas relacionadas à memória e aos direitos humanos em contextos pós-ditatoriais.

Icléia Thiesen Magalhães Costa, destacada como a terceira autora mais produtiva no gráfico, possui um perfil acadêmico notável e abrangente. Com graduação em Museologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade Santa Úrsula (USU), ela expandiu suas qualificações com mestrado e doutorado em Ciência da Informação pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Atualmente, Costa está vinculada à UNIRIO, onde seu interesse de pesquisa se concentra em estudos históricos e epistemológicos. Ela atua principalmente nos temas de informação, memória, história; documentos sensíveis; memória institucional; usos do passado e paradoxos do esquecimento e regimes de informação, verdade e pós-verdade. Costa liderou o grupo de pesquisa Memória e Espaço e coordenou o GT Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação na Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB). Além disso, sua participação como membro da Comissão de Altos Estudos Memória Reveladas de 2012 a 2016 destaca sua influência nos estudos de memória e informação no Brasil.

Ana Cláudia Ribeiro, que atua na Universidade Federal do Amazonas (UFAM), posicionada como a quarta autora mais produtiva, apresenta uma sólida formação acadêmica que cruza as áreas de Biblioteconomia e de Arquivologia, com graduações pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci (UNIASSELVI), respectivamente, e mestrado e doutorado em Ciência da Informação pela UFMG. Sua associação ao grupo de pesquisa Justiça de Transição da Universidade de Brasília e à Rede Brasileira de Pesquisadores de Sítios de Memória e Consciência sublinha seu compromisso com a pesquisa focada em arquivos relacionados à CNV, organização da informação e direitos humanos. O número expressivo de publicações de Ribeiro pode ser atribuído ao seu papel central nos estudos sobre os arquivos da CNV, um tema de grande relevância social e histórica no Brasil.

Mônica Tenaglia, que atua na Universidade Federal do Pará (UFPA), classificada como a quinta autora mais produtiva, possui uma formação interdisciplinar que combina História e Arquivologia, com graduações pela Universidade de São Paulo (USP) e UNIASSELVI, além do mestrado em Arquivologia pela University College London (UCL) na Grã-Bretanha e do doutorado em Ciências da Informação pela UnB.

Sua tese de doutorado sobre as Comissões da Verdade no Brasil e suas estratégias de acesso aos arquivos foi reconhecida com Menção Honrosa no Prêmio CAPES de Tese 2020, e seu livro sobre o tema ganhou o prêmio Jabuti Acadêmico em 2024, evidenciando seu impacto significativo na área, além de ser coordenadora adjunta no GT10 – Informação e Memória da ANCIB. Assim, o volume de publicações de Tenaglia é um indicativo de sua liderança e relevância no campo da Arquivologia e das Ciências da Informação, especialmente no que tange às dinâmicas de memória e justiça em contextos pós-ditatoriais.

Pedro Ernesto Fagundes, identificado como o sexto autor mais produtivo, tem um sólido histórico acadêmico em História, com graduação e especialização pelo Centro Universitário São Camilo (ES) além do mestrado pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e doutorado em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Sua experiência como coordenador da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), onde atua, entre 2013 e 2016, e sua participação na Comissão de Altos Estudos Memória Reveladas, destacam seu envolvimento direto com questões de memória e justiça social no Brasil. Seu número de publicações pode ser atribuído ao seu foco em investigar as lutas políticas do Brasil durante o período de 1964 a 1985, um tema crítico que aborda tanto a memória histórica quanto as implicações contemporâneas dos direitos humanos.

Ricardo Medeiros Pimenta, que atua no IBICT, o sétimo e último autor destacado no gráfico com o maior número de publicações, possui uma base acadêmica consolidada em História, com graduação pela Universidade Gama Filho (UGF) e especialização pela Universidade Candido Mendes (UCAM), concluindo tanto o mestrado quanto o doutorado na UNIRIO. Sua participação na Comissão de Altos Estudos do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) durante 2012-2014, no Arquivo Nacional, destaca seu papel ativo no estudo e preservação da memória histórica relacionada a períodos de conflito político e social no Brasil. O volume significativo de publicações de Pimenta pode ser atribuído à sua especialização em Memória Social, um campo que aborda diretamente as questões de como as sociedades recordam e processam períodos traumáticos do passado.

Os autores analisados apresentam um fio condutor comum em suas pesquisas: a dedicação à memória social, arquivologia e aos direitos humanos. Cada um, com sua formação e experiência específicas, contribui de maneira significativa para a

compreensão e preservação da história. Embora suas especializações variem de História e Sociologia à Ciência da Informação e Museologia, todos eles exploram temas interligados que abordam a memória da repressão e resistência, a organização de arquivos da verdade e a importância da informação na promoção dos direitos humanos.

Após examinados os autores que apresentaram mais produtividade científica, a atenção será direcionada às revistas que se sobressaíram em termos de volume de publicações. A seguir, serão identificados os 38 títulos das revistas que se destacaram por terem o maior número de artigos publicados, em um total de 100.

Tabela 2 – Quantidade de documentos por revista

Título da revista	Quantidade
Revista Acervo (Arquivo Nacional)	27
Em Questão	6
Informação & Informação	5
Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura	5
Múltiplos Olhares em Ciência da Informação	4
Comunicação & Informação	3
Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação	3
Revista Conhecimento em Ação	3
Ágora: Arquivologia em debate	2
Ensaio Geral	2
Informação & Sociedade: Estudos	2
Informação Arquivística	2
Liinc em revista	2
Logeion: filosofia da informação	2
OFFICINA - Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo	2
Perspectivas em Ciência da Informação	2
Ponto de Acesso	2
Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som - Policromias	2
Revista EDICIC	2
Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde	2
Revista Fontes Documentais	2
Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação	2
Archeion Online	1
Awari	1
Biblionline	1
Ciência da Informação em Revista	1
DataGramZero	1
Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação	1
Informação@Profissões	1
IRIS - Revista de Informação, Memória e Tecnologia	1
Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia	1

Prisma.com (Portugual)	1
Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina	1
Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação	1
Revista Folha de Rosto	1
Revista Informação na Sociedade Contemporânea	1
Revista Online da Biblioteca Prof. Joel Martins	1
Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação	1
TOTAL	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Será analisado prioritariamente as cinco principais revistas listadas na tabela, com base no volume de publicações que possuem.

A Revista Acervo, publicação oficial do Arquivo Nacional do Brasil, se destaca significativamente no campo dos estudos sobre a Ditadura Militar no Brasil, configurando-se como a líder em publicações sobre o tema com um total de 27 artigos. Essa notoriedade pode ser atribuída, em parte, aos seus objetivos editoriais e à sua missão de disseminar conhecimento crítico sobre períodos históricos marcantes. Um dos possíveis motivos para o alto número de publicações sobre a Ditadura Militar é seu alinhamento com os movimentos de memória e verdade que ganharam força nas últimas décadas. Isto está em consonância com a função do Arquivo Nacional como custodiante de um vasto acervo documental relacionado ao período militar. Além disso, a Revista Acervo tem organizado edições especiais que correspondem a momentos significativos de reflexão e revisão histórica. Por exemplo, em 2014, a revista lançou um dossiê relembrando o 50º aniversário do golpe militar de 1964, e contou com 24 artigos. Outro exemplo é a edição que relembra a promulgação do Decreto 5.584 de 18 de novembro de 2005 (Brasil, 2005), que regulou o recolhimento ao Arquivo Nacional dos documentos arquivísticos públicos que foram produzidos e recebidos por órgãos extintos, como o Conselho de Segurança Nacional (CSN), a Comissão Geral de Investigações (CGI) e o SNI; neste fascículo foram publicados 11 artigos.

A revista Em Questão, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e especializada nas áreas de Comunicação e Informação, ocupa o segundo lugar com seis artigos publicados sobre o tema, uma contagem significativa, considerando seu foco temático mais amplo. O motivo para essa inclusão pode ser atribuído à natureza interdisciplinar da Comunicação e da Informação como disciplinas. Embora a revista não organize dossiês específicos sobre a Ditadura Militar, como a Revista Acervo, a abordagem de seus temas permite a inserção de

trabalhos que abordam as implicações políticas e sociais do regime militar. Isso inclui estudos sobre a censura, propaganda política, políticas de comunicação do regime e o papel dos meios de comunicação na resistência ao autoritarismo. A revista também se destaca por sua flexibilidade editorial, frequentemente incorporando dossiês com “temas livres” que permitem aos autores explorarem uma variedade de assuntos dentro dos parâmetros da Comunicação e Informação.

Em seguida, ocupando a terceira posição na análise, com um total de cinco artigos publicados, temos a revista *Informação & Informação*, publicada pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Essa revista é especializada nas áreas de Ciência da Informação, Biblioteconomia, Arquivologia e Gestão da Informação, disciplinas que têm implicações diretas no entendimento de como as informações foram controladas, armazenadas e disseminadas durante períodos de regimes autoritários. O fato de a *Informação & Informação* não possuir dossiês específicos sobre a Ditadura, mas ainda assim contar com artigos sobre o assunto, sugere a relevância intrínseca do período para os campos de estudo da revista. Durante a Ditadura Militar, políticas de informação rigorosas foram implementadas incluindo censura, vigilância e a manipulação de conteúdos em bibliotecas e arquivos. Estudar essas práticas através das lentes da Ciência da Informação e Arquivologia é crucial para compreender os métodos de controle de informação e a resistência a esses métodos por parte de bibliotecários, arquivistas e profissionais da informação.

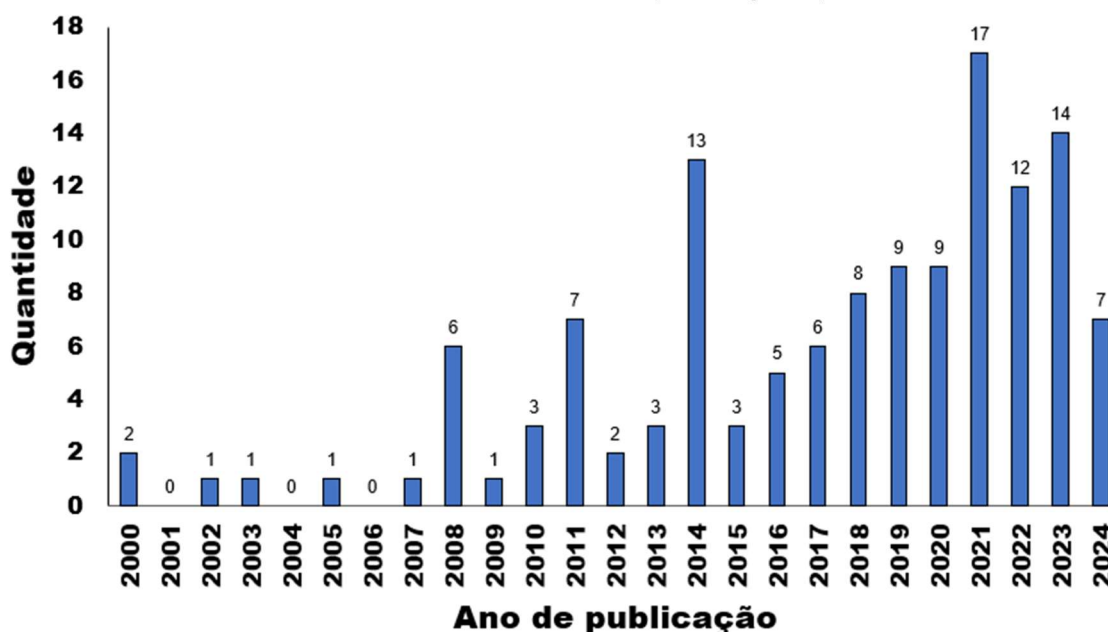
A Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura, conhecida por sua abordagem interdisciplinar que entrelaça economia política com estudos de comunicação e cultura, aparece em quarta posição. Com cinco artigos publicados que exploram o período do golpe, a revista se posiciona como uma voz importante na análise das interseções entre economia, política e informação durante regimes autoritários. O interesse da revista por temas ligados à Ditadura Militar pode ser atribuído à sua ênfase na Economia Política da Comunicação, uma área que investiga como as condições econômicas e as políticas influenciam os sistemas de comunicação e, por extensão, a cultura e a sociedade em geral. Durante a Ditadura, a economia e a política brasileiras foram profundamente afetadas pelas decisões do regime, que, por sua vez, impactaram diretamente os meios de comunicação e as expressões culturais. Embora a revista não tenha dossiês, como as outras duas revistas citadas acima, os artigos sobre o tema são pertinentes ao foco editorial da revista e refletem seu compromisso com a

produção do conhecimento que não apenas documenta, mas também favorece mudanças sociais.

Fechando, então, a análise, a revista *Múltiplos Olhares em Ciência da Informação*, posicionada como um veículo de divulgação científica essencialmente voltado em formação – tanto discentes quanto docentes –, detêm um papel relevante na disseminação de conhecimento nas áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Com quatro artigos publicados, a revista se destaca por integrar um olhar crítico sobre este período conturbado da história brasileira. Embora sendo uma revista que também não organize nada em específico sobre a Ditadura, a inclusão desses artigos reflete a importância do tema para as áreas de conhecimento abordadas pela revista. Tais publicações não somente contribuem para a construção de um corpo acadêmico sobre a Ditadura a partir das perspectivas da Ciência da Informação, mas também ressaltam a relevância dessas disciplinas para a compreensão dos mecanismos de poder e controle, assim como a valorização da memória e da verdade histórica.

O Gráfico 3 abaixo apresenta a distribuição anual das publicações relacionadas à Ditadura Militar, abrangendo o período de 2000 a 2024. As barras refletem a quantidade de artigos publicados em cada ano, permitindo identificar tendências temporais na produção científica sobre o tema.

Gráfico 3 – Quantidade de publicações por ano



Fonte: Dados da pesquisa.

A análise a seguir será direcionada aos anos de 2011, 2014, 2021, 2022, 2023 e 2024, períodos que se destacam no gráfico pela quantidade significativa de publicações. Esses anos serão abordados individualmente, considerando o contexto político, social ou acadêmico que pode ter influenciado o aumento do interesse pelo tema em cada momento.

O início em 2011 é especialmente relevante, pois marca um ponto de inflexão na produção acadêmica sobre o tema. O aumento pode ser conjugado às tratativas que culminaram na criação da CNV, oficializada em 26 de outubro de 2011. A aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 88/2011 pelo Senado representou um marco significativo na promoção do direito à memória e à verdade histórica no Brasil. A criação da CNV pode ter estimulado debates acadêmicos e políticos acerca da importância da preservação da memória histórica, da responsabilização por crimes cometidos pelo regime e da reconciliação nacional.

Dando sequência, o ano de 2014 se destaca no gráfico como um dos períodos de maior produção sobre a Ditadura Militar. Esse aumento pode ser atribuído a uma combinação de eventos marcantes que intensificaram o interesse pelo tema. Em 10 de dezembro de 2014, a CNV apresentou seu relatório final à ex-presidente Dilma Rousseff, responsabilizando 377 indivíduos por torturas e assassinatos durante o golpe militar e reconhecendo oficialmente 434 casos de mortes e desaparecidos, incluindo 210 desaparecidos políticos (Quais, 2014). Além disso, 2014 marcou o 50º aniversário do golpe militar de 1964, um marco simbólico que gerou uma ampla mobilização social, política e acadêmica em torno da análise crítica do período.

O incremento das publicações sobre a Ditadura Militar em 2021, após um período de estabilidade entre 2019 e 2020, poder ser analisado sob a ótica de uma série de acontecimentos que permearam o contexto brasileiro nos anos anteriores. Em 2019, a iniciativa do então ex-presidente Jair Bolsonaro de comemorar o 31 de março, data do golpe militar de 1964 (Mori, 2019), e a declaração de Carlos Alberto Brilhante Ustra, conhecido torturador durante o regime, como um “herói nacional” (Bolsonaro, 2019), reintroduziu no debate público a narrativa revisionista do regime militar. Ademais, em 2020, a aplicação da Lei de Segurança Nacional, instrumento legislativo herdeiro da época da Ditadura, para silenciar vozes dissidentes e críticas ao governo reforçou as discussões sobre as ressonâncias autoritárias ainda presentes no Brasil. A conjunção desses fatores, somadas às dificuldades impostas pela pandemia da COVID-19 em 2020, que temporariamente retardou a produção e

divulgação de novos trabalhos científicos devido ao isolamento social e à paralisação das atividades presenciais, pode ter contribuído para uma retomada mais robusta das publicações em 2021.

Nos anos de 2022 e 2023 foi observado um fluxo consistentemente elevado de publicações científicas, o que também pode ser atribuído aos impactos do período pós-pandemia. Nesse contexto, o retorno gradual à normalidade nas atividades globais e acadêmicas pode ter facilitado a retomada de projetos de pesquisa previamente interrompidos ou atrasados, bem como estimulado novos trabalhos. Em contrapartida, a redução no volume de publicações registrada em 2024 pode estar associada aos cortes orçamentários ocorridos nos dois anos anteriores, os quais possivelmente afetaram o financiamento e a viabilidade de iniciativas de pesquisa, resultando em menor produtividade no período.

Após a revisão e interpretação dos dados expostos, será procedido à estruturação das categorias analíticas. O corpus deste estudo é formado por 131 artigos, organizados em sete categorias para facilitar a implementação de uma análise de conteúdo sistemática. Cada artigo foi minuciosamente avaliado em uma base individual e subsequentemente classificado de acordo com a temática predominante.

De forma específica, 26 artigos focaram primariamente nos arquivos gerados durante o período da Ditadura Militar, sendo, assim, categorizados como “Arquivos da Ditadura”. Em contraste, 32 artigos concentram-se nas dinâmicas de censura vigentes nesse período, enquadrando-se na categoria “Censura”. Além disso, 15 artigos focalizaram as diversas Comissões da Verdade estabelecidas no país, sendo categorizados como “Comissões da Verdade”. Uma parcela menor, com quatro artigos, examinou a comunicação no contexto do golpe, resultando na categoria “Comunicação na Ditadura”. Outros 12 artigos investigaram violações de direitos humanos ocorridas durante a Ditadura, classificados sob “Direitos Humanos”. Adicionalmente, 26 artigos abordaram aspectos relacionados à memória do período ditatorial, organizados na categoria “Memória da Ditadura”. Por último, 16 artigos analisaram a resistência ao regime militar, inseridos na categoria “Resistência à Ditadura”. O Esquema 1 a seguir ilustra, em uma *tag* de nuvens, uma maneira mais fácil de visualizar.

Esquema 1 – Relação de categorias e artigos



Fonte: Dados da pesquisa.

Esta categorização foi projetada para espelhar as principais linhas temáticas detectadas na análise documentada, proporcionando uma estrutura organizada e compreensível para o estudo dos enfoques de pesquisa predominantes acerca da Ditadura Militar no Brasil.

4.2 ANÁLISE QUALITATIVA DOS DADOS

Nesta seção foi feita uma análise qualitativa dos 131 artigos selecionados para o estudo. Cada artigo foi cuidadosamente categorizado dentro de temas específicos, conforme a relevância de seu conteúdo em relação ao contexto da Ditadura.

Para apresentação dos dados, as categorias e os artigos correspondentes foram organizados de maneira estruturada. A ordem das categorias foi definida para proporcionar um fluxo lógico e compreensivo, iniciando com a categoria “Censura”, seguida por “Comunicação na Ditadura”, “Resistência à Ditadura”, “Direitos Humanos”, “Comissão da Verdade”, “Arquivos da Ditadura” e finalizando com “Memória da Ditadura”. Esta sequência foi escolhida para refletir uma progressão temática que abrange desde as ações restritivas e opressivas até as iniciativas de recuperação e preservação da memória histórica.

Dentro de cada categoria, os artigos também foram organizados seguindo uma ordem específica que visa destacar aspectos particulares de cada tema. Esta ordenação permite uma análise mais aprofundada e uma melhor compreensão das inter-relações entre os diferentes aspectos abordados.

A categoria “Censura” é composta por 32 documentos, conforme apresentado no Quadro 2.

Quadro 2 – Censura

Autores	Tema principal dos artigos
Dutra (2021)	O artigo explora a persistência da censura no Brasil desde o período colonial até a atualidade. Focalizando em eventos chave e episódios de censura durante a Ditadura, bem como um caso recente na Bienal do Livro de 2019, o estudo destaca

	como práticas repressivas têm sido justificadas historicamente pela defesa da moral e dos bons costumes.
Oliveira e Castro (2015)	O artigo investiga a censura à informação em três períodos críticos: a Revolução Francesa, o Nazismo e a Ditadura Militar brasileira. Analisando as variadas formas de repressão à informação, especialmente a censura de livros e a perseguição a autores e leitores, o estudo utiliza uma abordagem exploratório e bibliográfica para examinar o impacto dessas práticas nos respectivos contextos históricos.
Jardim e Zaidan (2018)	O artigo aborda a censura e a disseminação de notícias falsas durante a Ditadura Militar no Brasil. Utilizando uma análise documental detalhada, os autores examinam o papel da censura e das fake news na história política brasileira, evidenciando a influência desses mecanismos no controle social e na formação de narrativas oficiais.
Salcedo e Costa (2018)	O artigo examina a censura e o sigilo de documentos durante a Ditadura Militar brasileira, explorando seu impacto na memória nacional e no acesso à informação. Utilizando a obra "O Nome da Rosa" como analogia, os autores investigam como o controle governamental sobre informações afetou a preservação da história e o papel das bibliotecas e bibliotecários neste contexto.
Silva et al. (2017)	O artigo analisa a atuação do parlamento brasileiro em relação ao acesso à informação durante a Ditadura Militar. Os autores utilizam dados do Portal da Câmara dos Deputados para investigar a produção legislativa sobre o tema, revelando uma baixa participação do Legislativo e um controle exercido pelo Executivo sobre o acesso à informação.
Molardi (2022)	O artigo explora a relação entre a Ditadura Militar brasileira e a formação da indústria cultural no país. O estudo analisa como a proposta inicial de um Conselho Nacional de Comunicação (CNC), mais democrático, foi substituída pelo CCS durante o processo constituinte, sob influência do lobby empresarial e da modernização capitalista do setor de comunicação. Molardi investiga as consequências dessa mudança, concluindo que o CCS falhou em promover a democratização da mídia no Brasil.
Bastos e Lima (2010)	O artigo investiga os efeitos da censura a livros no Brasil, com foco no período da Ditadura Militar. A pesquisa analisa a presença e ausência de obras censuradas em bibliotecas de Rio de Janeiro e Niterói, utilizando uma lista do Sindicato Nacional de Editores e Livreiros como referência.
Igreja (2018)	O artigo analisa a censura a livros durante a Ditadura Militar brasileira, focando em uma lista de 205 livros proibidos pelo Ministro da Justiça. O estudo examina a presença dessas obras em acervos de quatro universidades brasileiras, destacando a baixa disponibilidade atual desses livros e o impacto duradouro da censura na liberdade de expressão e nos acervos universitários.
Greenhalgh (2020)	O artigo investiga a repressão à liberdade de expressão, especificamente a censura a livros, na cidade de Brasília durante o regime militar brasileiro. Utilizando uma metodologia quali-quantitativa, a pesquisa incorpora documentos oficiais, entrevistas e questionários para analisar casos específicos de censura moral e política, incluindo apreensões, queima de livros e tortura de um editor.
França e Frota (2023)	O artigo examina a censura de obras eróticas na Biblioteca Nacional brasileira durante a Ditadura Militar. Os autores investigam o impacto da censura no acervo da Biblioteca, particularmente em relação às ações de bibliotecários que tentavam proteger livros considerados imorais. O estudo compara a lista de obras censuradas pelo Arquivo Nacional com o acervo atual da Biblioteca Nacional, revelando um déficit significativo na preservação de materiais vetados.
Almeida, Araújo e Paula (2021)	O artigo analisa a censura sofrida por Monteiro Lobato durante a Ditadura Militar brasileira, focando nas obras "Reinações de Narizinho" e "Peter Pan". Utilizando a Análise de Conteúdo, os autores investigam como o imaginário social, influenciado por teorias de Foucault e outros, legitimou a censura, identificando cinco categorias discursivas nos discursos dos censores.
Scabin (2018)	O artigo analisa a censura a livros no Brasil, comparando os métodos empregados durante a Ditadura Militar com as formas de censura judicial contemporânea. Utilizando o diagrama de Robert Darnton para examinar os mecanismos de censura, seus efeitos na produção e circulação de livros, e seu significado cultural em ambos os contextos, Scabin destaca a persistência de práticas autoritárias apesar da transição para a democracia.

Azevedo, Garcia e Freire (2021)	O artigo discute a importância de reconhecer livros censurados durante a Ditadura Militar brasileira como patrimônio bibliográfico. Argumentando que esses livros, publicados principalmente por editoras de oposição, refletem um período conturbado da história do país, os autores propõem a catalogação adequada dessas obras nas bibliotecas.
Bezerra e Santos (2016, 2017)	O artigo analisa as letras de 25 canções de Chico Buarque, censuradas durante a Ditadura Militar brasileira, utilizando a Ciência da Informação como arcabouço teórico. A pesquisa emprega a análise de assunto e a análise do discurso para classificar as canções em categorias temáticas, como protesto, feminino marginalizado e amor.
Santos e Gino (2020)	O artigo analisa a censura imposta à letra de samba "Me faz um denço", de Martinho da Vila e Zé Catimba, durante a Ditadura Militar brasileira. Contextualizando a censura dentro de um debate mais amplo sobre a resistência negra através da cultura popular, especialmente o samba, o estudo examina as tentativas de silenciar essa expressão cultural contrastando-as com sua persistência como forma de arte e resistência.
Grigoletto, Soella e Fagundes (2020)	O artigo explora a obra censurada da escritora Cassandra Rios durante a Ditadura Militar brasileira, focando nos temas LGBTQ+ presentes em seus textos. Utilizando a Análise de Conteúdo e a Análise do Discurso, o estudo investiga como a censura e os discursos de poder interagiram para marginalizar essas narrativas.
Sampaio, Silva e Lima (2021)	O artigo examina a censura imposta à representação da lesbianidade durante a Ditadura Militar brasileira. A análise de peças de teatro e um show de humor revela a lesbofobia presente na censura e a construção de estereótipos negativos.
Rocha e Costa (2023)	O artigo analisa a censura governamental a acervos informacionais no Brasil, focando em três períodos significativos: o Estado Novo, a Ditadura Militar e o período recente de 2016 a 2022. A pesquisa, qualitativa e baseada em fontes documentais e bibliográficas, identifica políticas de censura e ações de resistência por parte de bibliotecários, artistas e editores.
Romão et al. (2021)	O artigo investiga as práticas de investigação, censura e repressão do Departamento de Ordem Política e Social de Pernambuco (DOPS-PE) durante a Ditadura Militar brasileira, utilizando documentos digitais disponíveis online. A pesquisa, de natureza descritiva e indutiva, examina as diferentes atividades do DOPS-PE e seu impacto na sociedade pernambucana.
Cavalcanti, Pajeú e Bufrem (2022)	O artigo analisa a produção científica brasileira sobre censura entre 1972 e 2019, utilizando dados da BRAPCI. A pesquisa revela uma correlação inversa entre a produção científica sobre censura e a proximidade com a Ditadura Militar brasileira, com um aumento significativo após o período.
Castro (2002)	O artigo discute o valor da informação, especialmente no contexto da Ditadura Militar brasileira, como uma ferramenta de sobrevivência e garantia jurídica. A pesquisa apresenta o projeto "Brasil: Nunca Mais" como um exemplo prático de resgate de memórias e informações, enfatizando a importância da preservação e acesso a esses dados para a construção de uma sociedade democrática.
Martins (2000)	O artigo examina o papel do Conselho Federal de Educação (CFE) durante a Ditadura Militar brasileira, focando em sua influência na reforma educacional do período. A pesquisa investiga como o CFE moldou o discurso sobre educação, analisando sua relação com o poder estatal e a natureza de sua autoridade normativa e doutrinária.
Vieira, Tavares e Azevedo (2022)	O artigo descreve o processo de formação da Coleção COLTED na Biblioteca Central da UFPE, composta por livros didáticos distribuídos pelo programa MEC/COLTED durante a Ditadura Militar brasileira. A pesquisa utilizou marcas de proveniência, como carimbos, para identificar e catalogar as obras, enfatizando a importância da bibliografia material e do princípio da proveniência na organização de coleções especiais.
Carneiro e Nunes (2021)	O artigo analisa o impacto das políticas culturais durante a Ditadura Militar brasileira na Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE). O estudo destaca como a biblioteca sofreu intervenções estruturais, como mudanças de sede e reparos, em detrimento de aspectos programáticos e ideológicos.
Reimão (2009)	O artigo analisa a prisão de Renato Tapajós em 1977, durante a Ditadura Militar brasileira, devido à publicação de seu livro "Em Câmara Lenta". Este evento é

	destacado como uma tentativa única de censura pré-emptiva de memórias de militantes de esquerda. O estudo compara o caso com a recepção de outros livros de memórias da época, como "O Que É Isso, Companheiro?" e "Os Carbonários", que, ao contrário, alcançaram sucesso comercial e reconhecimento sem enfrentar repressão similar.
Rodrigues (2007)	O artigo investiga a publicação de fotos atribuídas a Vladimir Herzog, assassinado pela Ditadura Militar brasileira, explorando o acesso público a arquivos governamentais. O "caso Herzog" serve como estudo de caso para examinar a relação entre memória, arquivos e o direito à informação, especialmente no contexto da transição democrática brasileira.
Pereira (2005)	O artigo analisa a trajetória da Abril Cultural entre 1968 e 1982, focando sua produção de fascículos, livros e discos no mercado editorial brasileiro durante a Ditadura Militar. O sucesso da Abril Cultural é contextualizado dentro das mudanças socioeconômicas e culturais do período, explorando também o papel da editora na 'democratização do conhecimento' e como ela navegou e se adaptou às restrições impostas pela censura e pela política do regime militar.
Costa (2021)	O artigo examina o depoimento de Aníbal Bragança, editor e livreiro durante a Ditadura Militar brasileira, focando na repressão sofrida pela sua editora, Diálogo, pela publicação de obras consideradas subversivas. Utilizando a história oral como metodologia, o estudo explora as experiências de Bragança com censura, prisão e as consequências para sua editora e o cenário cultural da época.
Rigoni Filho (2024)	O artigo analisa a representação de usuários de drogas na Folha de S.Paulo durante a Ditadura Militar brasileira, utilizando seu acervo online. A pesquisa identifica como o jornal retratou esses indivíduos, principalmente através das categorias "saúde" e "crime", refletindo o contexto político e social da época.
Silva (2010)	O artigo analisa três fases distintas da televisão brasileira: experimentação, disseminação e diversificação, correlacionando-as com o contexto sociopolítico e televisivo do país. Silva discute como estas fases refletem as mudanças na sociedade brasileira e no papel da televisão como um meio de comunicação chave, influenciando e sendo influenciada pelos contextos políticos e culturais do Brasil.

Fonte: Dados da pesquisa.

De modo geral, os artigos da categoria “Censura” ilustram a persistência e evolução dessa prática ao longo dos anos, destacando-se especialmente durante a Ditadura Militar brasileira. Os estudos mostram que a censura serviu como ferramenta de controle ideológico e repressão, estendendo seu alcance para além da mídia, afetando educação, cultura e até a construção da memória nacional. Além de explorar os métodos diretos de censura, como prisões e destruição de obras, os artigos também discutem formas de resistência e a importância da preservação da memória como meio de combater esse tipo de repressão. A análise destes trabalhos evidencia a complexidade da censura como um mecanismo de controle político e cultural profundamente enraizado no contexto brasileiro, cujo entendimento é essencial para assegurar a liberdade de expressão e o acesso à informação no país.

Seguindo para a próxima categoria, “Comunicação na Ditadura”, composta por um total de quatro artigos, o Quadro 3 apresenta os estudos mapeados que integram esse conjunto.

Quadro 3 – Comunicação na Ditadura

Autores	Tema principal do artigo
Amorim e Sette (2021)	O artigo explora a conexão entre desinformação e a transformação do Estado brasileiro desde a Ditadura Militar até o consenso neoliberal. Os autores apontam como a desinformação, intensificada pelas tecnologias de comunicação, serviu para consolidar o poder das elites e implementar políticas neoliberais.
Stefanello (2000)	O estudo analisa a representação da Amazônia na imprensa paulista, especificamente nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo, durante os períodos de Ditadura e democracia no Brasil. Utilizando a análise de conteúdo, a pesquisa investiga como a mídia construiu a imagem da região nos âmbitos sociopolítico, econômico e ambiental.
Stefanello (2003)	O artigo aprofunda a representação da Amazônia pela imprensa brasileira durante a Ditadura e a democracia, com foco nos arquétipos mitológicos e históricos utilizados na cobertura jornalística. A autora realiza uma análise de conteúdo das notícias publicadas pelos jornais O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, identificando como a visão da Amazônia evoluiu ao longo do tempo.
Pieranti e Lima (2023)	O artigo explora a influência das transmissões estrangeiras no Brasil durante a Ditadura Militar, levantando questionamentos sobre a real audiência dessas emissoras, dado o acesso limitado a rádios e à eletrificação em algumas regiões. A pesquisa destaca a criação da Radiobrás pelo regime militar como uma resposta estratégica à influência dessas emissoras, com atenção especial à região da Amazônia.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os artigos analisados na categoria “Comunicação na Ditadura” abordam a comunicação como uma ferramenta estratégica durante a Ditadura Militar no Brasil, destacando seu papel na construção de narrativas que consolidaram o poder político e econômico das elites. A desinformação, intensificada pelas tecnologias de comunicação, foi utilizada para moldar percepções sobre regiões estratégicas, como a Amazônia, e para controlar influências externas por meio de iniciativas estatais. A análise evidencia como a mídia foi instrumentalizada para reforçar ideologias, manipular a opinião pública e legitimar ações do regime autoritário, revelando a centralidade da comunicação no exercício do poder durante esse período.

A categoria “Resistência à Ditadura” reúne um total de 16 artigos. No Quadro 4 são apresentados os estudos, destacando seus enfoques dentro desse tema.

Quadro 4 – Resistência à Ditadura

Autores	Tema principal do artigo
Grinberg (2014)	O artigo realiza uma análise aprofundada das crônicas de Carlos Castello Branco publicadas na "Coluna do Castello", do Jornal do Brasil, entre 1964 e 1984, durante a Ditadura Militar brasileira. Por meio dessas crônicas, o autor examina a memória política partidária do período, destacando comparações entre o regime de 1964 e o Estado Novo, além de refletir sobre a extinção dos partidos políticos UDN, PSD e PTB em 1965. Adicionalmente, a pesquisa contrasta a perspectiva de Castello sobre cidadania com interpretações acadêmicas contemporâneas, ressaltando seu papel como participante ativo no debate público da época.
Santana e Fraga (2024)	O artigo examina o ciclo de greves ocorrido no Rio de Janeiro entre 1978 e 1979, no contexto da transição da Ditadura Militar brasileira. A pesquisa utiliza jornais da época e história oral para investigar a articulação entre sindicatos de diferentes categorias profissionais e movimentos sociais, destacando essa cooperação como um fator crucial para o êxito das mobilizações. A análise evidencia o papel estratégico da classe trabalhadora na resistência ao regime autoritário.

Pimenta (2013)	O artigo explora o acervo do departamento internacional da Confédération Française Démocratique du Travail (CFDT) em Paris, com foco nos documentos relacionados ao sindicalismo brasileiro durante a Ditadura Militar. A pesquisa evidencia a existência de uma rede informacional militante, ressaltando a relevância desses arquivos para a construção do conhecimento sobre a história recente do Brasil.
Green (2014)	O artigo apresenta um relato autobiográfico de James N. Green, ativista norte-americano envolvido no movimento contra a guerra do Vietnã e, posteriormente, na resistência à Ditadura Militar brasileira. O autor descreve sua experiência como um dos fundadores do primeiro grupo de gays e lésbicas no Brasil, analisando as complexas relações entre o movimento LGBT emergente, a esquerda brasileira e a repressão estatal.
Balbino e Venâncio (2022)	O artigo investiga a repressão sofrida pela educadora Maria Nilde Mascellani durante a Ditadura Militar brasileira, com base em documentos do SNI e da Delegacia de Ordem Política e Social (DEOPS). A pesquisa revela como esses arquivos, apesar de refletirem uma perspectiva tendenciosa e predominantemente masculina, permitem reconstruir a experiência feminina no período. O estudo destaca Mascellani como protagonista na defesa de valores democráticos, analisando sua atuação em escolas vocacionais, seu ativismo político e os episódios de perseguição, prisões e torturas que enfrentou.
Ferreira Junior e Gomes (2017)	O artigo analisa a trajetória de Bandeira Tribuzi, jornalista, intelectual e figura proeminente da imprensa maranhense durante a Ditadura Militar. A pesquisa destaca sua atuação na luta pela democracia, especialmente por meio do jornal O Estado do Maranhão, fundado em parceria com José Sarney. Utilizando a história cultural como abordagem, o estudo examina a produção multifacetada de Tribuzi, abrangendo jornalismo, poesia e economia, com foco especial no suplemento "Sete Dias", onde publicava crônicas políticas satíricas.
Calixto e Gouvêa (2020)	O artigo analisa o fundo arquivístico da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), liderada por Bertha Lutz, no Arquivo Nacional. A pesquisa investiga a atuação da FBPF na luta pela emancipação feminina durante a Ditadura Militar brasileira, destacando suas estratégias, alianças políticas e conquistas. O estudo revela como a organização enfrentou os desafios impostos pelo regime autoritário, mobilizando-se em prol dos direitos das mulheres e da igualdade de gênero.
Sampaio e Sousa (2023)	O artigo investiga a censura imposta pela Ditadura Militar Brasileira às músicas de Rita Lee, utilizando a plataforma "Memórias Reveladas" como base de dados. A pesquisa analisa como a Divisão de Censura de Diversões Públicas atuou para limitar a expressão da sexualidade feminina e do desejo nas letras da artista. O estudo evidencia o impacto da repressão nas composições de Rita Lee, destacando a resistência implícita em sua obra e o papel da música como forma de contestação ao autoritarismo.
Lima e Azevedo (2020)	O artigo analisa o álbum Vivo! (1976) de Alceu Valença como uma manifestação de resistência cultural à Ditadura Militar brasileira. A pesquisa utiliza o conceito de impulso dionisíaco, conforme descrito por Nietzsche, para interpretar as performances e composições do álbum. O estudo argumenta que a energia, a agressividade e os temas abordados por Valença representam uma contestação ao racionalismo e à repressão característicos do regime autoritário.
Costa e Silveira (2022)	O artigo examina o poema Poema Sujo, de Ferreira Gullar, sob a perspectiva de um documento histórico, destacando os versos como vestígios informacionais e rastros testemunhais da Ditadura Militar no Brasil e no Cone Sul. A pesquisa faz uso dos conceitos de "rastro" e "vestígio" para demonstrar como o poema organiza e preserva a memória, tanto individual quanto histórica, do período. Além disso, a análise explora como o poema revela aspectos biográficos do autor, bem como as influências políticas e culturais da época.
Bezerra, Pimenta e Ormay (2014)	O artigo analisa a vigilância no Brasil, abordando sua evolução desde o conceito de panoptismo de Foucault até o midiativismo contemporâneo. O artigo enfoca a Ditadura Militar como um período fundamental na formação de um regime informacional de vigilância estatal. Além disso, os autores discutem a vigilância inversa, praticada por coletivos midiativistas que utilizam tecnologias digitais para denunciar abusos cometidos pelo Estado e empresas privadas.
Botácio et al. (2018)	O artigo descreve uma intervenção cultural intitulada Nas correntes da Ditadura, realizada por estudantes de Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A intervenção, que teve lugar em um bar, utilizou elementos visuais e textuais para estimular uma reflexão crítica sobre a Ditadura Militar

	brasileira. O artigo destaca o papel da cultura e da leitura durante esse período, explorando como a intervenção buscou promover um debate sobre as implicações políticas e sociais da ditadura e a importância da memória cultural nesse contexto.
Porto e Costa (2021)	O artigo investiga a participação de bibliotecários e estudantes de Biblioteconomia na resistência à Ditadura Militar brasileira de 1964. A pesquisa destaca as trajetórias individuais de bibliotecárias que se opuseram à censura e à opressão, evidenciando sua atuação na militância política.
Araújo (2014)	O artigo analisa a reocupação política das ruas e praças do Rio de Janeiro durante a década de 1970, após o período de repressão da Ditadura Militar. Utilizando o conceito de lieux de mémoire, de Pierre Nora, e depoimentos orais de projetos como Memórias de Esquerda, o artigo mapeia a trajetória da luta política na cidade, desde os primeiros anos do regime militar até a campanha pelas Diretas Já.
Gasparotto (2014)	O artigo analisa diferentes fontes para a pesquisa sobre as organizações de resistência à Ditadura Militar brasileira, abordando suas potencialidades e limitações. A autora examina especialmente a imprensa da época, destacando a importância de uma análise crítica dessas fontes, considerando as imposições da censura e a propaganda governamental.
Ciavatta (2014)	O artigo discute a importância da memória para a escrita da história, com foco no resgate do Arquivo Astrojildo Pereira (Asmob) durante a Ditadura Militar brasileira. O artigo apresenta os depoimentos de três mulheres que, correndo grandes riscos pessoais, salvaram tanto pessoas quanto documentos do regime, desempenhando um papel fundamental na preservação da memória do movimento operário.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os artigos analisados destacam diversas formas de “Resistência à Ditadura”, evidenciando uma ampla gama de estratégias utilizadas para contestar o regime. A oposição ao autoritarismo se manifestou por meio de ações coletivas, mobilizações e manifestações que, embora distintas em sua natureza, buscavam, de maneira conjunta, enfraquecer o poder militar e afirmar os valores democráticos. Nesse processo, diferentes segmentos sociais e culturais desempenharam papéis cruciais, utilizando tanto meios tradicionais quanto inovadores para expressar sua resistência. Além disso, a preservação de memórias e a disseminação de informações alternativas desempenharam um papel essencial na denúncia das violações de direitos e na manutenção de um espaço de contestação, mostrando a complexidade e a diversidade das estratégias de enfrentamento ao regime.

Dando continuidade à análise das categorias, a categoria “Direitos Humanos” abrange um total de 12 artigos. No Quadro 5, são apresentados os estudos, com ênfase nas diversas abordagens e perspectivas dentro dessa temática.

Quadro 5 – Direitos Humanos

Autores	Tema principal do artigo
Paes (2024)	O artigo analisa a metodologia arquivística utilizada no Projeto Brasil: Nunca Mais, que teve como objetivo documentar as violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar brasileira. A pesquisa destaca o trabalho de Ana Maria Camargo, figura central na organização e preservação dos arquivos do Supremo Tribunal Militar.
Teles (2024)	O artigo analisa a atuação de Ana Maria de Almeida Camargo na preservação da memória das violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar brasileira. O estudo destaca sua contribuição no Projeto Brasil: Nunca Mais, que compilou documentos da Justiça Militar, e sua atuação na obtenção de acesso a arquivos

	repressivos, como os do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo (DOPS-SP). Além disso, enfatiza o papel de Camargo na preservação do acervo pessoal de Inês Etienne Romeu, reforçando a importância de seu trabalho na salvaguarda de registros históricos fundamentais para a memória e os processos de justiça.
França e Dias (2021)	O artigo investiga a aplicação da análise de redes sociais a documentos de arquivo para explorar as conexões entre indivíduos envolvidos em violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar brasileira. A partir de dados da CNV e do projeto Brasil: Nunca Mais, os autores constroem uma rede social que conecta 374 atores a 15 eventos categóricos. O estudo demonstra a viabilidade desse método para esclarecer a estrutura e a duração do regime repressivo, contribuindo para o entendimento das dinâmicas de poder e controle da época.
Moraes e Bizello (2021)	O artigo explora a relação entre o acesso à informação e o poder probatório de documentos de arquivo no contexto da Ditadura Militar brasileira. Com base em revisão bibliográfica, legislação e no pensamento de Michel Foucault sobre prova, inquérito e exame, o estudo analisa como documentos originalmente usados para fins repressivos se tornaram fundamentais para processos de reparação e justiça. A pesquisa ressalta o papel central desses registros na reconfiguração histórica e na promoção de direitos humanos.
Peschanski e Alves (2021)	O artigo avalia quatro bases de dados brasileiras sobre mortos e desaparecidos políticos durante a Ditadura Militar. A análise foca na completude, consistência e correção das informações contidas nesses acervos, examinando sua capacidade de subsidiar investigações e preservar a memória histórica.
Guazzelli e Torres (2014)	O artigo analisa o papel da Justiça Militar durante a Ditadura Militar brasileira, com ênfase na aplicação da legislação de segurança nacional e na atuação dos advogados de presos políticos. O estudo investiga como a Justiça Militar julgou crimes contra o regime, especialmente após o AI-2, destacando as limitações enfrentadas pela defesa e as estratégias utilizadas pelos advogados, incluindo pressões políticas e legais sobre os tribunais.
Fávero (2008)	O artigo apresenta uma réplica do Ministério Público Federal em uma Ação Civil Pública contra a União e agentes do DOI-CODI, argumentando sobre a imprescritibilidade de crimes contra a humanidade e a inaplicabilidade da Lei de Anistia. A réplica refuta alegações de ilegitimidade e prescrição, sustentando o dever do Estado de responsabilizar agentes envolvidos em violações de direitos humanos.
Weichert (2008)	O artigo investiga a responsabilidade de empresas privadas brasileiras na violação de direitos humanos durante a Ditadura Militar, com foco na Operação Bandeirante (OBAN). O estudo examina a cumplicidade empresarial, incluindo financiamento e fornecimento de recursos, e sua relação com as violações cometidas.
Castro e Oliveira (2016)	O artigo analisa o jornal alternativo Jornal Movimento, publicado durante a Ditadura Militar brasileira. Utilizando a análise de conteúdo de capas e manchetes, o estudo investiga como o jornal abordou temas políticos e sociais, explorando seu papel na construção da memória coletiva e na oposição ao regime.
Alencar (2011)	O artigo analisa a publicação de uma ficha falsa na Folha de S. Paulo, atribuindo crimes à Dilma Rousseff durante a Ditadura Militar. O autor argumenta que esse evento evidencia a relação entre a imprensa, a desigualdade social e a manutenção do status quo no Brasil. O estudo discute como a mídia, ao criar e disseminar narrativas falsas, contribui para reforçar desigualdades sociais e silenciar vozes dissidentes, revelando as implicações políticas e sociais da atuação da imprensa no período da ditadura e sua relação com os poderes estabelecidos.
Oliveira e Padrós (2021)	O artigo analisa o impacto da Ditadura Militar brasileira sobre os indígenas Kaingang no Rio Grande do Sul, destacando a repressão estatal e a resistência indígena durante esse período. Utilizando fontes diversas, como entrevistas com membros da comunidade Kaingang, relatórios governamentais e documentos históricos, o estudo explora como a Doutrina de Segurança Nacional e os projetos de desenvolvimento justificaram a violência contra os indígenas, incluindo a perda de terras, a imposição de trabalho forçado e a supressão cultural.
Fontes (2014)	O artigo analisa a repressão sofrida pela Universidade Federal do Pará (UFPA) durante a Ditadura Militar brasileira. A pesquisa utiliza correspondências entre reitores e órgãos de repressão, documentos da Assessoria de Segurança e Informação (ASI) da UFPA,

	além de entrevistas com ex-alunos e professores, para reconstruir uma narrativa social da instituição.
--	--

Fonte: Dados da pesquisa.

Os artigos analisados na categoria “Direitos Humanos” abordam de forma abrangente as violações de direitos humanos, ressaltando a importância dos arquivos e da documentação gerada durante esse período como instrumentos fundamentais para a compreensão e a reparação histórica. A preservação e o acesso a esses documentos, muitas vezes utilizados pelo regime para legitimar a repressão, são hoje essenciais para reconstruir as narrativas silenciadas e esclarecer as conexões entre os atores envolvidos nas violações. A análise dos arquivos da Justiça Militar, da Comissão Nacional da Verdade, e de outras fontes documentais permite o reconhecimento das vítimas e a responsabilização dos agentes do Estado, ao revelar práticas como tortura, desaparecimentos forçados e outros crimes contra a humanidade.

Além disso, a investigação da atuação de instituições como a Justiça Militar e a colaboração de empresas privadas com o regime ora vigente evidenciam a amplitude das violações, que não se restringiam aos opositores políticos, mas afetavam também minorias e grupos sociais marginalizados. A manipulação da informação, seja por meio da mídia ou pela construção de narrativas oficiais, teve um papel central na manutenção do poder, reforçando desigualdades e silenciando as vozes dissidentes. Nesse contexto, o acesso à informação, aliado a métodos contemporâneos de pesquisa, como a análise de redes sociais e a reinterpretação de documentos históricos, se apresenta como uma ferramenta poderosa para esclarecer o passado e promover a reparação das vítimas, reafirmando os direitos humanos e a justiça social.

Na categoria "Comissão da Verdade" estão incluídos 15 artigos sobre o tema, conforme apresentado no Quadro 6.

Quadro 6 – Comissão da Verdade

Autores	Tema principal do artigo
Ribeiro (2023)	O artigo investiga as fontes de informação utilizadas pela CNV na análise da repressão política nas universidades brasileiras durante a Ditadura Militar. A pesquisa busca mapear a origem e a tipologia dessas fontes, com destaque para documentos do próprio regime militar, depoimentos de ex-presos políticos, como o de Arminak Cherkezian, e a produção acadêmica relacionada ao período.
Ribeiro e Frota (2023)	O artigo analisa a contribuição das fontes de informação na investigação do caso Chael Charles Schreier pela CNV. A pesquisa examina a proveniência, tipologia e conteúdo dessas fontes, que incluem documentos oficiais, testemunhos classificados como testis, superstes e arbiter, e artigos de imprensa. A análise conclui que a tortura foi a causa da morte de Schreier, contrariando a versão oficial divulgada pela Ditadura Militar.

Florindo et al. (2024)	O artigo investiga as produções científicas brasileiras em Ciência da Informação sobre a CNV após a publicação do Relatório Final em 2014. A pesquisa aborda o impacto da CNV na produção de conhecimento científico relacionado à Ditadura Militar, analisando como diferentes paradigmas da Ciência da Informação – físico, cognitivo e social – foram utilizados para contextualizar os achados da CNV.
Tenaglia e Rodrigues (2018a)	O artigo aborda as dificuldades enfrentadas pelas comissões da verdade brasileiras, no período de 2012 a 2018, no acesso a arquivos da Ditadura Militar. A pesquisa foca na análise dos relatórios finais dessas comissões, revelando que a maioria delas encontrou obstáculos significativos relacionados à organização dos arquivos e às restrições legais. Particularmente, destaca-se a resistência das Forças Armadas em disponibilizar documentos e as más condições de preservação dos acervos.
Tenaglia e Rodrigues (2018b)	O artigo examina as recomendações de comissões da verdade brasileiras sobre o acesso a arquivos da Ditadura Militar, com base em dez relatórios finais que detalham os obstáculos encontrados por essas comissões. A pesquisa categoriza os problemas de acesso em três dimensões: física, intelectual e legal, evidenciando as falhas na gestão documental e na aplicação da Lei de Acesso à Informação (LAI).
Tenaglia e Rodrigues (2020)	O artigo investiga as dificuldades enfrentadas pelas comissões da verdade brasileiras, no período de 2012 a 2018, no acesso a arquivos relacionados à Ditadura Militar. A pesquisa analisa os relatórios finais dessas comissões, utilizando a tipologia de acesso de Taylor (legal, físico e intelectual) para categorizar os problemas enfrentados.
Silva e Miranda (2019)	O artigo analisa a Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da Universidade Federal da Bahia (UFBA), criada para investigar as violações de direitos humanos ocorridas na universidade durante a Ditadura Militar brasileira. A pesquisa destaca o papel fundamental da arquivologia para o acesso e interpretação das informações relacionadas a esse período histórico, abordando como a organização e a gestão dos arquivos universitários podem facilitar a recuperação e preservação da memória sobre as violências políticas.
Amaral, Silveira e Lima (2014)	O artigo analisa documentos da Escola Politécnica da UFBA entre 1970 e 1974, com o objetivo de compreender o impacto da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) durante a Ditadura Militar. A pesquisa utiliza métodos arquivísticos para investigar como a AESI, vinculada ao SNI, influenciou a universidade, com ênfase nas atas de congregação e nos ofícios emitidos pela instituição. Os autores buscam contribuir com a Comissão Milton Santos de Memória e Verdade, fornecendo informações sobre as violações de direitos humanos no contexto universitário, e investigam como a Escola Politécnica reagiu à repressão imposta pelo regime militar.
Ribeiro (2019)	O artigo analisa o relatório da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (CV-UFRN), focando no cumprimento de suas recomendações sobre o acesso à informação relacionada à repressão política durante a Ditadura Militar no Brasil. A pesquisa examina como a comissão lidou com os desafios do acesso a documentos e a transparência das informações, além de avaliar as medidas adotadas para garantir a preservação e divulgação de materiais históricos.
Silva, Vecchiato e Ribeiro (2021)	O artigo analisa a encontrabilidade de documentos da CV-UFRN, mapeados no Laboratório de Imagens e no Arquivo Geral da universidade. A pesquisa qualitativa e bibliográfica destaca a necessidade de tornar esses documentos mais acessíveis ao público, propondo a criação de um repositório digital e um acervo especial para preservar e divulgar as informações sobre a repressão política durante a Ditadura Militar.
Silva, Oliveira e Dias (2022)	O artigo investiga como os estudos em Organização e Representação da Informação e do Conhecimento podem melhorar o acesso aos documentos da CV-UFRN. A pesquisa examina os métodos e as abordagens da Ciência da Informação aplicados à organização e indexação dos documentos, com o objetivo de superar as barreiras no acesso a essas informações sensíveis sobre a repressão política.
Silva, Oliveira e Dias (2024)	O artigo investiga os desafios enfrentados na definição de pontos de acesso aos documentos da Comissão da Verdade da CV-UFRN. A pesquisa aborda as contribuições da Ciência da Informação, Organização do Conhecimento e Arquivologia para superar dificuldades relacionadas à falta de políticas de indexação e questões éticas, especialmente no que diz respeito à privacidade das vítimas da Ditadura.
Passos Júnior e Tenaglia (2023)	O artigo analisa o papel das Comissões da Verdade no estado do Pará e a aplicação da LAI na busca por justiça e preservação da memória sobre a Ditadura Militar. O estudo se baseia em uma revisão bibliográfica, relatórios das comissões e entrevistas com seus membros e arquivistas, com foco em três comissões paraenses e seus acervos. Os

	autores discutem como essas comissões enfrentaram desafios relacionados à disponibilização de documentos e à aplicação da LAI, considerando as dificuldades legais, políticas e institucionais que impactaram o processo de transparência e reparação.
Rotta (2008)	O artigo descreve a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), criada pela Lei nº 9.140/95, com o objetivo de investigar e reparar as violações de direitos humanos ocorridas durante a Ditadura Militar no Brasil, entre 1961 e 1979. A pesquisa explora as ações da CEMDP na identificação de mortos e desaparecidos políticos, abordando os esforços da comissão para localizar restos mortais, conceder indenizações e prestar apoio às famílias das vítimas.
Abrão (2011)	O artigo analisa a Lei de Anistia brasileira de 1979, examinando sua eficácia em impedir a responsabilização judicial pelas violações de direitos humanos durante a Ditadura Militar. O autor discute as dimensões da justiça de transição no Brasil – reparação, verdade, justiça e reforma institucional – e as razões políticas e jurídicas que levaram à impunidade dos responsáveis pelas violações, incluindo a atuação do Judiciário e a mobilização social.

Fonte: Dados da pesquisa.

A produção científica conjugada na categoria “Comissão da Verdade”, representada nos artigos acima, tem tais comissões frequentemente descritas como instituições fundamentais no processo de reparação histórica e na busca pela verdade sobre as violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar no Brasil. Elas são apresentadas como agentes que, apesar das limitações estruturais e políticas, desempenham um papel crucial na reconstrução da memória histórica, na identificação das vítimas e na promoção da justiça. No entanto, os desafios enfrentados por essas comissões são destacados em diversos aspectos: a resistência de setores do Estado, a falta de acesso a arquivos e a ausência de políticas eficazes de preservação e organização documental. As dificuldades no cumprimento das recomendações, como o acesso aos documentos e a transparência nas informações, são apresentadas como obstáculos recorrentes, muitas vezes relacionados à estrutura organizacional deficiente e à legislação restritiva, como a Lei de Anistia. Por outro lado, as comissões também são vistas como pontos de resistência e espaços de memória, que, mesmo diante dessas adversidades, buscam contribuir para o processo de justiça de transição, oferecendo um relato mais fiel dos abusos cometidos e propondo medidas de reparação. A representação dessas comissões evidencia, assim, sua importância não apenas para o reconhecimento das vítimas, mas também para a construção de um futuro mais transparente e justo.

No Quadro 7, estão listados os 26 artigos pertencentes à categoria “Arquivos da Ditadura”, com seus respectivos temas.

Quadro 7 – Arquivos da Ditadura

Autores	Tema principal do artigo
Fico (2008)	O artigo aborda o tema do acesso público a documentos secretos do regime militar brasileiro, com base na experiência do autor na pesquisa desses arquivos desde 1997. O estudo explora as dificuldades relacionadas à instabilidade legal e à ausência de procedimentos padronizados para a liberação de informações. Além disso, destaca avanços pontuais, como a disponibilização de alguns acervos relevantes, ao mesmo tempo que ressalta a persistência de barreiras no acesso a arquivos essenciais, especialmente os mantidos por órgãos militares de inteligência. Também examina a legislação sobre acesso à informação, destacando sua aplicação prática em diferentes arquivos, com ênfase no Projeto Memórias Reveladas.
Moraes e Bizello (2022b)	O artigo analisa o acesso a documentos da repressão durante a Ditadura Militar brasileira, armazenados em arquivos públicos estaduais e nacionais. A pesquisa investiga a disponibilidade desses documentos em formato digital, incluindo aspectos como normas de acesso, instrumentos de pesquisa e iniciativas de digitalização. Também examina a legislação sobre acesso à informação, destacando sua aplicação prática em diferentes arquivos, com ênfase no Projeto Memórias Reveladas.
Carrara (2011)	O artigo discute o acesso a informações pessoais privadas contidas em arquivos da Ditadura Militar brasileira, traçando paralelos com o acesso a informações em investigações policiais e judiciais em contextos democráticos. O autor, a partir de uma perspectiva antropológica, examina a complexa relação entre as esferas pública e privada, enfatizando os desafios éticos e legais envolvidos.
Costa (2011)	O artigo aborda os desafios relacionados ao acesso e à análise de "documentos sensíveis" produzidos durante a Ditadura Militar brasileira. A autora explora a materialidade desses documentos, questionando a veracidade das informações neles contidas e as complexidades de seu uso como fontes históricas. O estudo enfatiza a necessidade de abordagens interdisciplinares, particularmente da Ciência da Informação, para compreender as nuances desses registros e evitar interpretações simplistas.
Costa (2012)	O artigo examina a natureza dos documentos "sensíveis" produzidos por instituições estatais durante a Ditadura Militar brasileira, discutindo sua relação com a memória e a história. A autora destaca os desafios metodológicos para a interpretação desses registros, enfatizando que, embora autênticos, eles podem conter distorções e falsificações intencionais.
Costa (2013a)	O artigo analisa documentos "sensíveis" da Ditadura Militar brasileira como fontes primárias para a construção da memória histórica. A autora explora as contradições inerentes a esses registros, considerando-os tanto objetos quanto fontes de investigação. O estudo aborda os desafios metodológicos no acesso e na interpretação dessas informações, frequentemente comprometidas por censura e manipulação intencional.
Rodrigues (2011)	O artigo realiza uma análise crítica da legislação brasileira sobre o acesso a arquivos, cobrindo o período entre a Ditadura Militar e o ano de 2009. A autora discute como a cultura do sigilo, profundamente enraizada na tradição brasileira, influenciou a formulação das leis de acesso à informação, frequentemente priorizando a restrição em detrimento da transparência.
Aranha e Souza (2023)	O artigo reavalia a acessibilidade a documentos relacionados a graves violações de direitos humanos disponíveis no Banco de Dados Memórias Reveladas (BDMR), focando no Arquivo Nacional. A pesquisa compara resultados de buscas em diferentes modalidades do BDMR e analisa o impacto da descrição arquivística na identificação desses documentos.
Moraes e Bizello (2022a)	O artigo examina os debates sobre o acesso à informação no Brasil no período pós-Ditadura Militar, com foco nos anos de 1986 a 1991. A pesquisa aborda as tentativas de aprovação de uma lei de acesso à informação, bem como a resistência enfrentada por grupos militares e de inteligência, que defendiam o sigilo, especialmente em relação a informações pessoais.
Silva et al. (2023)	O artigo realiza uma análise sobre a justiça de transição na Bahia após o regime militar, com foco na abertura dos arquivos relacionados ao período de repressão. A pesquisa aborda os desafios enfrentados no processo de acesso a documentos fundamentais, particularmente aqueles produzidos por órgãos de repressão, como o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS).

Frota, Coimbra e Gomes (2022)	O artigo analisa a representação da Ditadura Militar brasileira nos anais do ENANCIB entre 2011 e 2021. Por meio de uma revisão sistemática, os autores investigam a contribuição da Ciência da Informação para o estudo da Ditadura, mapeando a evolução cronológica das pesquisas sobre o tema.
Rech e Gutfreind (2011)	O artigo investiga como documentários brasileiros contemporâneos, como Vlado – 30 Anos Depois e Hércules 56, contribuem para a construção da memória da Ditadura Militar. A pesquisa foca no uso de estratégias estéticas, como o realismo e o testemunho, para representar o período de repressão. Os autores analisam como essas abordagens cinematográficas promovem a "humanização ideológica" e a "vitimização" dos personagens retratados, refletindo a maneira como a memória da ditadura é moldada e disseminada por meio dessas obras audiovisuais.
Rosa, Rodrigues e Manini (2019a)	O artigo apresenta um resumo expandido de uma pesquisa de mestrado em Ciência da Informação, na qual analisam o uso de documentos de arquivo em 45 filmes brasileiros (1985-2014) sobre a Ditadura Militar. A pesquisa categoriza esses usos com base na proposta de Antoine Germa, destacando a utilização dos arquivos como "prova" ou "marco do real".
Tangerino (2011)	O artigo analisa a ineficácia do direito penal clássico na responsabilização por crimes cometidos durante a Ditadura Militar brasileira, comparando-o com a abordagem da Justiça de Transição. O autor argumenta que a busca por responsabilização não deve se restringir à punição, mas deve incluir aspectos como a busca pela verdade, a reparação das vítimas e a reconciliação nacional.
Scocuglia (2019)	O artigo realiza um estudo sobre um Inquérito Policial Militar (IPM) específico da Paraíba, que contém 5.410 documentos sobre 52 ativistas indiciados. A pesquisa analisa como esses inquéritos contribuíram para a legitimação e legalização do regime militar, destacando aspectos como a "justiça fardada" e a violência simbólica.
Rei (2014)	O artigo analisa a utilização do esporte como ferramenta de propaganda política durante as comemorações do sesquicentenário da Independência do Brasil em 1972, sob o regime da Ditadura Militar. O autor investiga o acervo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário, identificando uma série de eventos esportivos que foram estrategicamente organizados para promover uma imagem positiva do país.
Abal (2021)	O artigo analisa cartas enviadas ao presidente Geisel durante a Ditadura Militar brasileira, com foco nas correspondências que revelam delírios de perseguição e grandeza por parte dos remetentes. A pesquisa busca correlacionar o conteúdo dessas cartas com o contexto político, econômico e social da época, explorando como a repressão, a censura e o clima de medo gerados pelo regime militar influenciaram as percepções e os discursos dos cidadãos.
Costa (2022)	O artigo analisa a manipulação da memória coletiva sobre a Ditadura Militar brasileira, com ênfase nos esforços de silenciamento e apagamento da verdade histórica. Através de uma revisão bibliográfica e da análise de projetos como Memórias Reveladas, o artigo explora os mecanismos pelos quais o esquecimento é construído, abordando as práticas de revisão histórica e negacionismo.
Santos (2023)	O artigo analisa a construção de estádios de futebol públicos no Brasil entre 1940 e 1970, estabelecendo uma correlação entre esse processo e o contexto de urbanização e da Ditadura Militar. O artigo argumenta que a construção dos estádios, frequentemente marcada por irregularidades e corrupção, reflete as relações de poder e a produção social do espaço urbano no período. A pesquisa faz uso de dados estatísticos e documentos digitalizados do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (Sian) para investigar essas conexões, com foco em casos específicos de corrupção envolvendo a construção de estádios, ressaltando como essas práticas estavam imbricadas nas dinâmicas políticas e econômicas da época.
Cabral (2017)	O artigo analisa documentos do Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, pertencentes ao SNI, para investigar como a diversidade sexual e de gênero era representada durante a Ditadura Militar brasileira. A pesquisa examina a construção de preconceitos e estigmas contra a comunidade LGBTQ+ através da análise das representações sociais presentes nos arquivos, revelando como o regime militar contribuiu para a marginalização e repressão dessas identidades.
Fagundes (2014)	O artigo analisa um relatório do Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica (CISA) sobre uma manifestação pela anistia ampla, geral e irrestrita, ocorrida em 1979 no Rio de Janeiro. Utilizando tanto o relatório quanto fotografias da repressão, o estudo contrapõe diferentes interpretações historiográficas sobre o processo da anistia,

	destacando a atuação da sociedade civil organizada e o papel fundamental do movimento estudantil na mobilização.
Penna Filho (2008)	O artigo analisa o acervo do Centro de Informações do Exterior (CIEEX), órgão do Ministério das Relações Exteriores durante a Ditadura Militar brasileira, responsável por monitorar brasileiros exilados. O artigo destaca a importância desse arquivo para a compreensão da repressão política, demonstrando como o CIEEX, em colaboração com o SNI, ampliou a repressão além das fronteiras nacionais.
Hohfeldt, Casagrande e Manzano (2012)	O artigo realiza uma análise comparativa dos jornais brasileiros alternativos Opinião e Movimento, publicados durante a Ditadura Militar, com foco em como ambos retrataram a América Latina. A pesquisa examina os primeiros meses de cada publicação, contrastando seus estilos jornalísticos, fontes de informação e abordagens editoriais. Os autores consideram o contexto de censura imposto pelo regime militar, destacando como os jornais se posicionaram frente às repressões internas e ao paralelo com as ditaduras em outros países da América do Sul.
Costa e Rodrigues (2019)	O artigo analisa blogs brasileiros sobre a Ditadura Militar, investigando como essas plataformas funcionam tanto como repositórios quanto como construtores de fontes de informação. A pesquisa mapeou 29 blogs, classificando-os em pessoais, grupais e organizacionais, e analisou sua produção temporal, conteúdo e tipologia.
Farias e Leite (2023)	O artigo analisa a criação da unidade de Brasília do Arquivo Histórico do Itamaraty, com foco na transferência do acervo do Rio de Janeiro para a nova capital em 1970. A pesquisa explora as dificuldades e a desorganização desse processo, que foram influenciadas pela Ditadura Militar e pela falta de planejamento na gestão do arquivo.
Massoni et al. (2015)	O artigo analisa a transparência no acesso à informação sobre a Ditadura Militar brasileira no site Brasil: Nunca Mais Digit@l. O estudo investiga como o site utiliza memórias virtuais para fortalecer a democracia, destacando a acessibilidade e a confiabilidade das informações sobre os processos judiciais da época. A pesquisa emprega a análise de conteúdo do site, discutindo a importância da transparência para a recomposição das memórias coletivas e para a construção da cidadania, ressaltando como a disponibilização dessas informações digitais contribui para o processo de reconciliação e para a promoção de uma memória histórica mais aberta e acessível.

Fonte: Dados da pesquisa.

Em “Arquivos da Ditadura” um campo complexo de pesquisa e preservação da memória e história está representado e marca os desafios relacionados ao acesso e à interpretação de documentos que retratam o período. Embora algumas informações tenham sido digitalizadas e disponibilizadas online, muitos documentos, especialmente os dos órgãos de inteligência militar, permanecem inacessíveis devido a políticas de sigilo que persistem desde o fim do regime. A legislação sobre o acesso à informação tem evoluído, mas ainda reflete a cultura do segredo, priorizando a restrição de acesso em detrimento da transparência. A natureza dos documentos da ditadura exige uma análise crítica, pois muitos podem conter distorções ou manipulações intencionais. Nesse contexto, é essencial uma abordagem interdisciplinar, com destaque para a Ciência da Informação, para compreender as complexidades desses registros e evitar a construção de narrativas fragmentadas; a comparação com outras fontes históricas é fundamental para garantir a precisão das informações. Além disso, a questão da privacidade emerge como um tema central, especialmente em relação às informações pessoais presentes nos arquivos, o que gera debates sobre os limites do acesso à informação em investigações criminais. Os

documentos também têm sido ressignificados em filmes, documentários e outros meios de comunicação, contribuindo para a reconstrução da memória coletiva e oferecendo novas perspectivas sobre o período, muitas vezes em confronto com tentativas de revisionismo e silenciamento.

Para concluir esta seção, o Quadro 8 apresenta os 26 artigos relacionados à última categoria analisada: "Memória da Ditadura".

Quadro 8 – Memória da Ditadura

Autores	Tema principal do artigo
Coimbra, Frota e Gomes (2019)	O estudo realiza uma análise bibliométrica da produção científica brasileira sobre a Ditadura Militar, focando na base de dados da BDTD, no período de 2000 a 2019. A pesquisa identificou uma significativa concentração de trabalhos na área de História, evidenciando um aumento nas publicações após marcos legislativos importantes, como a aprovação da LAI e a criação da CNV em 2011. A pesquisa destaca a relevância dessas iniciativas para a ampliação do debate sobre a Ditadura, além de evidenciar um crescimento na produção acadêmica, indicando a crescente atenção à temática no cenário científico nacional.
Coimbra, Frota e Gomes (2021)	O artigo investiga a produção científica sobre a Ditadura Militar brasileira, com foco nas teses e dissertações da USP entre 2000 e 2019. A pesquisa explora a relação entre essa produção acadêmica e os mecanismos da Justiça de Transição, como a criação de leis e comissões de memória, e sua influência no aumento da produção científica sobre o tema.
Moura e Karpinski (2020)	O estudo analisa a produção científica brasileira em Ciência da Informação sobre a memória da Ditadura Militar, com base na pesquisa realizada na base de dados BRAPCI entre 2009 e 2019. A pesquisa quantifica a produção acadêmica, destacando a escassez de publicações que estabelecem uma conexão explícita entre os conceitos de "memória" e "Ditadura Militar".
Rufo e Fagundes (2021)	O artigo analisa a produção científica brasileira de 2019 sobre fotografia, memória e Ditadura Militar, utilizando dados quantitativos de teses, dissertações e anais do ENANCIB. A pesquisa explora a articulação entre a fotografia enquanto documento, a memória social e o contexto da repressão durante a Ditadura Militar.
Rufo et al. (2023)	O estudo investiga a representação da fotografia como documento na Ciência da Informação, com foco nas publicações realizadas entre 2017 e 2022. A pesquisa examina como os autores da área percebem o dispositivo fotográfico, especialmente em relação à memória social da Ditadura Militar brasileira. Utilizando a base de dados BRAPCI, os pesquisadores buscam ampliar as reflexões sobre o papel da fotografia na constituição da memória histórica e social desse período, além de tentar minimizar a perda de registros históricos.
Sodré e Roncaglio (2016)	O artigo analisa a contribuição dos acervos das Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) para a construção da memória da Ditadura Militar brasileira. Os autores discutem o conceito de memória, contrastando as abordagens teóricas de Pierre Nora e Alda Maria Meneses, e examinam o papel dos arquivos como "lugares de memória".
Passarin e Karpinski (2019)	O artigo investiga a criação e organização do "Acervo Memória e Direitos Humanos" da UFSC, focando na gestão e disponibilização digital de documentos relacionados à Ditadura Militar brasileira. A pesquisa, de natureza qualitativa e descritiva, analisa a estrutura do acervo digital, os sistemas de busca e os desafios relacionados ao acesso à informação, levando em consideração aspectos legais e éticos.
Veronez Junior et al. (2022)	O artigo examina a dimensão política da mediação da informação no Arquivo do Partido dos Trabalhadores (PT), localizado na Fundação Perseu Abramo. A pesquisa investiga como a mediação arquivística, considerando aspectos históricos e sociais, contribui para o protagonismo social e o acesso à informação sobre a trajetória do PT, especialmente durante a Ditadura Militar.
Frota (2016)	O artigo investiga os casos de desaparecimentos forçados de brasileiros na Argentina durante a Ditadura Militar, reconstruindo as trajetórias de busca por justiça empreendidas pelos familiares das vítimas. A pesquisa utiliza documentos de arquivos

	brasileiros e argentinos, incluindo testemunhos e registros da repressão, para comparar as diferentes narrativas sobre esses desaparecimentos.
Amaral e Barão (2024)	O artigo analisa o acervo privado de Francisco Amaral, um político atuante na Baixada Fluminense durante a Ditadura Militar brasileira. Composto por documentos, fotografias e outros materiais, o acervo revela a atuação parlamentar de Amaral e seu envolvimento com movimentos sociais na luta contra a ditadura e pela defesa dos direitos humanos.
Costa (2013b)	O artigo investiga as complexas relações entre informação, verdade e memória no contexto da Ditadura Militar brasileira. A pesquisa analisa documentos de arquivos da repressão, confrontando-os com memórias individuais e coletivas para reconstruir uma história mais justa e completa desse período.
Ribeiro e Oliveira (2019)	O artigo analisa o acesso à informação na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) após a promulgação da LAI, com foco na ECT como uma empresa estatal com regime jurídico híbrido (público e privado). A pesquisa sublinha a resistência a práticas de transparência, refletindo sobre os legados do regime militar no manejo da informação no setor público.
Tolmasquim, Pimenta e Olinto (2014)	O artigo apresenta um estudo sobre a construção de um repertório de cientistas brasileiros perseguidos durante a Ditadura Militar. O repertório documenta as diversas formas de perseguição sofridas, como demissões, exílio, tortura e "cassações brancas". O objetivo da pesquisa é preservar a memória dessas violações e fornecer informações acessíveis sobre o impacto da Ditadura na ciência brasileira.
Bezerra e Barcelos (2020)	O artigo analisa as canções "Angélica" e "Pedaço de mim", de Chico Buarque, como testemunhos artísticos sobre o caso de Zuzu Angel e seu filho, vítimas da Ditadura Militar brasileira. A pesquisa utiliza a obra de diversos autores para discutir a estetização do trauma e a capacidade da música popular em expressar e compartilhar experiências dolorosas, reconstruindo a memória coletiva sobre a repressão.
Almeida e Assis (2017)	O artigo analisa como produções audiovisuais sobre Frei Tito de Alencar Lima, um frei dominicano torturado durante a Ditadura Militar brasileira, ressignificam sua morte por suicídio. A pesquisa examina filmes e programas de televisão, considerando-os como documentos memorialísticos que oferecem narrativas alternativas à versão oficial da história. O estudo investiga como os recursos audiovisuais, como imagens de arquivo e testemunhos, são utilizados para construir a memória de Frei Tito como um mártir político, contrastando com a narrativa oficial que silenciava sua história.
Lapera (2018)	O artigo analisa como três filmes brasileiros produzidos entre 1979 e 1985 — O Homem que Virou Suco, Mato Eles? e O Dia em Que Dorival Encarou a Guarda — abordaram a violência racial e étnica no final da Ditadura Militar brasileira. A pesquisa investiga a circulação da memória dessas violências no contexto da censura estatal, utilizando documentos da Divisão de Censura de Diversões Públicas para compreender como os filmes mediaram as memórias de grupos marginalizados.
Stigger, Gutfreind e Brendler (2008)	O artigo analisa a estética realista empregada nos filmes Pra Frente, Brasil e Batismo de Sangue, que retratam a Ditadura Militar brasileira. A pesquisa explora como a escolha estética, caracterizada pelo uso de enquadramentos clássicos e cenas explícitas de tortura, contribui para a construção de uma memória nacional sobre o período e promove uma reflexão ética acerca da violência estatal.
Rosa, Rodrigues e Manini (2019b)	O artigo analisa a crescente utilização de documentos de arquivo em filmes brasileiros sobre a Ditadura Militar, entre 1985 e 2014. A pesquisa examina como esses documentos, além de seu valor probatório e informativo, contribuem para a reconstrução de memórias silenciadas e marginalizadas, enriquecendo a narrativa cinematográfica com emoção e identidade.
Lima e Araujo (2020)	O artigo analisa a relação entre a escola de samba Beija-Flor de Nilópolis e a Ditadura Militar brasileira. A pesquisa investiga como a ascensão da Beija-Flor foi influenciada pelo apoio de figuras ligadas ao regime militar e ao jogo do bicho, utilizando os sambas-enredo da época como fonte primária. O estudo demonstra que essa relação foi de mútuo benefício: enquanto a escola obteve visibilidade e recursos, a Ditadura usou a Beija-Flor como ferramenta de propaganda, visando criar uma imagem favorável do regime.
Reis (2011)	O artigo analisa a influência política no ensino de história no Brasil, com foco na controvérsia gerada por um livro do Exército que enaltecia a Ditadura Militar. A pesquisa aborda o conceito de "memória em disputa", explorando como diferentes versões da história recente são apresentadas e as implicações disso na formação da

	identidade nacional. Utilizando uma reportagem da Folha de São Paulo como ponto de partida, o estudo investiga como a narrativa oficial da ditadura foi manipulado pelo Estado e como a CNV desempenhou um papel crucial na busca por uma memória mais completa e justa.
Amado et al. (2014)	O artigo descreve a construção de um tesouro sobre o Regime Militar Brasileiro (1964-1985), desenvolvido pelo Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em colaboração com a Escola de Matemática Aplicada. Este tesouro documenta e organiza informações sobre o período da Ditadura, utilizando fontes como o Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro e o acervo do CPDOC, incluindo arquivos pessoais e entrevistas. A pesquisa também destaca a importância da documentação organizada e da preservação de informações históricas para uma melhor compreensão do impacto do regime militar e para a promoção de uma memória crítica sobre o período.
Costa, Silva e Monteiro (2015)	O artigo analisa como o Museu Histórico da Fundação Bradesco representa, ou omite, a relação da empresa com a Ditadura Militar brasileira. Utilizando a documentação da CNV, a pesquisa explora a construção da memória organizacional da instituição, focando nos Centros de Memória e Documentação Corporativos (CMDs) e nas escolhas feitas sobre o que deveria ser preservado ou silenciado para moldar uma imagem pública favorável à empresa.
Rangel e Pimenta (2016)	O artigo examina a criação e o desenvolvimento do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), posteriormente IBICT, durante a primeira metade da Ditadura Militar brasileira (1964-1976). A pesquisa analisa o surgimento do instituto no contexto político, social e tecnológico da época, investigando a dicotomia entre os papéis do IBBB na difusão da informação científica e no controle estatal da informação.
Ribeiro, Gomes e Frota (2023)	O artigo analisa como a memória da Ditadura Militar brasileira é representada nos catálogos de bibliotecas universitárias, com foco na controvérsia entre os termos "Golpe Militar" e "Revolução de 1964". A pesquisa investiga a influência de fatores políticos e ideológicos na organização do conhecimento, mostrando como escolhas terminológicas podem obscurecer ou destacar aspectos da violência estatal durante o regime. A pesquisa enfatiza a necessidade de uma abordagem baseada em evidências, que respeite os direitos humanos e promova a justiça histórica, garantindo que a memória da ditadura seja preservada e transmitida de maneira precisa e imparcial.
Lima e Rangel (2023)	O artigo analisa a história do Museu da Fazenda Federal, desde sua criação durante a Ditadura Militar brasileira até os dias atuais. A pesquisa examina o contexto político, social e cultural que levou à fundação do museu, sua função na disseminação da narrativa oficial do regime e os desafios enfrentados na preservação e desenvolvimento do acervo ao longo do tempo. A pesquisa destaca a tensão entre a preservação da história oficial e as exigências de uma reconstrução mais crítica e inclusiva da memória da ditadura, refletindo sobre o papel do museu na construção da identidade nacional e na conscientização pública sobre o período.
Sobral e Macêdo (2017)	O artigo explora a interdisciplinaridade entre a Arquivologia e a Antropologia das Emoções para aprimorar o tratamento de arquivos pessoais. Utilizando o arquivo pessoal de Lúcia Velloso Maurício, uma presa política durante a Ditadura Militar brasileira, como estudo de caso, a pesquisa demonstra como o contexto de produção documental influencia a forma e o conteúdo dos documentos, especialmente as cartas. A análise destaca a importância de considerar fatores como censura, linguagem codificada e a natureza compartilhada da correspondência para uma representação mais completa e significativa dos arquivos pessoais.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os artigos analisados na categoria “Memória da Ditadora” abordam a construção e preservação da memória sobre a Ditadura Militar, focando em como documentos e acervos contribuem para a reconstrução histórica desse período. As pesquisas destacam o papel de bibliotecas, museus e arquivos na construção de uma

memória coletiva, frequentemente em disputa, com versões oficiais e alternativas sobre os eventos da repressão. A organização e o tratamento dos documentos influenciam diretamente a forma como a sociedade e as instituições lidam com o passado autoritário. Além disso, as reflexões sobre a atuação de comissões de memória, como a CNV, mostram que, apesar dos avanços, ainda há desafios para garantir uma memória mais completa e justa, que valorize as vítimas e permita uma análise crítica do regime militar.

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A análise dos dados qualitativos dos 131 artigos sobre a Ditadura Militar no Brasil revela padrões temáticos que contribuem significativamente para a compreensão deste período conturbado da história brasileira. O estudo estruturado destes artigos permitiu a identificação de categorias temáticas específicas que variam desde práticas de censura até esforços de resistência e reconstrução da memória nacional.

Os artigos listados no Quadro 2 “Censura” abrangem uma série de tópicos relacionados à censura, incluindo a supressão de livros e notícias, a perseguição a jornalistas e escritores, e o impacto da censura na memória nacional e na identidade cultural do Brasil. A diversidade dos temas abordados reflete a extensão da censura aplicada pelo regime militar, que não se limitava à esfera política, mas penetrava profundamente nas culturas literária, acadêmica e jornalística. Um padrão notável identificado na análise é a persistência da censura, que não apenas se manifestava através de atos explícitos de repressão, como apreensões e proibições, mas também se infiltrava na estrutura da sociedade através de práticas mais sutis, como a autocensura induzida pelo medo e a manipulação da informação. Estes métodos contribuíram para uma atmosfera de controle que afetava a liberdade de expressão e o desenvolvimento intelectual e cultural do país. O impacto da censura na memória coletiva é particularmente significativo, pois a manipulação e a repressão da informação resultaram em uma narrativa histórica distorcida, cujas repercussões são sentidas até hoje na forma como a sociedade brasileira recorda e interpreta o período da Ditadura Militar. Além disso, os artigos destacam as respostas e as formas de resistência à censura, incluindo a utilização de estratégias indiretas para contornar as restrições, a promoção de literatura e jornalismo alternativos como meio de

disseminação de informações censuradas. Estas táticas não apenas desafiavam o controle imposto pelo regime, mas também fomentavam uma cultura de resistência e resiliência que persiste em várias formas de expressão cultural e política no Brasil contemporâneo.

Na sequência, os artigos do Quadro 3 “Comunicação na Ditadura” exploram uma variedade de tópicos relacionados à comunicação durante a ditadura, incluindo o controle de informações, a propaganda estatal e a influência dos meios de comunicação no reforço das políticas do regime. A abrangência desses temas ilustra como a comunicação foi um instrumento vital para o regime militar, não apenas para suprimir a dissidência, mas também para construir uma imagem favorável do governo, tanto interna quanto externamente. Na análise é identificada tanto a utilização de tecnologias de comunicação quanto a manipulação da informação como formas de controle social. Esses métodos foram empregados para criar uma narrativa que justificasse as ações do regime e marginalizasse seus oponentes. A desinformação e a censura de notícias contrárias ao regime eram práticas comuns, contribuindo para um ambiente onde a verdade era frequentemente obscurecida ou distorcida. A manipulação da comunicação durante a Ditadura não apenas afetou a percepção do período pelos brasileiros na época, mas também influenciou as gerações subsequentes. Isso é visto na maneira como a Ditadura é lembrada e discutida na sociedade brasileira atual, onde os efeitos da propaganda e da repressão ainda são temas de intensos debates e análises.

Inseridos no Quadro 4 “Resistência à Ditadura”, os artigos cobrem uma gama de tópicos relacionados à resistência, desde ações organizadas de movimentos estudantis e sindicais até manifestações culturais e artísticas, que serviam como formas de protesto e expressão de descontentamento. Os temas refletem a ampla base de oposição ao regime, que incluía não apenas ativistas políticos, mas também artistas, intelectuais e cidadãos comuns. Apesar da severa repressão e censura, os opositores do regime encontraram maneiras inovadoras de disseminar suas mensagens e mobilizar apoio. Isso incluía o uso de literatura codificada, músicas, teatro e outras formas de arte como veículos para críticas sociais e políticas. Também é apresentado pelos artigos a significativa repercussão da resistência na dinâmica social e política do Brasil. As atividades de resistência desempenharam um papel crucial na eventual restauração da democracia, demonstrando a eficácia da mobilização popular ferramenta de mudança política. O esforço para recordar e

homenagear aqueles que lutaram contra a Ditadura é visto como vital para a manutenção da consciência política e histórica nas gerações futuras. Esta preservação da memória é crucial não apenas para honrar o passado, mas também para educar sobre a importância da vigilância constante contra o autoritarismo.

No Quadro 5 “Diretos Humanos”, os artigos exploram uma variedade de violações, incluindo tortura, desaparecimentos forçados e execuções extrajudiciais, demonstrando a brutalidade do regime e o impacto devastador sobre indivíduos e comunidades. A diversidade de tópicos reflete a extensão e a gravidade das violações, que permearam diversos aspectos da sociedade brasileira e deixaram cicatrizes profundas. Através dos esforços de organizações de direitos humanos, acadêmicos e vítimas, documentos cruciais foram preservados e utilizados para fundamentar casos contra perpetradores, contribuindo para o processo de verdade e reconciliação. Essa documentação não só serve como prova das atrocidades, mas também como meio de dar voz às vítimas e de garantir que tais abusos não sejam esquecidos. Os artigos também revelam a importância das iniciativas de memória e justiça transicional para a reconstrução da sociedade pós-Ditadura. Processos como as Comissões da Verdade foram essenciais para trazer à tona a verdade sobre as violações e para iniciar o processo de cura nacional. Essas ações mostram a necessidade de enfrentar o passado para construir um futuro baseado no respeito aos direitos humanos e na justiça. A análise evidencia as dificuldades enfrentadas na busca por justiça, como a resistência de setores dentro do estado e da sociedade que preferiam manter o silêncio sobre os crimes cometidos. A luta contra a impunidade continua sendo um desafio, destacando a necessidade de sistemas judiciais robustos e de uma sociedade civil vigilante para assegurar a responsabilização e a não repetição dos abusos.

Dentro do Quadro 6 “Comissão da Verdade” os artigos discutem a formação de várias Comissões da Verdade que foram fundamentais para oficializar a memória das violações, para identificar os responsáveis e para recomendar medidas de reparação e não repetição. Estas comissões não apenas procuraram esclarecer os fatos relacionados aos crimes da Ditadura, mas também trabalharam para reconhecer e validar as experiências das vítimas. Os estudos destacam o desafio enfrentado pelas comissões em acessar arquivos e informações que foram muitas vezes ocultados ou destruídos pelo regime militar. Apesar dessas dificuldades, o trabalho dessas comissões foi crucial para avançar o entendimento público sobre o que ocorreu e para fomentar um diálogo nacional sobre justiça e memória. Ao trazerem à luz os horrores

da Ditadura, essas comissões ajudaram a sociedade a confrontar seu passado e a buscar caminhos para a reconciliação e a cura. Este processo é fundamental para garantir que as atrocidades não se repitam e para fortalecer as instituições democráticas do país. O envolvimento de organizações de direitos humanos, acadêmicos e outros grupos foi essencial para pressionar pela criação de comissões e para assegurar que seu trabalho fosse conduzido de maneira rigorosa e abrangente. Esse engajamento demonstra a necessidade de uma vigilância constante e de um compromisso com a justiça que transcenda os mandatos oficiais das comissões.

Categorizados no Quadro 7 “Arquivos da Ditadura”, os artigos abordam os esforços para classificar, digitalizar e tornar acessíveis os documentos mantidos por órgãos de repressão, militares e de inteligência. Muitos documentos ainda estão sob sigilo ou fisicamente inacessíveis, o que representa um obstáculo significativo para a plena realização da justiça e para a consolidação da memória coletiva. Essa situação aponta para a necessidade contínua de esforços legislativos e governamentais para melhorar a transparência e o acesso público. Os artigos também evidenciam a importância crítica dos arquivos na promoção da justiça transicional. Eles são ferramentas indispensáveis para estabelecer a verdade histórica, responsabilizar perpetradores e fornecer reparação às vítimas. Através dos arquivos, é possível confrontar o passado repressivo e promover uma cultura de respeito aos direitos humanos. Os estudos destacam iniciativas para a preservação digital e física dos documentos, as quais são essenciais para garantir que as futuras gerações tenham acesso a esses recursos. Essas iniciativas de preservação não apenas protegem a integridade dos documentos, mas também facilitam a pesquisa e a educação, contribuindo para uma sociedade mais informada e consciente de sua história.

Finalizando, os artigos do Quadro 8 “Memória da Ditadura” exploram como as narrativas sobre esse período são construídas, preservadas e transmitidas. Essa análise detalha os esforços para manter viva a memória das atrocidades cometidas durante a Ditadura, assim como as iniciativas para educar as futuras gerações e promover a reconciliação nacional. Os artigos exploram uma variedade de iniciativas relacionadas à memória, incluindo a criação de museus, memoriais, e programas educacionais, bem como a publicação de relatos pessoais e a produção de documentários. Estas abordagens refletem a complexidade da memória coletiva, que engloba tanto o registro oficial dos eventos quanto as experiências pessoais das vítimas e de seus familiares. A memória da ditadura é frequentemente marcada por

tensões entre diferentes grupos sociais que podem ter visões distintas sobre os eventos ocorridos. Isso evidencia a importância de abordagens inclusivas e multifacetadas para a construção da memória, que considerem as diversas perspectivas e contribuam para uma compreensão mais abrangente da história. Os artigos também destacam o papel vital da memória na promoção da justiça e na prevenção de futuras violações de direitos humanos. Ao documentar e divulgar as violações cometidas, as iniciativas de memória ajudam a assegurar que tais atrocidades não sejam esquecidas. Elas também servem como um lembrete poderoso das consequências da repressão e da importância da vigilância constante contra o autoritarismo.

A análise compreensiva dos artigos nas diversas categorias do estudo sobre a Ditadura Militar no Brasil oferece uma visão ampla e profunda das várias dimensões deste período crítico da história brasileira. Cada categoria abordada reflete uma faceta distinta da experiência sob a Ditadura, revelando a complexidade das relações de poder, as estratégias de resistência e os esforços contínuos de reparação e justiça. O estudo destes temas não apenas ajuda a documentar e a compreender melhor as dinâmicas da Ditadura Militar, mas também destaca a importância de preservar a memória histórica e de fomentar um compromisso contínuo com os direitos humanos e a democracia. Ao iluminar tanto as sombras do passado quanto os esforços para iluminá-las, a análise reafirma a necessidade de vigilância constante para proteger a sociedade contra os erros do passado e garantir um futuro mais justo e livre para todos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do ponto de vista quantitativo, a pesquisa destaca um número significativo de trabalhos focados no período da Ditadura Militar, demonstrando um interesse profundo e persistente por parte da comunidade científica em investigar e entender este capítulo da história brasileira. Este volume de pesquisa abrange desde análises detalhadas de como documentos foram arquivados durante a Ditadura até estudos mais abrangentes sobre as estratégias de gestão da informação e suas consequências para a construção da memória e identidade nacional. Essas descobertas quantitativas são complementadas por análises qualitativas, que examinam o conteúdo e o contexto dessas publicações, oferecendo *insights* valiosos sobre as abordagens metodológicas e temáticas predominantes na literatura sobre a Ditadura Militar na Ciência da Informação.

Neste estudo, a análise se aprofunda na forma como as publicações acadêmicas abordam os conceitos críticos de memória, esquecimento e silenciamento, que são fundamentais para a formação de narrativas históricas sob o regime autoritário e sua interpretação no âmbito científico. A memória é frequentemente explorada em termos de como documentos e registros são preservados, servindo como testemunhos vitais das atividades perpetradas pelo regime. Por outro lado, os conceitos de esquecimento e silenciamento são examinados como métodos deliberadamente empregados pelo regime autoritário para ocultar informações que poderiam ser vistas como prejudiciais à sua imagem.

A Ciência da Informação desempenha um papel crucial no tratamento dos temas de memória, esquecimento e silenciamento, especialmente no contexto da Ditadura Militar no Brasil. Os profissionais dessa área são considerados verdadeiros guardiões da memória, encarregados de manter e disponibilizar um registro histórico preciso e acessível. As pesquisas revisadas no estudo evidenciam diversos desafios e estratégias vinculadas à catalogação, à preservação e ao acesso aos registros desse período autoritário. Essas publicações sublinham a importância de se implementar métodos que contrariem o esquecimento intencional e que fomentem uma narrativa histórica abrangente e inclusiva. Adicionalmente, as análises destacam as práticas de censura e manipulação de informações perpetradas durante o regime, que resultaram no silenciamento sistemático de vozes dissidentes. Este aspecto é particularmente relevante para as discussões contemporâneas sobre liberdade de

informação e direitos humanos, enfatizando a necessidade de vigilância constante e de políticas eficazes para garantir que as verdades históricas não sejam apenas preservadas, mas também acessíveis a todos. Assim, a Ciência da Informação não apenas protege o legado documental, mas também apoia a justiça social e a integridade no registro histórico.

Adicionalmente, a interação entre memória, esquecimento e silenciamento desempenha um papel crucial na compreensão das políticas de memória no Brasil, uma temática complexa e multifacetada. A pesquisa evidencia que a Ciência da Informação transcende sua contribuição ao debate científico por meio do fornecimento de ferramentas e metodologias essenciais para a análise do passado, influenciando também de maneira significativa a maneira pela qual as sociedades relembram e interpretam suas histórias. A análise sugere que a preservação ativa da memória histórica é fundamental para assegurar que as lições extraídas de períodos conturbados como o da Ditadura sejam aplicadas de forma a promover uma sociedade mais justa e informada.

Em conclusão, as publicações no campo da Ciência da Informação examinam de forma crítica e abrangente como a Ditadura Militar no Brasil é lembrada, desvendando as complexas interações entre memória, esquecimento e silenciamento e seus efeitos duradouros no presente e futuro do país. O estudo fornece uma base sólida não apenas para futuras investigações acadêmicas, mas também para o desenvolvimento de políticas eficazes que assegurem a integridade e a acessibilidade dos registros históricos. Essas políticas são fundamentais para garantir que as gerações futuras tenham acesso irrestrito ao passado do país, permitindo uma compreensão completa e crítica das influências da Ditadura Militar no tecido social e político do Brasil.

REFERÊNCIAS

ABAL, Felipe Cittolin. Cartas ao general: delírio e política em correspondências ao presidente Geisel. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-19, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1637>. Acesso em: 26 jan. 2025

ABRÃO, Paulo. A Lei da Anistia no Brasil: as alternativas para a verdade e a justiça. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 119-138, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/373>. Acesso em: 26 jan. 2025.

ALENCAR, Jackson Ferreira de *et al.* A ditadura continuada: imprensa e desigualdade social no Brasil a partir do caso da ficha falsa de Dilma Rousseff na Folha de S. Paulo. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristovão, v. 12, n. 3, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epic/article/view/24>. Acesso em: 26 jan. 2025.

ALMEIDA, Mariana Zampier de; ASSIS, João Marcus Figueiredo. Filmografia sobre Frei Tito: o audiovisual como documento memorialístico. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 122-141, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/121>. Acesso em: 26 jan. 2025.

ALMEIDA, Yago Henrique Andrade; PAULA, Claudio Paixão Anastácio de; ARAÚJO, Eliane Pawlowski de Oliveira. Livros infernais: analisando a obra de Monteiro Lobato sob a perspectiva do Imaginário Social. **Revista Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 11, p. e-26676, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/26676>. Acesso em: 26 jan. 2025.

AMADO, Daniele Chaves *et al.* Tesouro do regime militar brasileiro. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ANCIB, 2014. Disponível em: https://enancib2014.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2023/12/ANAIS-FINAL_GT2b.pdf. Acesso em: 26 jan. 2025.

AMARAL, Marcela Aurea Rodrigues Gomes; BARÃO, Gilcilene de Oliveira Damasceno. O acervo privado de Francisco Amaral: Patrimônio documental, ação parlamentar e as lutas sociais na educação. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 1-26, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/2108>. Acesso em: 26 jan. 2025.

AMORIM, Alexandre Silveira de. O governo João Goulart, as reformas de base e o golpe de 1964. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, Brasil, v. 15, n. 20, p. 210466, 2024. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ran/article/view/210466>. Acesso em: 26 jan. 2025.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. Cartografia de uma cidade retomada: a reocupação política das ruas e praças do Rio de Janeiro da década de 1970. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 33-52, 2014. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/459>. Acesso em: 26 jan. 2025.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Os presidentes e a ditadura militar**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2001.

ASSUMPÇÃO, Ana Laura; CASTRAL, Paulo César. Memória, identidade e cultura: condições de pertencimento aos espaços da cidade. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 14, n. 27, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/23435>. Acesso em: 26 jan. 2025.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo; GARCIA, Erick Gonçalves; FREIRE, Stefanie Cavalcanti. O Silêncio dos Livros Censurados pela Ditadura Militar: uma abordagem a partir da perspectiva do Patrimônio Bibliográfico. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 159-186, 2021. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/43588>. Acesso em: 26 jan. 2025.

BALBINO, Giseli Milani Santiago; VENANCIO, Renato Pinto. Arquivo da ditadura: fonte para o estudo da condição feminina. Maria Nilde Mascellani no fundo SNI. **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 4, p. 303-328, 2023. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44633>. Acesso em: 26 jan. 2025.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BEZERRA, Amilcar Almeida; BARCELOS, Patrícia. Cantando a dor do outro: o caso Zuzu Angel e a canção como testemunho na obra de Chico Buarque. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, [s. l.], v. 14, n. 4, 2020. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/2038>. Acesso em: 26 jan. 2025.

BEZERRA, Arthur Coelho; PIMENTA, Ricardo Medeiros; ORMAY, Larissa Santiago. Vigilância, vigilância inversa e democracia: do panoptismo ao midiativismo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...]. Belo Horizonte: ANCIB, 2014. Disponível em: <https://ridi.ibict.br/handle/123456789/820>. Acesso em: 26 jan. 2025.

BEZERRA, Emanuella Maria Barbosa Lourenço; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. Música, informação e política: tratamento temático da informação na produção musical de Chico Buarque no período do AI-5 (1968-1978). *In*: ISKO BRASIL, 4., 2017, Recife. **Anais** [...]. Recife: UFPE, 2017. Disponível em: <https://isko.org.br/wp-content/uploads/2021/05/Proceedings-ISKO-Brasil-2017.pdf>. Acesso em: 26 jan. 2025.

BEZERRA, Emanuella Maria Barbosa; SANTOS, Raimundo Nonato Macedo dos. A informação nas letras das músicas de Chico Buarque no período (1968-1978): o uso da categorização e da análise de assunto como forma de tratamento da dimensão social da informação musical. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: ANCIB, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/191262>. Acesso em: 26 jan. 2025.

BOLSONARO afirma que torturador Brilhante Ustra é um "herói nacional". **Veja**, São Paulo, 08 ago. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-afirma-que-torturador-brilhante-ustra-e-um-heroi-nacional>. Acesso em: 26 jan. 2025.

BOTÁCIO, Andrieli Cristina *et al.* Nas correntes da Ditadura. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16890>. Acesso em: 26 jan. 2025.

BRASIL. Decreto nº 5.584, de 18 de novembro de 2005. Dispõe sobre o recolhimento ao Tesouro Nacional de recursos oriundos de receitas próprias arrecadadas pela Agência Brasileira de Inteligência – ABIN. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 21 nov. 2005. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=5584&ano=2005&ato=50fcXQ65UMRpWTb42#:~:text=DISP%C3%95E%20SOBRE%20O%20RECOLHIMENTO%20AO,AG%C3%8ANCIA%20BRASILEIRA%20DE%20INTELIG%C3%8ANCIA%20%2D%20ABIN>. Acesso em: 26 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Dispõe sobre a concessão de anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 28 ago. 1979. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6683.htm. Acesso em: 26 jan. 2025.

CABRAL, Jacqueline Ribeiro. Arquivos da repressão: fontes de informação sobre diversidade sexual e de gênero na ditadura militar. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 5, n. esp., p.103-121, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/archeion/article/view/36268/19107>. Acesso em: 25 jan. 2025.

CALIXTO, Carolina; GOUVÊA, Viviane. O fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino no Arquivo Nacional. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 2, p. 239-253, maio/ago. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Getúlio Vargas**: o político e o mito. Brasília: Centro Cultural da Câmara dos Deputados, 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/centrocultural>. Acesso em: 13 ago. 2024.

CARNEIRO, Geomarque Sousa; NUNES, Jefferson Veras. As políticas culturais durante a ditadura militar no tocante à Biblioteca Pública Estadual do Ceará (BECE). **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-16, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1589>. Acesso em: 25 jan. 2025.

CARRARA, Sérgio. Do direito de saber: o acesso à informação pessoal privada nos arquivos da Ditadura Militar brasileira. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 195-204, jan./jun. 2011. Disponível em:

<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/378/378>.

Acesso em: 25 jan. 2025.

CASTRO, Ana Lúcia Siaines de. O valor da informação: um desafio permanente. **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, [s. l.], v. 3, n. 3, jun. 2002.

CASTRO, Luiz Gustavo Soares; OLIVEIRA, Antonio José Barbosa de. Jornal movimento: uma análise da memória social, do discurso político e midiático, da imprensa alternativa e da informação. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 126-147, jan./jun. 2016. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/2955>. Acesso em: 25 jan. 2025.

CAVALCANTI, Marcycleis Maria; PAJEÚ, Hélio Márcio; BUFREM, Leilah Santiago. Produção científica brasileira em Ciência da Informação acerca do tema censura: uma aproximação temática. **Informação & Informação**, Londrina, v. 27, n. 1, p. 301-319, 2022. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/44825>. Acesso em: 26 jan. 2025.

CHICARINO, Tathiana. Tancredo Neves: o desenrolar de uma liderança política. **Aurora**: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v. 5, n. 14, p. 47-67, jun./set. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/9442>. Acesso em: 26 jan. 2025.

CIAVATTA, Maria. A memória sem medo: sobre o resgate de pessoas e documentos das garras da Ditadura. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 156-166, jan./jun. 2014. Disponível em:

<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/465/464>.

Acesso em: 25 jan. 2025.

COELHO, Ana Cláudia Lara; SOUZA, Elisabete Gonçalves de. Mediação da informação e direitos humanos: memórias reveladas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em:

<https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1477/1054>.

Acesso em: 26 jan. 2025.

COIMBRA, Olívia Andrade; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. A produção científica sobre a Ditadura Militar no Brasil: um olhar pelo campo da história. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANCIB, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/62495>. Acesso em: 26 jan. 2025.

COIMBRA, Olívia Andrade; FROTA, Maria Guiomar da Cunha; GOMES, Pablo. A produção científica brasileira em relação a Ditadura Militar: uma análise bibliométrica na biblioteca digital brasileira de teses e dissertações. *In*: ENCONTRO NACIONAL

DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/123883>. Acesso em: 26 jan. 2025.

CORDEIRO, Janaina Martins. Anos de chumbo ou anos de ouro? A memória social sobre o governo Médici. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 43, p. 85-104, jan./jun. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/CBJPzCHYdnpmDFMKrF4z5BC/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2025.

COSTA, Alessandra de Sá Mello da; SILVA, Marcelo Almeida de Carvalho; MONTEIRO, Carlos Arthur Vieira. Empresas, Ditadura Civil Militar Brasileira e Centros de Memória e Documentação Corporativos: um estudo exploratório. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 122-144, set. 2015/fev. 2016. Disponível em: <http://revista.ibict.br/fiinf/article/view/1480/1658>. Acesso em: 25 jan. 2025.

COSTA, Ana Clara Borges; RODRIGUES, Georgete Medleg. A construção de fontes de informação sobre a Ditadura Militar no Brasil (1964-1975): levantamento e análise de blogs grupais sobre o tema. **PRISMA.COM**, n.º 40, p. 88-97, 2019. Disponível em: <https://ojs.letras.up.pt/index.php/prismacom/article/view/6530/6087>. Acesso em: 25 jan. 2025.

COSTA, Franciane Ferreira da. Nenhum governo é de pedra: um editor contra a ditadura. **Ensaio Geral**, [s. l.], n. 1, p. 145-158, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaiogeral/article/view/47657>. Acesso em: 26 jan. 2025.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Informação, verdade e conhecimento: memória em litígio. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais [...]** Florianópolis: ANCIB, 2013b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/184026>. Acesso em: 26 jan. 2025

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. Documentos “sensíveis”: produção, retenção, apropriação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 6, n. 1, 2013a. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/295>. Acesso em: 26 jan. 2025.

COSTA, Jonathan Kaefer Gomes da; SILVEIRA, Fabrício José Nascimento. Poema sujo como vestígios informacionais e rastros testemunhais de um exilado da Ditadura Militar. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: ANCIB, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/207222>. Acesso em: 26 jan. 2025.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. O governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 123-143, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tem/a/cHVC9tPDyBD3DwK86Ykb49L/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jan. 2025.

DUTRA, Matheus Pedro. Do anticatálogo à defesa da moral e dos bons costumes: o livro no Brasil e a Censura, uma história ainda presente. **Ensaio Geral**, [s. l.], n. 1, p. 65-80, 28 jan. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ensaiogeral/article/view/47375>. Acesso em: 26 jan. 2025.

ELIAS, Aline. **Hoje na história**: 10.11.1937: Golpe do Estado Novo. 10 nov. 2022. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/40790>. Acesso em: 13 ago. 2024.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. As mobilizações pela anistia ampla, geral e irrestrita na visão da repressão política. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 268-279, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/472>. Acesso em: 26 jan. 2025.

FARIAS, Rogério de Souza; LEITE, Fernando Sousa. Uma “documentação valiosa desordenadamente arquivada”: a mudança do Ministério das Relações Exteriores para Brasília e seu arquivo permanente. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 3, p. 1-29, set./dez. 2023. Disponível em: <https://revistaacervo.an.gov.br/index.php/revistaacervo/%20article/view/1941>. Acesso em: 26 jan. 2025.

FÁVERO, Eugenia Augusta Gonzaga. Ação Civil Pública nº 2008.61.00.011414-5. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 145-182, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/300/300>. Acesso em: 26 jan. 2025.

FERREIRA JUNIOR, José; GOMES, Clarissa Rodrigues Pinheiro. Bandeira Tribuzi: um intelectual na luta pelas liberdades democráticas na esfera de poder local. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristovão, v. 19, n. 2, p. 176-185, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/epctic/article/view/7045>. Acesso em: 26 jan. 2025.

FICO, Carlos. A Ditadura Documentada: Acervos desclassificados do regime militar brasileiro. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 67-78, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/295>. Acesso em: 26 jan. 2025.

FLORINDO, Danubia de Oliveira *et al.* O repertório bibliográfico sobre a Comissão Nacional da Verdade: uma breve análise dos paradigmas das produções científicas. **Logeion: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 1-16, e-7123, jul./dez. 2024. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/307359>. Acesso em: 26 jan. 2025.

FONTES, Edilza Joana. Oliveira. O dever de memória e a documentação sobre a ditadura civil-militar na Universidade Federal do Pará (UFPA). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 280-292, 2014. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/473>. Acesso em: 26 jan. 2025.

FRANÇA, André Luiz Dias de; DIAS, Guilherme Ataíde. É possível esquadrihar uma relação entre um dado par de atores realizando uma escrutinação documental?

AWARI, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://awari.pro-metrics.org/index.php/a/article/view/16>. Acesso em: 26 jan. 2025.

FRANÇA, Franciane Monick Gomes de; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Biblioteca Nacional e a censura às obras eróticas na Ditadura Militar. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: <https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1546/1274>. Acesso em: 26 jan. 2025.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha. Brasileiros desaparecidos em Buenos Aires durante a Ditadura Militar: dos testemunhos dos familiares aos documentos da repressão. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: ANCIB, 2016. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/62346>. Acesso em: 26 jan. 2025.

FROTA, Maria Guiomar da Cunha; COIMBRA, Olívia Andrade; GOMES, Pablo. A Ditadura Militar brasileira no ENANCIB: uma história recente. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: ANCIB, 2022. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/201524>. Acesso em: 26 jan. 2025.

GASPAROTTO, Alessandra. Fontes sobre as organizações de resistência à ditadura civil-militar no Brasil: caracterização e possibilidades de investigação. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/466>. Acesso em: 26 jan. 2025.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GREEN, James N. Abaixo a repressão, mais amor e mais tesão: uma memória sobre a Ditadura e o movimento de gays e lésbicas de São Paulo na época da abertura.

Acervo, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 53-82, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/460>. Acesso em: 26 jan. 2025.

GREENHALGH, Raphael Diego. Os livros e a censura em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985). **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 3, p. 1-15, jul./set. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/148004>. Acesso em: 26 jan. 2025.

GRIGOLETO, Maira Cristina; SOELLA, Gabriel Meneguelli; FAGUNDES, Pedro Ernesto. Bibliografia sensível: o lugar-espço e o espaço-tempo da obra de Cassandra Rios. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 25, n. esp., p. 01-25, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/73439>. Acesso em: 26 jan. 2025.

GRINBERG, Lucia. "O Estado Novo da UDN": memórias da vida política partidária na Coluna do Castello. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 121-136, 2014. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/463>. Acesso em: 26 jan. 2025.

GUAZZELLI, Danta Guimaraens; TORRES, Mateus Gamba. O estado era a lei: Lei de Segurança Nacional e advocacia na ditadura civil-militar brasileira (1964-1979). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 1, p. 227-238, 2014. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/469>. Acesso em: 26 jan. 2025.

GUTFREIND, Cristiane Freitas; RECH, Nathalia Silveira. A memória em construção: a Ditadura Militar em documentários contemporâneos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 133-146, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/22056>. Acesso em: 25 jan. 2025.

GUTFREIND, Cristiane Freitas; STIGGER, Helena; BRENDLER, Guilherme. A estética realista dos filmes sobre a Ditadura Militar no Brasil. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 14, n. 2, p. 261-274, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/6491>. Acesso em: 25 jan. 2025.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

HISTÓRIA - 1946 - GASPAR DUTRA. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2002a. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/historia-1946.shtml>. Acesso em: 13 ago. 2024.

HISTÓRIA - 1951 - GETÚLIO VARGAS. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2002b. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/eleicoes/historia-1951.shtml>. Acesso em: 13 ago. 2024.

HOHLFELDT, Antonio; CASAGRANDE, Elisa; MANZANO, Júlia. A América Latina nos jornais brasileiros alternativos Opinião e Movimento (1972-1976). **Comunicação & Informação**, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 6-20, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/22492>. Acesso em: 26 jan. 2025.

IGREJA, Paula Ribeiro da. Livros proibidos pelo Sr. Ministro da Justiça. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16877>. Acesso em: 26 jan. 2025.

JARDIM, Hallini Izabel Ruberto; Z Aidan, Phillipe Derwich Silva. Controle de informação: uma análise sobre o papel da censura e da fake News na história brasileira. **Múltiplos Olhares em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 8, n. 2, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/moci/article/view/16883>. Acesso em: 26 jan. 2025.

JESUS, Camila Vian de. **Desenvolvimento, populismo e distribuição de renda: o caso do Segundo Governo Vargas (1950-1954)**. 2018. Dissertação (Mestrado em Economia com Ênfase em Economia do Desenvolvimento) - Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/182289>. Acesso em: 13 ago. 2024.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LAPERA, Pedro Vinicius Asterito. Fragmentos da dor: violência racial e étnica no cinema brasileiro no crepúsculo da ditadura civil-militar. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, p. 133-148, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/%20article/view/917>. Acesso em: 25 jan. 2025.

LE COADIC, Yves-François. **A Ciência da Informação**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

LEMOS, Renato. **Artur da Costa e Silva**. 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/4997>. Acesso em: 13 ago. 2024.

LIMA, Júlio de Oliveira; AZEVEDO, Nadia Pereira da Silva Gonçalves de. O impulso dionisiaco em Alceu Valença: uma análise discursiva do disco "Vivo!". **Policromias: Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, p. 189-206, set./dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/34322>. Acesso em: 26 jan. 2025.

LIMA, Marcia Heloisa Tavares de Figueredo; BASTOS, Milton Jorge Moreira. Efeitos de 64: procurando os livros censurados em bibliotecas cariocas e fluminense. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2010, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANCIB, 2010. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/177736>. Acesso em: 26 jan. 2025.

LIMA, Tainá Rodrigues de; ARAÚJO, Victor Marques de. Por trás da fantasia: A Beija-Flor de Nilópolis e seus enlacs com a ditadura civil-militar. **Policromias: Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, ed. esp., p. 788-801, dez. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/policromias/article/view/38475>. Acesso em: 26 jan. 2025.

LIMA, Yago Rodrigo Freita; RANGEL, Marcio Ferreira. A criação e o desenvolvimento do Museu da Fazenda Federal. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em:

<https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1412/1296>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MARTINS, Enio Viterbo. **O governo de Eurico Gaspar Dutra e a transição de regime**: entre o autoritarismo e as concepções democráticas. 2021. Tese (Doutorado em História e Cultura do Brasil) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10451/53138>. Acesso em: 13 ago. 2024.

MARTINS, Maria do Carmo. Da doutrina à regra: repensando o Conselho Federal de Educação e a definição do discurso sobre a educação. **Revista online Prof. Joel Martins**, Campinas, v. 2, n. 1, out. 2000. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/566/581>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MARTINS, Ronei Ximenes (org). **Metodologia de pesquisa**: guia prático com ênfase em Educação Ambiental. Lavras: UFLA, 2015.

MASSONI, Luis Fernando Herbert *et al.* Transparência no acesso à informação e as memórias virtuais da ditadura militar no site Brasil: Nunca Mais Digit@l. **Biblionline**, João Pessoa, v. 11, n. 1, p. 173-184, 2015. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/16471>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MOLARDI, Germano. O Conselho de Comunicação Social entre o Estado e a sociedade civil: Ontogênese de um instrumento para a legitimação da autocracia burguesa no setor brasileiro de comunicação social. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 24, n. 2, p. 135-150, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/17946>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MONTEIRO, Silvana Drumond; CARELLI, Ana Esmeralda; PICKLER, Maria Elisa Valentin. A Ciência da Informação, Memória e Esquecimento. **DataGramZero – Revista de Ciência da Informação**, [s. l.], v. 9, n. 6, 2008. Disponível em: <https://cedap.ufrgs.br/xmlui/handle/20.500.11959/1269>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MORAES, Maria Blassioli; BIZELLO, Maria Leandra. Debates sobre a restrição ao acesso às informações pessoais na legislação brasileira (1986-1991). **Revista EDICIC**, San José (Costa Rica), v. 2, n. 1, p. 1-13, 2022a. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9655579>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MORAES, Maria Blassioli; BIZELLO, Maria Leandra. O documento de arquivo como fonte de prova e o acesso à informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: ANCIB, 2021. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/schedConf/presentations>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MORAES, Maria Blassioli; BIZELLO, Maria Leandra. Quando o confidencial se torna público: o acesso aos documentos da repressão custodiados por arquivos públicos. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 210-

232, 2022b. Disponível em:

<https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/42444>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MORI, Letícia. Como ordem de Bolsonaro para comemorar o gole de 1964 se transformou em problema para as Forças Armadas. **BBC News Brasil**, [s. l.], 29 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47741593>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Sobre as origens e motivações do Ato Institucional 5. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 38, n. 79, p. 195-216, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/37080>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MOURA, Elaine Monteiro Seidler de; KARPINSKI, Cezar. Memória e Ditadura Militar no Brasil: a produção científica do tema na Ciência da Informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 16, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1381/1228>. Acesso em: 26 jan. 2025.

MOURÃO JÚNIOR, Carlos Alberto; FARIA, Nicole Costa. Memória.

Psychology/Psicologia: Reflexão e Crítica, [s. l.], v. 28, n. 4, p. 780-788, 2015.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/kpHrP364B3x94KcHpCkVkQM/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2024.

NASCIMENTO, Greyce Falcão do. “**Aconteceu, virou manchete**”: o golpe de 1964 e o governo Castelo Branco nas páginas da revista Manchete. 2015. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16642>. Acesso em: 13 ago. 2024.

OLIVEIRA, Alessandra Nunes de; CASTRO, Jetur Lima de. Enfoques da Revolução Francesa, Nazismo e Ditadura Militar no Brasil: repressão e censura à informação. **Revista Brasileira de Educação em Ciência da Informação**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 117-134, 2015. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/rebecin/article/view/26>. Acesso em: 26 jan. 2025.

OLIVEIRA, Amanda Gabriela Rocha; PADRÓS, Enrique Serra. Corpo-território, repressão e resistência: os Kaingangs e a ditadura de segurança nacional no Rio Grande do Sul. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 34, n. 2, p. 1-24, maio/ago. 2021.

Disponível em:

<https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1692>.

Acesso em: 26 jan. 2025.

OLIVEIRA, Louise Anunciação Fonseca de; SILVEIRA, Anne Alves da; BORGES, Jussara. Escola politécnica da UFBA e a assessoria de segurança e informação. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA E INFORMAÇÃO*, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANCIB, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/186579>. Acesso em: 26 jan. 2025.

PAES, Márcia Bassetto. Uma cidadã acima de qualquer suspeita. **OFFICINA: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo**, São Paulo, v. 3, n. 1, 2024.

Disponível em: <https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associacao-de-arquivistas/article/view/93>. Acesso em: 26 jan. 2025.

PASSARIN, Mariela; KARPINSKI, Cezar. Arquivos da Ditadura e acesso à informação: acervo, memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 4, p. 145-155, out./dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/kMSc6MDx7Shf5SkfBDxhLTd/>. Acesso em: 25 jan. 2025.

PASSOS JÚNIOR, Jairo Jacques dos; TENAGLIA, Mônica. O papel das Comissões da Verdade da Lei de Acesso à Informação no Pará: busca pela verdade e preservação da memória durante a Ditadura Militar. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/258062>. Acesso em: 26 jan. 2025.

PENNA FILHO, Pio. Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIEEX): o elo perdido da repressão. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 79-92, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/296>. Acesso em: 26 jan. 2025.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. A trajetória da Abril Cultural (1968-1982). **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 239-258, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/120/78>. Acesso em: 26 jan. 2025.

PESCHANSKI, João Alexandre.; ALVES, Éder Porto Ferreira. Completude, consistência e correção em bases de dados digitais sobre mortos e desaparecidos políticos na ditadura civil-militar brasileira. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 26, n. 4, p. 1-30, 2022. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1796>. Acesso em: 26 jan. 2025.

PIERANTI, Octavio Penna; LIMA, Flavio Ferreira. “Irradiações alienígenas” em ondas curtas: como emissoras de rádio de países socialistas cobriam o Brasil durante a Guerra Fria. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristovão, v. 25, n. 2, p. 27-48, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/18571>. Acesso em: 26 jan. 2025.

PIMENTA, Ricardo Medeiros. A rede informacional franco-brasileira durante a Ditadura Militar no Brasil: o caso dos arquivos da CFDT. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: ANCIB, 2013. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/viewFile/4617/3740>. Acesso em: 26 jan. 2025.

PORTO, Luane Neves de Souza; THIESEN, Icléia. Bibliotecários na resistência à ditadura: entre lembranças e esquecimentos. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 10, n. 2, p. 89-107, 2021. Disponível em:

<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/44478>. Acesso em: 26 jan. 2025.

POTIER, Robson William. Considerações sobre memória, silêncio e esquecimento. *In: ENCONTRO REGIONAL NORDESTE DE HISTÓRIA ORAL*, 11., 2017, Fortaleza. **Anais** [...]. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2017. Disponível em: <https://www.nordeste2017.historiaoral.org.br/site/anaiscomplementares2>. Acesso em: 13 ago. 2024.

QUAIS os resultados da Comissão Nacional da Verdade?. **Câmara dos Deputados**, 2014. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/tv/447899-quais-os-resultados-da-comissao-nacional-da-verdade/>. Acesso em: 26 jan. 2025.

RAMOS, Plínio de Abreu; COSTA, Marcelo. **João Batista de Oliveira Figueiredo**. 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbete/2016>. Acesso em: 13 ago. 2024.

RANGEL, Thayron Rodrigues; PIMENTA, Ricardo Medeiros. O Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação e as políticas de informação: perspectivas sociais e tecno-políticas da primeira metade da Ditadura Civil Militar brasileira (1964-1976). *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 17., 2016, Salvador. **Anais** [...]. Salvador: ANCIB, 2016. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/191363>. Acesso em: 26 jan. 2025.

REI, Bruno Duarte. Arquivos e esporte: o fundo da Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 2, p. 62-69, 2014. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/439>. Acesso em: 27 jan. 2025.

REIGOTO, Luhan Martins; MATTOS, Fernando Augusto Mansor de; CERQUEIRA, Luiz Fernando. Aspectos cambiais do Governo Dutra (1946-1951). *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 47., 2019, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2019. Disponível em: <https://en.anpec.org.br/previous-editions.php?r=encontro-2019>. Acesso em: 13 ago. 2024.

REIMÃO, Sandra. Livro e prisão: o caso Em câmara lenta, de Renato Tapajós. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 99-108, jan./jun. 2009. Disponível em <https://brapci.inf.br/v/10244>. Acesso em: 26 jan. 2025.

REIS, Carlos Eduardo dos. Memória e história: o ensino de história e seu sentido político. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 21, n. 43, p. 59-72, 2012. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/380>. Acesso em: 26 jan. 2025.

RIBEIRO, Ana Cláudia. Repressão política nas universidades: a busca das fontes de informação pela Comissão Nacional da Verdade. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 1-15, nov. 2023. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/6476/6426>. Acesso em: 26 jan. 2025.

RIBEIRO, Ana Cláudia. Universidade e repressão política: uma análise do relatório da Comissão da Verdade da UFRN sob o pilar da memória e da verdade. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, Natal, v. 3, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/informacao/article/view/15926>. Acesso em: 26 jan. 2025.

RIBEIRO, Ana Cláudia; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. A contribuição das fontes de informações na investigação do caso Chael Charles Schreier pela Comissão Nacional da Verdade. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1585/1275>. Acesso em: 26 jan. 2025.

RIBEIRO, Ana Cláudia; GOMES, Pablo; FROTA, Maria Guiomar da Cunha. O atravessar da memória da Ditadura Militar e a representação em catálogos das bibliotecas universitárias. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais [...]**. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/viewFile/1949/1315>. Acesso em: 26 jan. 2025.

RIBEIRO, Ana Maria de Almeida; OLIVEIRA, Eliane Braga de. Organização e acesso à informação nos correios após promulgação da LAI. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 13, n. 1, p. 123-153, abr. 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/124201>. Acesso em: 26 jan. 2025.

RIGONI FILHO, Júlio César. Investigações sobre a visibilidade dada ao usuário de drogas durante a ditadura militar brasileira no acervo da Folha de S.Paulo. **RECIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, p. 260-273, abr./jun. 2024. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/65113>. Acesso em: 26 jan. 2025.

ROCHA JUNIOR, Geovanni. O projeto de distensão do governo Geisel. *In*: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DE SANTA CATARINA, 19., 2022, Santa Catarina. **Anais [...]**. Florianópolis: FAED/UDESC, 2022. Disponível em: <https://www.encontro2022.sc.anpuh.org/anais/trabalhos/anais01>. Acesso em: 13 ago. 2024.

ROCHA, Luiza Alves; COSTA, Michelli Pereira da. Acervo da vergonha: censura e resistência. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 19, p. 1-27, 2023. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1758>. Acesso em: 26 jan. 2025.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Legislação de Acesso aos Arquivos no Brasil: Um terreno de disputas políticas pela memória e pela história. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 257-286, 2012. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/383>. Acesso em: 27 jan. 2025.

RODRIGUES, Georgete Medleg. Memória e segredo na sociedade da informação: a simbologia do caso Herzog. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. **Anais [...]** Salvador: ANCIB, 2007. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/178591>. Acesso em: 26 jan. 2025.

ROMÃO, André Luiz da Silva *et al.* DOPS-Pernambuco (PE): um olhar arquivístico com restringes de repressão. **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Juazeiro do Norte, v. 7, n. 2, p. 194-210, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/712>. Acesso em: 26 jan. 2025.

ROSA, Rafael Augusto Mendes; RODRIGUES, Georgete Medleg; MANINI, Miriam Paula. Documentos de arquivo na filmografia brasileira sobre a Ditadura Militar: usos e ressignificações. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., 2019, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB, 2019a. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/161459>. Acesso em: 26 jan. 2025.

ROSA, Rafael Augusto Mendes; RODRIGUES, Georgete Medleg; MANINI, Miriam Paula. Reconstrução de memórias da Ditadura Militar: o uso de documentos de arquivos na filmografia brasileira. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 29, n. 4, p. 209-224, out./dez. 2019b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/147908>. Acesso em: 26 jan. 2025.

ROTTA, Vera. Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 193-200, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/302/302>. Acesso em: 26 jan. 2025.

RUFO, Rosilda Adelaide *et al.* Documento fotográfico: análise em repositório da Ciência da Informação. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 33, n. 66, p. 1-21, 2023. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/1145>. Acesso em: 26 jan. 2025.

RUFO, Rosilda Adelaide; FAGUNDES, Pedro Ernesto. Produção teórica sobre fotografia, memória e ditadura militar nos programas de pós-graduação em ciência da informação. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 14, n. 3, p. 887-897, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/38791>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SALCEDO, Diego; COSTA, Luana Alves de Melo. Rosas de chumbo: da censura e sigilo ao acesso de documentos da ditadura brasileira. **Informação & Informação**, Londrina, v. 23, n. 2, p. 284-313, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/28006/24186>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SAMPAIO, Denise Braga; LIMA, Izabel França de. Limítrofes informacionais da lesbianidade do SNI da Ditadura Militar. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2022, Porto Alegre.

Anais [...]. Porto Alegre: ANCIB, 2022. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiiencib/paper/viewFile/987/785>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SAMPAIO, Denise Braga; SILVA, Dávila Maria Feitosa da; LIMA, Izabel França de; O discurso androcentrado da Ditadura Militar: diálogo entre Althusser, Ricouer e McGarry sobre silêncio, memória e censura a lésbicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2021, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANCIB, 2021. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiiencib/paper/viewFile/509/251>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SAMPAIO, Denise Braga; SOUSA, Ana Claudia Medeiros de. “Suspenderam os jardins da Babilônia”: limítrofes informacionais e censura da Ditadura Militar às músicas de Rita Lee. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 23., 2023, Aracaju. **Anais** [...]. Aracaju: ANCIB, 2023. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxxiiencib/paper/viewFile/1601/1353>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SANTANA, Marco Aurélio; FRAGA, Alexandre Barbosa. O ciclo grevista no Rio de Janeiro na inflexão da ditadura militar: uma análise da articulação entre sindicatos e movimentos sociais (1978-1979). **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 1-30, jan./abr. 2024. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/%20article/view/2038>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SANTOS, Carlos Alberto Ivanir dos; GINO, Mariana. Samba: resistência da cultura negra popular brasileira. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 1, p. 232-245, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://revista.arquivonacional.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1528>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SANTOS, João Manuel Casquinha Malaia. Urbanização, estádios de futebol e ditadura civil-militar: possibilidades de investigação no acervo digital do Sian. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 1, p. 1-15, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/1897>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SCABIN, Nara Lya Cabral. Heranças censórias: mecanismos, efeitos e significado cultural da censura a livros em momentos de ditadura e democracia. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação da Comunicação e da Cultura**, São Cristóvão, v. 20, n. 2, p. 54-69, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufs.br/eptic/article/view/9615>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SCOCUGLIA, Afonso Celso. Os arquivos da Ditadura no Brasil: os inqueritos policiais no Superior Tribunal Militar (1964-1969). **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 14, n. 3, p. 98-106, 2019. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/120494>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SILVA, Fernanda Mauricio da. Apontamentos para uma história cultural dos talk shows brasileiros. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 119-133, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/16027/10444>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SILVA, Igor Oliveira; MARTINS, Gracy Kelli. Apropriação da memória pela Ciência da Informação e o papel legitimador das Instituições de Memória. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 109562, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/109562>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SILVA, Jacyara Kalina Themistocles da; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade; DIAS, Célia da Consolação. Contribuições dos estudos em organização para a recuperação e acesso aos documentos da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. **Iris – Informação, Memória e Tecnologia**, Recife, v. 8, p. 04-25, jan./dez. 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/59200>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SILVA, Jacyara Kalina Themistocles da; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade; DIAS, Célia da Consolação. Desafios na definição de pontos de acesso aos documentos da Comissão da Verdade da Universidade Federal do Rio Grande do Norte: perspectivas da Organização do Conhecimento e da Arquivologia. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 11, p. e16624, 2024. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/16624>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SILVA, Jacyara Kalina Themistocles da; VECHIATO, Fernando Luiz; RIBEIRO, Ana Cláudia. Diálogo entre os documentos da comissão da verdade da UFRN e a encontrabilidade da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 26, n. 3, p. 674-696, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/43402>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SILVA, Leandro Coutinho *et al.* “Pai, afasta de mim esse cálice”: a justiça de transição na Bahia à luz dos arquivos da ditadura. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 6, n. 1, p. 61-76, jan./abr. 2023. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1Q9Bo_UkArwTZjFy-Fdl5su8XcNyYg-pc/view. Acesso em: 26 jan. 2025.

SILVA, Leandro Coutinho.; MIRANDA, Zeny Duarte de. Avanços e limites da Comissão Milton Santos de memória e verdade da UFBA: análise arquivística. **Revista Fontes Documentais**, Aracaju, v. 2, n. 1, p. 4-23, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/RFD/article/view/57496>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SILVA, Terezinha Elisabeth da *et al.* O acesso à informação e o parlamento brasileiro: estudo sobre a produção legislativa no período da ditadura militar (1964-1985). **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 4, p. 22-34, 2017. Disponível em: <https://periodicos-des.cecom.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22534>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SIQUEIRA, Jéssica Câmara. Biblioteconomia, documentação e ciência da informação: história, sociedade, tecnologia e pós-modernidade. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 15, n. 3, p. 52-66, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22694>. Acesso em: 25 fev. 2025.

SOBRAL, Camilla Campoi de; MACÊDO, Patrícia Ladeira Penna. Antropologia das emoções em arquivos pessoais: a interdisciplinaridade como instrumento. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 101-121, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.aaerj.org.br/ojs/index.php/informacaoarquivistica/article/view/120>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SODRÉ, Caroline Almeida; RONCAGLIO, Cynthia. Arquivo, memória e verdade: a contribuição da organização dos acervos DOPS para a constituição da história da ditadura militar *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador. **Anais...** Salvador: ANCIB, 2016. Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/enancib2016/enancib2016/paper/viewFile/3808/2370>. Acesso em 27 jan. 2025.

SOUSA, Aline Batista de; SALGADO, Tania Denise Miskinis. Memória, aprendizagem, emoções e inteligência. **Revista Liberato**, Novo Hamburgo, v. 16, n. 26, p. 101-220, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/132515>. Acesso em: 13 ago. 2024.

SOUZA, Francisca Leidiana de; MEDEIROS NETA, Olivia Moraes de. O governo de Juscelino Kubitschek e a educação (1956-1961). **Cadernos GPOSSHE On-line**, Fortaleza, v. 6, n. 2, 2022. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE>. Acesso em: 13 ago. 2024

SOUZA, Kellcia Rezende; KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa em educação. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 31, n. 61, p. 21-44, jan./abr. 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SOUZA, Marcio; NUNES, Joana; ALVES, Ricardo. A infodemia e a conquista do Estado brasileiro: da Ditadura empresarial-militar ao consenso neoliberal. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. e5688, maio 2021. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/5688>. Acesso em: 26 jan. 2025.

STEFANELLO, Grace Ane Lauxen. A mediação da imprensa paulista na construção da imagem da Amazônia: uma análise comparativa de dois períodos históricos, a ditadura e a democracia. **Comunicação & Informação**, [s. l.], v. 3, n. 1, p. 56-64, jan./jun. 2000. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/22863>. Acesso em: 26 jan. 2025.

STEFANELLO, Grace Ane Lauxen. Representações, imaginários e arquétipos míticos no discurso amazônico da imprensa brasileira. **Comunicação & Informação**, [s. l.], v. 6, n. 1, p. 87-98, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/24201>. Acesso em: 26 jan. 2025.

TANGERINO, Davi de Paiva Costa. O direito penal como instrumento de Justiça de transição: o caso Brasil. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 103-118, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/372>. Acesso em: 26 jan. 2025.

TELES, Janaína de Almeida. Uma vida voltada à preservação da história das violações aos direitos humanos da ditadura militar. **Oficina**: Revista da Associação de Arquivistas de São Paulo, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 95-126, 2024. Disponível em: <https://revista.arqsp.org.br/index.php/revista-da-associação-de-arquivi/article/view/95>. Acesso em: 26 jan. 2025.

TENAGLIA, Mônica; RODRIGUES, Georgete Medleg. As recomendações das comissões da verdade no Brasil sobre os arquivos da Ditadura Militar: uma análise dos relatórios finais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 2, p. 280-299, maio/ago. 2018b. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/75820>. Acesso em: 26 jan. 2025.

TENAGLIA, Mônica; RODRIGUES, Georgete Medleg. Comissões da verdade brasileiras: das dificuldades de acesso aos arquivos às parcerias com as universidades. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., 2018, Londrina. **Anais** [...]. Londrina: ANCIB, 2018a. Disponível em: <http://icts.unb.br/jspui/handle/10482/33777>. Acesso em: 26 jan. 2025.

TENAGLIA, Mônica; RODRIGUES, Georgete Medleg. Negação, ocultamento e (falta de) gestão documental: o acesso aos arquivos nos relatórios finais das comissões da verdade no Brasil. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 1, p. 276-301, jan./mar. 2020. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/36130>. Acesso em: 26 jan. 2025.

THIESEN, Icléia. Documento “sensível” e informação (in) acessível?. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 12., 2011, Brasília. **Anais** [...]. Brasília: ANCIB, 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/178254>. Acesso em: 26 jan. 2025.

THIESEN, Icléia. Documentos “sensíveis”, arquivos “sensíveis”: sem tesouros, nem miragens. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: ANCIB, 2012. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3654/2778>. Acesso em: 26 jan. 2025.

THIESEN, Icléia. Documentos “sensíveis”: produção, retenção, apropriação. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, [s. l.], v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/295>. Acesso em: 26 jan. 2025.

THIESEN, Icléia. Esquecimentos no campo político-jurídico-informacional – da fabricação às ações de enfrentamento. **Revista Conhecimento em Ação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 146-165, 2022. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/55593>. Acesso em: 26 jan. 2025.

THIESEN, Icléia. Informação, verdade e conhecimento: memória em litígio. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB, 2013. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/184026>. Acesso em: 26 jan. 2025.

TOLMASQUIM, Alfredo Tiomno; PIMENTA, Ricardo Medeiros; OLIVEIRA, Gilda Olinto de. Entre memória e a informação: cientistas perseguidos na Ditadura Militar. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 15., 2014, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ANCIB, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/v/189919>. Acesso em: 26 jan. 2025.

VERONEZ JÚNIOR, Wilson Roberto *et al.* A dimensão política da mediação da informação em arquivos de partidos políticos brasileiros: o caso do partido dos trabalhadores. **Revista EDICIC**, San José [Costa Rica], v. 2, n. 1, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://portalcientifico.unileon.es/documentos/66aa7d5c8dfef7650118f32d>. Acesso em: 26 jan. 2025.

VIEIRA, Shirly Pimentel; TAVARES, Karyna da Rocha; AZEVEDO, Rubens Leal de. Marcas de proveniência como instrumento de identidade de coleções especiais: a formação da coleção COLTED na biblioteca central da UFPE. **PontodeAcesso**, Salvador, v. 16, n. 3, p. 762-784, dez. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/52334>. Acesso em: 26 jan. 2025.

WEICHERT, Marlon Alberto. O Financiamento de Atos de Violação de Direitos Humanos por Empresas Durante a Ditadura Brasileira. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 183-192, 2011. Disponível em: <https://revista.an.gov.br/index.php/revistaacervo/article/view/301>. Acesso em: 26 jan. 2025.